



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**LUIZ MIGUEL GALVÃO QUEIROZ**

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: O PACTO PELA  
EDUCAÇÃO DO PARÁ**

**Belém-Pará**  
**2018**

LUIZ MIGUEL GALVÃO QUEIROZ

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: O PACTO PELA EDUCAÇÃO  
DO PARÁ**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculada a linha de Políticas Públicas Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.

**Belém-Pará  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- Q3p Queiroz, Luiz Miguel Galvão.  
Políticas Educacionais e Terceiro Setor : O Pacto Pela Educação do Pará / Luiz Miguel Galvão Queiroz, .  
— 2019.  
178 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Terezinha Fátima de Andrade Monteiro dos Santos  
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação,  
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
1. política educacional. 2. relação público-privada. 3. terceiro setor. 4. rede pública estadual do Pará. I.  
Título.

LUIZ MIGUEL GALVÃO QUEIROZ

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: O PACTO PELA EDUCAÇÃO  
DO PARÁ**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Terezinha Fátima A. Monteiro dos Santos – (Orientadora)  
Universidade Federal do Pará

---

Profª Drª Dalva Valente Guimarães Gutierrez - (Membro Interno da Banca)  
Universidade Federal do Pará

---

Profª Drª Fabíola Bouth Grello Katto – (Membro Interno da Banca)  
Universidade Federal do Pará

---

Profª Drª Ivanilde Apoluceno de Oliveira – (Membro Externo da Banca)  
Universidade do Estado do Pará

---

Profº Drº João Ferreira de Oliveira – (Membro Externo da Banca)  
Universidade Federal de Goiás

## DEDICATÓRIA

A amada Amélia; companheira de percurso de vida; que pratica na essência o ato mais nobre do ensinamento de Cristo: “há mais felicidade em dar do que há em receber”. Com sangue indígena correndo nas veias, com humildade e destemor, me ensina a acreditar que cada nascer do sol será diferente do ontem que passou;

Ao meu amado filho Rafael Queiroz; fruto de um indescritível amor na Ilha de Algodoal-PA; Ainda que o coração figurativo esteja em pedaços, é capaz de me encorajar, e vislumbrar a esperança que todo ser humano necessita para enfrentar a engrenagem perversa do modo de produção dominante, e com o coração repleto de bondade me diz: Amanha tudo será diferente!

A Maria Helena, com muito carinho: “que o amor seja nosso cimento”.

Amo vocês três!

## AGRADECIMENTOS

O contexto descrito durante o percurso de produção do texto de tese referenciado por meio da unidade dialética alegria/tragédia, me auxiliam na árdua tarefa de reconhecer pessoas concretas que compartilharam esse momento, as quais são impossíveis hierarquizá-las (exceto o criador do Universo), pois todas são importantes em minha vida, e merecem ser lembradas e registradas. Cada um de vocês esteve presente durante a escrita desse texto.

À Deus, por ser tão real para mim o quanto foi para Abraão. Sua mão em conduzir a mim e a minha família é indiscutível!

Aos meus pais (in memoriam): José Cirilino de Queiroz Neto (agricultor, músico, operário da construção civil, sindicalista); Luzia (professora leiga, lavadeira), alfabetizou todos os seis filhos. Minha gratidão por ensinar aos seus seis filhos; valores, princípios, condutas. Deixaram o maior bem que todos os pais vinculados à classe trabalhadora podem deixar aos seus filhos: A dignidade.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, por acreditar na concretude do projeto de tese, por sua bondade, ética, empatia, apoio, respeito a mim e a minha família, por fazer o contraponto no discurso e nas práticas sociais com rigorosidade acadêmica e não deixar de gostar de gente.

Ao professor João Ferreira de Oliveira e as professoras Dalva Valente; Ivanilde Apoluceno; Fabiola Bouth; pelas contribuições sugeridas ao texto durante o percurso de construção, e o aprendizado obtido no processo de construção do ofício de pesquisador.

Aos docentes do PPGED/UFPA, em especial da linha de Políticas Públicas Educacionais; e aos docentes do PPEB/UFPA, Ronaldo Lima e Ney Cristina M. de Oliveira, pelo compromisso ético e político pela construção de uma sociedade que valorize homens e mulheres, enquanto sujeitos.

Ao Professor Doutor Paulo Sérgio de Almeida Correa, meu orientador de mestrado e amigo. Pelo apoio e incentivo.

Aos meus colegas da Turma de Doutorado/2015, em especial, a Aurea, Ana Raiol, pelo compartilhamento de angústias, de troca de conhecimentos no percurso da produção do texto acadêmico.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa OBSERVE – Observatório de Gestão Democrática (Janielle; Áurea; Socorro; Raimundo; Érbio; Rafael; Jéssica; Fernanda; Neli; Jefferson; André; Carmen);

Aos meus amigos juristas Newton Pereira e Fábio Oliveira, pelo compromisso ético e social no exercício da advocacia, e por não acreditarem na neutralidade e na ideologia da cegueira da Justiça;

Aos meus cunhados e cunhadas (Gilberto; Cláudia; Anselmo; Silvio; Nelma) e a minha sogra Tereza, por cuidar da minha prole durante o período de incertezas da contradição vida/morte;

Aos meus irmãos: Carlinho; no seu silêncio nos ensina a paciência divina. José Luís; por acreditar que a “emoção zero” é a ética da vida humana. Nazaré; um coração imenso e protetor das mulheres que Deus lhe confiou a maternidade. Sérgio; um lorde nas relações sociais. Franci; a réplica da Lulu, com habilidade e empatia quer guardar e proteger a todos.

A Roberta Queiroz Wariss, pelo apoio e presteza em diferentes situações no transcurso da minha existência e de minha família.

Ao Luciano Alves, um parceiro 100% que compartilha comigo momentos de alegria e tristeza.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará, por me conceder licença para a realização do doutorado;

A Dr<sup>a</sup> Amanda Raquel Gomes (Oncologista), por exercer com rigor a arte médica e dispensar a mim e a minha família o esclarecimento e o caminho a ser percorrido na luta pela vida.

O capital desregulamentado e mundializado concentra nas mãos de um número cada vez menor de grupos econômicos o conhecimento, a tecnologia, a riqueza e o poder sobre a vida humana, ampliando de forma escandalosa o *apartheid* social entre as nações e dentro delas (Gaudêncio Frigotto, 2016)

## RESUMO

O texto de tese intitulado “Políticas de Educação e Terceiro Setor: O Pacto Pela Educação do Pará” apresenta como objeto de estudo a relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará, considerando que tal instrumento materializa as políticas educacionais na rede pública estadual paraense, articulado aos interesses dos setores público e privado. O objetivo geral do estudo é analisar a relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará. Para a fundamentação teórico-metodológica deste estudo, consideramos relevante o aporte com base no materialismo histórico-dialético, pois se mostra apropriado à medida que possibilita a construção crítica sobre a realidade analisada por meio da captura das contradições da trama em torno da relação público privada na promoção das políticas educacionais por meio do terceiro setor no Pacto Pela Educação do Pará. O estudo foi conduzido metodologicamente por meio de revisão de literatura à luz de teóricos tais como: Adrião (2008), Peroni (2009), Frigotto (1993, 2010, 2016, 2017), Saviani (2007), Santos (2013), os quais discutem o objeto investigado e serviram de referência, complementado por pesquisa documental e de campo com a utilização de entrevista semi-estruturada com sujeitos que vivenciam as ações do Pacto Pela Educação do Pará na rede pública estadual paraense. Historicamente, no Brasil, tal relação de parceria entre o público e o privado revela o quanto o Estado é privatista, e esteve e continua submisso aos grupos econômicos, que se revezam e se reproduzem em conformidade com a dinâmica reprodutora do capital. No percurso da pesquisa foi possível confirmar que o Estado se reformula para promover a reprodução do capital e, por meio de sucessivas reformas, faz adequações na estrutura política e administrativa visando dar continuidade ao processo de acumulação. Assim, a crise do capital vivenciada na primeira década do século XXI possibilitou ao Estado criar condições de sobrevivência aos grupos econômicos no mercado, e no Estado do Pará, a estratégia governamental constou da criação do Pacto Pela Educação do Pará, visando em primeiro plano à obtenção de empréstimo junto às organizações financeiras internacionais, no caso específico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e posteriormente, aplicar tais recursos em programas e projetos educacionais vinculados a entidades do Terceiro Setor, apêndices do capital. Os resultados do estudo revelam que a relação público privada no Pacto Pela Educação do Pará contribui para a privatização do ensino com precariedade na rede pública estadual paraense. E por meio de um planejamento educacional ditado por entidades representativas do capital, a rede pública estadual paraense se rende a lógica das recomendações definidos pelos organismos internacionais na construção da proposta educacional direcionada ao atendimento das demandas educacionais da sociedade. Conclui-se que o Pacto Pela Educação do Pará não conseguiu concretizar as sete ações previstas, as quais buscavam alcançar resultados destinados a melhoria do desempenho escolar dos estudantes da rede pública estadual.

**Palavras-chave:** Relação Público-Privada. Pacto Pela Educação do Pará. Gestão educacional.

## ABSTRACT

The thesis titled "Education Policies and the Third Sector: The Pact for Education in Pará" presents as object of study the public-private relationship in the Pact for Education of Pará, considering that this instrument materializes the educational policies in the state public network Paraense, articulated to the interests of the public and private sectors. The general objective of this study is to analyze the public-private relationship in the Pact for Education of Pará. For the theoretical-methodological foundation of this study, we consider relevant the contribution based on historical-dialectical materialism, since it is appropriate as it allows the construction criticism about the reality analyzed through the capture of the contradictions of the plot around the public private relation in the promotion of educational policies through the third sector in the Pact for Education of Pará. The study was conducted methodologically through literature review in the light of such as: Adriana (2008), Peroni (2009), Frigotto (1993, 2010, 2016, 2017), Saviani (2007), Santos (2013), who discuss the object investigated and served as reference, complemented by documentary research and of the field with the use of semi-structured interview with subjects who experience the actions of the Pact for the Education of Pará in the public network estadual paraense. Historically, in Brazil, this relationship of partnership between public and private reveals how privatized the state is, and has been and remains submissive to economic groups, which take turns and reproduce themselves in accordance with the reproductive dynamics of capital. In the course of the research it was possible to confirm that the State reformulated to promote the reproduction of capital and, through successive reforms, made adjustments in the political and administrative structure aiming to continue the process of accumulation. Thus, the capital crisis experienced in the first decade of the 21st century enabled the state to create conditions for survival in economic market groups, and in the state of Pará, the government strategy consisted of the creation of the Pact for Education of Pará, with a focus on obtaining loans from international financial organizations, in the specific case, the Inter-American Development Bank (BID), and subsequently applying these resources in educational programs and projects related to entities of the Third Sector, appendices of capital. The results of the study reveal that the private public relation in the Pact for Education of Pará contributes to the privatization of precarious education in the state public network in Pará. And through an educational planning dictated by entities representative of capital, the Paraense state public network surrenders to the logic of the dictates defined by the international organisms in the construction of the educational proposal directed to the attendance of the educational demands of the society.

**Keywords:** Public-Private Relationship. Pact for Education in Pará. Educational management.

## RESUMEN

El texto de tesis titulado "Políticas de Educación y Tercer Sector: El Pacto por la Educación del Pará" presenta como objeto de estudio la relación público-privada en el Pacto por la Educación de Pará, considerando que tal instrumento materializa las políticas educativas en la red pública estatal paraense, articulado a los intereses de los sectores público y privado. El objetivo general del estudio es analizar la relación público-privada en el Pacto por la Educación del Pará. Para la fundamentación teórico-metodológica de este estudio, consideramos relevante el aporte con base en el materialismo histórico-dialéctico, pues se muestra apropiado a medida que posibilita la construcción la crítica sobre la realidad analizada por medio de la captura de las contradicciones de la trama en torno a la relación pública privada en la promoción de las políticas educativas a través del tercer sector en el Pacto por la Educación de Pará. El estudio fue conducido metodológicamente por medio de revisión de literatura a la luz de y en el caso de las mujeres, en el caso de las mujeres, en el caso de las mujeres, y de campo con la utilización de entrevista semiestructurada con sujetos que vivencian las acciones del Pacto por la Educación de Pará en la red pública estadística para el. Históricamente, en Brasil, tal relación de asociación entre lo público y lo privado revela lo que el Estado es privatista, y estuvo y sigue sumiso a los grupos económicos, que se turnan y se reproducen de acuerdo con la dinámica reproductora del capital. En el curso de la investigación fue posible confirmar que el Estado se reformula para promover la reproducción del capital y, por medio de sucesivas reformas, hace adecuaciones en la estructura política y administrativa para dar continuidad al proceso de acumulación. Así, la crisis del capital vivida en la primera década del siglo XXI posibilitó al Estado crear condiciones de supervivencia a los grupos económicos en el mercado, y en el Estado de Pará, la estrategia gubernamental constató la creación del Pacto por la Educación de Pará, en el caso específico, el Banco Interamericano de Desarrollo - BID, y posteriormente aplicar esos recursos en programas y proyectos educativos vinculados a entidades del Tercer Sector, apéndices del capital. Los resultados del estudio revelan que la relación pública privada en el Pacto por la Educación de Pará contribuye a la privatización de la enseñanza con precariedad en la red pública estatal paraense. Y por medio de una planificación educativa dictada por entidades representativas del capital, la red pública estatal paraense se rinde la lógica de los dictámenes definidos por los organismos internacionales en la construcción de la propuesta educativa dirigida a la atención de las demandas educativas de la sociedad.

**Palabras clave:** Relación Público-Privada. Pacto por la Educación de Pará. Gestión educativa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Mapa das regiões de integração do Estado do Pará p.76
- Figura 2: Mapa de localização das escolas tecnológicas da rede estadual do Pará p.83

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Percentual da população de zero a cinco anos que frequenta a escola no Brasil, Região Norte e Estado do Pará	p. 24
TABELA 2: Oferta de escolas e matrículas no ensino médio na região de integração do Tapajós-PA	p.78
TABELA 3: Projeção do IDEB para o Estado do Pará	p.79
TABELA 4: Níveis de proficiência (língua portuguesa – SISPAE (em %) No Estado do Pará	p.80
TABELA 5: Níveis de proficiência (matemática – SISPAE (em %) no Estado do Pará	p.81
TABELA 6: Oferta da educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino do Pará	p. 91
TABELA 7: Matrículas na educação infantil no Brasil e no Pará	p.123
TABELA 8: Condições das instalações das escolas públicas da rede estadual paraense	p. 134

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Níveis de proficiência do SISPAE no Estado do Pará	p.82
QUADRO 2: Escolas tecnológicas da rede pública estadual do Pará – 2017	p. 86
QUADRO 3: Previsão da oferta do sistema educacional interativo na rede pública estadual do Pará	p.89
QUADRO 4: Quadro evolutivo da participação do terceiro setor na rede Pública estadual do Pará	p.118
QUADRO 5: Resumo das ações/resultados previstos no Pacto Pela Educação do Pará	p.120
QUADRO 6: Programas de formação continuada incluídos no Pacto Pela Educação do Pará	p.128
QUADRO 7: Ações previstas de formação no Pacto Pela Educação do Pará	p. 128
QUADRO 8: Obras de escolas abrangidas no Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará	p.156

## LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CEFOR	Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Pará
CONSED	Conselhos de Secretários de Educação
ELETOBRAS	Empresa de Eletricidade do Brasil S.A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do
Estado do Pará FIEPA	Federação das Indústrias do Pará
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPEP	Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará
IDEB	Índice do Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

OS	Organizações Sociais
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A
PISA	Programme for International Student Assessment
PNE	Plano Nacional da Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RMB	Região Metropolitana de Belém
SAEN	Secretaria Adjunta de Ensino
SEBRAE	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa
SEDUC-PA	Secretaria de Educação do Estado do Pará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Transportes
SISPAE	Sistema Paraense de Avaliação Escolar
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
FUNDAÇÃO VUNESP	Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1: A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL</b>	<b>40</b>
1.1 A construção da relação público-privada na educação básica no Brasil	41
1.2 A mundialização do capital e seus desdobramentos no contexto Educacional	55
1.3 A reforma do estado a partir da década de 1990 e as iniciativas do terceiro setor na educação básica no Brasil	61
<b>CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA PARAENSE</b>	<b>75</b>
2.1 O cenário da educação básica no Estado do Pará	75
2.2 A composição político-administrativa do Pacto Pela Educação do Pará	92
2.3 A relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará	102
<b>CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA DESVELADA NO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ A PARTIR DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS</b>	<b>122</b>
3.1 A visão dos docentes	122
3.2 A visão dos gestores	138
3.3 A visão do sindicato SINTEPP	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>160</b>
<b>REFERENCIAS</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICES</b>	

## INTRODUÇÃO

A reforma do Estado ocorrida no Brasil na década de 1990 teve como foco central o ajuste da administração com o intuito de adequar-se a reestruturação do capital, que acarretou na restrição estatal nas atividades produtivas, culminando com a diminuição dos postos de trabalho nas empresas estatais, por meio dos planos de demissão voluntária, privatizações. O desmonte da máquina pública possibilitou a terceirização das atividades meio e fim, para tornar a máquina estatal mais eficiente no cumprimento das demandas sociais, e o sucessivo aumento da parceria público-privado.

A medida governamental destinada à redução da participação do Estado no sistema produtivo culminou com desligamento de trabalhadores das empresas estatais, por meio da privatização e incentivos à aposentadoria compulsória, aposentadoria especial, incentivo à demissão por intermédio de planos de demissão voluntária. Tal ação repercutiu no padrão econômico de vida da classe trabalhadora, além das restrições quanto à reinserção no mundo do trabalho<sup>1</sup>.

As limitações da participação do Estado no sistema produtivo foi estrategicamente justificada à sociedade pelo governo federal, a partir do pressuposto de que os recursos financeiros aplicados em áreas produtivas, decorrente da privatização de empresas públicas, seriam transferidos para a área social, visando à melhoria do atendimento das demandas essenciais ao usufruto do bem estar da população.

A transferência de empresas estatais ligadas ao setor produtivo para a iniciativa privada favorecia a exploração de atividades econômicas, as quais foram adquiridas por meio de empréstimos obtidos junto às instituições financiadoras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, avalizados pelo Estado.

Iludidos pelo discurso ideológico promovido pelo capital de incentivo à atividade do empreendedorismo<sup>2</sup>, uma parcela significativa da classe trabalhadora

---

<sup>1</sup> Trata-se de diferentes formas de exploração da força de trabalho subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital (ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni, 2004)

<sup>2</sup> Empreendedorismo é o ato de empreender, ou seja, fazer algo novo e diferente dentro de um mercado, de uma empresa ou para a sociedade. No mundo dos negócios, o termo se refere à busca

desligada das empresas estatais ou demitidos após a privatização, inseriram-se no trabalho informal, ou constituíram pequenas e microempresas, os quais, destituídos de assistência técnica e uma política específica de crédito junto às instituições financeiras, em sua maioria não conseguiram consolidar seus negócios no mercado, resultando em fracasso e a consequente perda do capital investido.

A privatização fez emergir novas feições nas relações de trabalho, uma delas foi o fortalecimento do processo de terceirização de atividades produtivas no âmbito da estrutura administrativa do Estado, com redução ou até eliminação de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, dentre estas, a estabilidade no emprego, assistência de saúde suplementar, participação nos resultados, subsídio à educação, dentre outros.

A redução da participação do Estado na base produtiva é uma prática na gestão da Secretaria de Estado de Educação do Pará, descrita por meio da contratação de trabalhadores temporários, abrangendo desde a docência até o pessoal de apoio administrativo e operacional nas unidades escolares, tais como agentes de portarias, vigias, merendeiras, serventes, assistentes administrativos, e outras categorias profissionais. Por meio de Processos Seletivos Simplificados, essa ação efetiva-se na estrutura administrativa e operacional estatal, além da indicação de trabalhadores às empresas terceirizadas (PARÁ, 2017).

O Terceiro Setor<sup>3</sup> ganhou significativo espaço no contexto educacional público, por meio da flexibilidade prevista no artigo 206 do texto constitucional de 1988, quanto à liberdade de ação e a utilização de recursos públicos para financiar projetos e programas educacionais visando promover a melhoria da qualidade do ensino. Esse espaço foi garantido e assegurado na Lei Federal 11.079/2004 que regulariza o processo de licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

As mudanças no campo econômico, político e social no Brasil, a partir da década de 1990, ampliou a efetivação de parcerias público-privadas, justificadas pela redução das funções do Estado, com a finalidade de alcançar maior eficiência no atendimento das demandas sociais, caricaturando os bens sociais, dentre estes a

---

por novas oportunidades por meio da **criatividade** e da **inovação (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2010)**.

<sup>3</sup> O termo "Terceiro Setor" foi idealizado por John D. Rockefeller III, nos Estados Unidos em 1978. No contexto da reestruturação produtiva, o primeiro setor representa o Estado, o segundo setor, o empresariado, e o terceiro setor, é tido como representante da sociedade civil organizada, cuja finalidade é substituir o Estado no atendimento de demandas sociais (MONTAÑO, 2010).

educação, como serviços não-exclusivos do Estado, os quais podem ser executados pelo setor privado e pelo público não-estatal.

[...] o que se vê é o crescimento cada vez maior dos empreendimentos educacionais privados e o governo incentivando-os por meio de subsídios e outras ajudas, especialmente a partir de 1995, com a reforma do Estado, incentivada pelos organismos internacionais (SANTOS, 2014, p. 227).

O ajuste do Estado à ordem neoliberal avançou no campo educacional resguardado pelo princípio da flexibilidade da legislação com a finalidade de normatizar a relação público-privada visando assegurar a participação de Institutos, ONG's (Organizações Não Governamentais), OS (Organizações Sociais), na execução de ações educativas, subsidiadas com recursos públicos, capturados junto ao Ministério da Educação. A presença do terceiro setor como parceiro do Estado na execução das políticas educacionais deslocou em maiores dimensões a função social da escola, restringindo-a a agência formadora do chamado capital humano.

A consolidação da reforma do Estado definiu novas estratégias na implementação das políticas educacionais, e na educação básica, é marcante a presença de Instituições representativas do Terceiro Setor, subsidiadas por financiamento da União, mediante parceria estabelecida com organismos da administração direta e indireta.

A presença do setor privado na estrutura administrativa do estado, faz-se presente na secretaria de estado de educação do Pará, por meio de convênios firmado com entidades de diferentes natureza jurídica, tais como, Institutos, Fundações, Organizações, ligadas ao empresariado, para atuação nas atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do processo educativo.

A continuidade das ações previstas na reforma do Estado na última década do século XX, delimitada na relação público privada suscitou o interesse pessoal na investigação das políticas educacionais no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC-PA articulada à participação do terceiro setor, representado por institutos, fundações, centros, e outras entidades formais, que desenvolvem programas, projetos e ações, na rede estadual de ensino do Pará.

A relevância pessoal do estudo decorreu da necessidade de compreensão das mudanças ocorridas após a reforma do Estado na década de 1990 no Brasil, que culminou com a ampliação da relação público-privado na educação, e a vivência na gestão educacional na rede pública estadual do Pará, me colocou em contato

com entidades vinculadas ao Terceiro Setor para o desenvolvimento de planos, programas e ações, o que suscitou interesse em investigar com maior clareza o objeto.

O ingresso na Secretaria de Estado de Educação do Pará, por meio de concurso público no ano de 2008, no cargo de especialista em educação oportunizou conhecer o cotidiano da gestão educacional estatal, primeiramente no exercício da função de diretor escolar, posteriormente de coordenador do ensino fundamental da rede pública estadual paraense (2011-2015) e por último no assessoramento técnico da Secretaria Estadual de Educação, inclusive compondo o grupo de profissionais que participaram das reuniões de elaboração do planejamento estratégico do “Pacto Pela Educação do Pará” no ano de 2012, e sua implementação no ano de 2013. Essa vivência possibilitou acompanhar o processo de inserção do terceiro setor no contexto institucional, além do desdobramento dos programas e projetos nas unidades de ensino.

O Plano Estratégico de criação e implantação do “Pacto Pela Educação do Pará” teve a participação do Instituto Synergos, fundado em 1986 por Peggy Dulany, atual Presidente, e dirigido por Robert H. Dunn. A sede localiza-se em Nova York, e representações na África, Europa, Oriente Médio e América Latina. Integrante do chamado terceiro setor, o Instituto Synergos atua como catalisador e facilitador da ação coletiva para enfrentar complexos desafios sociais.

As principais parcerias estão voltadas para a melhoria da educação no Brasil; da agricultura na Etiópia; da saúde materna e infantil na Namíbia; das vidas de crianças vulneráveis em Moçambique e na África do Sul; e da nutrição da criança e empoderamento das meninas na Índia (<https://www.synergos.org>).

A relação público-privada descreve um quadro significativo na ocupação do currículo das escolas públicas no Brasil, representada por programas indutores para a melhoria do desempenho da Educação Básica, em especial, nos níveis de ensino Fundamental e Médio, tais como: Educação Integral (Fundação Itaú Social), Programa Jovem do Futuro (Instituto Unibanco), Projeto Trilhas (Instituto Natura) Gestão Nota 10 e Escola Campeã (Instituto Airton Sena), os quais operacionalizam por meio de parceiras com instituições representativas do Terceiro Setor (BRASIL, 2009).

Visto que, parte do financiamento para custeio da educação pública é oriundo dos tributos recolhidos pelo Estado junto à sociedade, os recursos públicos

aplicados na educação, conforme previsto na flexibilidade da norma constitucional, também são apropriados pelo chamado terceiro setor, por meio de instituições privadas representantes do capital financeiro, para promover ações vinculadas ao ensino.

Na rede pública paraense, nos anos iniciais do ensino fundamental, o Instituto Natura, por meio do “Projeto Trilhas”, desenvolve atividades de promoção da leitura e escrita nas redes municipais e estaduais; no ensino médio, o projeto Jovem do Futuro, executado pelo Instituto Unibanco, tem por finalidade promover inovações na gestão e no currículo, visando elevar o desempenho escolar dos alunos, ações essas, custeadas por recursos financeiros capturados junto ao Estado (PARÁ, 2016).

A apropriação dos recursos públicos pelo setor privado para custeio de programas e projetos na área educacional é questionado a partir da dimensão conceitual do que vem a ser o privado. Para Bobbio (2007), o privado pode ser definido como “não público”, ou seja, refere-se a interesses particulares.

No contexto educacional, o aumento do espaço do terceiro setor, foi ocasionado também pela nova configuração do papel do Estado na elaboração de metas constantes na política regulatória e fiscalizatória dos diversos setores da economia, descentralização no processo de execução dos serviços públicos, por meio de permissões e concessões ao setor privado (SAVIANI, 2007).

A presença do terceiro setor na implementação de programas destinados a melhoria da qualidade da Educação Básica é algo que merece ser investigado no âmbito do desdobramento das políticas educacionais do Estado brasileiro, visando esclarecer a dinâmica estabelecida na relação público-privada.

A reforma do Estado protagonizada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, cujo mentor foi Luiz Carlos Bresser Pereira, materializa-se no contexto atual por meio de instituições vinculadas ao terceiro setor que colocam em operação programas educacionais financiados pelo Estado, visando alcançar os padrões de eficiência e qualidade nos resultados do desempenho escolar na Educação Básica.

A presença de instituições vinculadas ao Terceiro Setor na execução de programas educacionais na esfera do Estado está vinculada as condicionalidades que os organismos internacionais, dentre estes, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco de Desenvolvimento Internacional –

BID, estabelecem nos convênios de cooperação técnica e financeira, especialmente para elevar os índices de desempenho escolar dos países e justificar a sociedade a possível melhoria da qualidade do ensino.

Estrategicamente, o poder governamental dissemina o discurso da inoperância da gestão pública na condução do ensino, e enaltece a competência da ação da gestão privada, justificada por indicadores de desempenho com foco na perspectiva quantitativa.

Tome-se como exemplo mais recente o programa de avaliação da educação escolar, que está sendo implementado dentro de uma forma-padrão econômica de qualidade, como se as escolas fossem empresas e tivessem de dar lucro (educação de boa qualidade) sem que se tenha propiciado a melhoria das condições educacionais (SANTOS, 1997, p.121)

Considerando que a iniciativa privada avança no processo de ocupação de novos espaços para reproduzir a lógica acumuladora, a relação público-privada articulada ao Pacto Pela Educação do Pará, intenciona fortalecer o poder local, por meio da aliança entre Estado-Município, na efetivação de programas e projetos executados pela relação público-privado.

O desempenho escolar da rede pública estadual de ensino do Pará, expressa um quadro aquém das metas estabelecidas no Programa Todos Pela Educação, exposto no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB abaixo da média nacional em todos os níveis, representado por um baixo percentual de alunos com aprendizagem considerada adequada, alcançado por apenas 13,3% em Língua Portuguesa e 3,1% alunos em Matemática. Esse quadro é complementado pelos baixos percentuais de alunos concluintes na educação básica, em que apenas 31,7 % dos jovens até os 19 anos concluem ensino médio, conjugado a uma taxa 20,6 % de abandono escolar neste nível de ensino (BRASIL, 2015).

Ainda que não concordemos com a lógica descrita nos exames de avaliação em larga escala vigente no Brasil, que prioriza apenas duas disciplinas integrantes do currículo, como também as matrizes de referência componentes da Prova Brasil e do Enem, não englobam todos os conteúdos do currículo, e não se avaliam as dimensões *intra* e *inter* escolares, no entanto, os valores quantitativos merecem ser considerados.

Por outro lado, um dos aspectos que podem justificar o baixo desempenho escolar na rede pública paraense inclui a limitação do Estado quanto ao atendimento

do direito à educação previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e na legislação educacional 9394/96. Ainda que o Estado não seja responsável pela oferta da educação infantil, competência essa reservada aos municípios, no entanto, o ente federativo estadual deve assessorar as municipalidades quanto a oferta da primeira etapa da educação básica.

TABELA 1: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE ZERO A CINCO ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA NO BRASIL, REGIÃO NORTE E ESTADO DO PARÁ

População no Pará	BRASIL	NORTE	PARÁ	Fora da Escola
De 0 a 3 anos 619.989	23,3%	9,2%	11,2%	88,8%
De 4 a 5 anos 315.194	81,4%	67,9%	73,9%	26,1%

Censo Escolar (2016)

Em geral, o Brasil apresenta um déficit quanto à frequência à escola para a faixa etária de zero a três anos, em que apenas 23,3% é atendida. Na região norte, o percentual apresenta abaixo da média nacional, com 9,2%, portanto, urge o empenho no sentido de elevar esses percentuais. Por outro lado, a unidade federativa paraense, apesar de encontrar-se acima da média regional, porém, encontra-se abaixo da média nacional, com apenas 11,2% crianças com frequência escolar.

Quanto à frequência da faixa etária de quatro a cinco anos, o Brasil ainda não conseguiu universalizar a frequência à escola, visto que consegue atender apenas 81,4%; Na região Norte, a frequência é menor em relação a média nacional e a média paraense. Porém, a média de frequência da unidade federativa paraense é menor que a nacional, e nesse sentido, o Plano Estadual de Educação (2015-2024), prevê em relação à universalização da educação infantil, que o Estado do Pará precisa ampliar o atendimento de crianças na faixa-etária de 4 a 5 anos de idade em mais 26,1%, além disso, estabelecer 40% de atendimento das crianças de 0 a 3 anos em creches até 2025 para colaborar com a meta de 50% apontada no PNE.

As limitações da oferta da educação infantil no Estado do Pará é um dos fatores que contribuem diretamente para o baixo desempenho escolar nas redes estadual e municipal, pois, grande parte das crianças ingressam aos seis anos no primeiro ano do ensino fundamental, sem ter tido a vivência na educação infantil, e logicamente, que é nesse momento que iniciam o processo de alfabetização.

Esses fatores e outros produzem um fosso significativo quanto à superação da situação em que se encontra a oferta da educação pública paraense, e do conseqüente desempenho escolar, avaliado e analisado nas políticas educacionais, restrito a valores quantitativos demonstrados nos indicadores oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

O governo estadual com a finalidade de reverter o cenário descrito na Educação Básica pública do Estado do Pará implantou o “Pacto Pela Educação do Pará”, por meio de Decreto governamental nº 694, de 1º de abril de 2013, desdobrado a partir das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação 2015-2024, voltadas a melhoria da qualidade do ensino ofertada a sociedade paraense.

Em sua base conceitual, o “Pacto Pela Educação do Pará” integra um conjunto de ações na área de gestão, logística e ensino, por meio de parceria construída entre o governo do Estado, sociedade civil, empresariado, organismos internacionais, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino público, cuja meta é de elevar o desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em 30% até o ano de 2017 (PARÁ, 2013).

O “Pacto Pela Educação do Pará” com o intuito de viabilizar a aplicação dos recursos financeiros, criou o Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará, com aporte de recursos financeiros provenientes do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que financia 57,3 por cento de um investimento total de 351 milhões de dólares (201 milhões do financiamento concedido ao Estado por intermédio do BID e 150 milhões de dólares da contrapartida do Tesouro Estadual, conforme o Contrato 2933/OC-BR assinado em 16 de dezembro de 2013) (SEDUC, 2017).

A concretização da relação público-privada no âmbito da educação pública paraense é materializada por meio do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira – CONVENIO 030/2015, celebrado entre o Estado do Pará, representado pela Secretária de Estado de Educação e o Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará – GPEP, representado por organizações pertencentes ao Terceiro Setor, dentre estas Fundação Vale; Instituto Natura; Instituto Synergos; Tora Brasil.

A materialização dessa relação é justificada por meio do argumento de que o Estado é ineficiente para reverter o desempenho escolar da rede pública estadual

paraense, descrita nos exames nacionais de larga escala (IDEB/ENEM) e referenciada nos exames internacionais (PISA), o que requer a necessidade da intervenção do empresariado por meio de parcerias, visando executar programas e projetos educacionais.

No supracitado Convênio, o GPEP é representado pelo Instituto Synergos, cuja pessoa jurídica é descrita como Associação Sem Fins Lucrativos, sediado no Rio de Janeiro, dirigido por Wanda Engel Aduan, ex-diretora do Instituto Unibanco. A estratégia do GPEP em eleger o Instituto Synergos como representante do Terceiro Setor no Pacto Pela Educação do Pará alinha-se à rede de poder tecida em nível nacional e internacional.

Por intermédio da articulação do “Pacto Pela Educação do Pará”, o chamado Terceiro Setor se faz representar por um conjunto de ações estratégicas destinadas a melhoria da qualidade do ensino, materializado por meio de projetos e programas com foco na gestão educacional, formação de professores, metodologias e estratégias de aprendizagem, dentre outros.

A participação do terceiro setor na operacionalização das políticas educacionais vinculadas à Educação Básica recebe o apoio também do aparato administrativo estatal, representado pelas redes estaduais e municipais de educação, mediante a articulação com o Conselho de Secretários de Educação – CONSED, União de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, de modo que as entidades ligadas ao empresariado tornam-se o referencial de ação da política educacional.

A presença do terceiro setor no contexto operacional da política educacional na rede pública estadual de ensino articula-se em micro e macro poder<sup>4</sup>, inclusive compondo uma rede de relações institucionais, constituídas pela Federação das Indústrias do Pará – FIEPA; Federação do Comércio – Fecomércio; Federação da Agricultura do Estado do Pará – FEAPA; Instituições de Ensino Superior; Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP; com a finalidade de

---

<sup>4</sup> A articulação ocorre por meio de representações de parlamentares que compõem a base de apoio do governo estadual que defendem os interesses do empresariado na unidade federativa paraense; lideranças locais, representantes de organizações não governamentais. Esses sujeitos e entidades mantêm vínculos de relacionamento com a base política de apoio da Coligação União Pelo Pará, comandada pelo Partido da Social Democracia do Brasil – PSDB.

promover a educação em conformidade com as condicionalidades dos organismos internacionais.

Este estudo justifica-se no contexto acadêmico a partir da necessidade de sistematizar a experiência da relação público-privada na educação básica, na rede pública estadual paraense, por meio do “Pacto Pela Educação do Pará”, em que Estado e o Terceiro Setor unem-se na operacionalização das políticas educacionais. A construção de referenciais teórico-metodológicos para a análise da relação público-privada na operacionalização das políticas educacionais mediante projetos e programas do segmento do terceiro setor é pertinente ser investigado, a partir da descrição da experiência da Secretaria de Estado de Educação do Pará na efetivação das parcerias contidas no Pacto Pela Educação do Pará.

A presença do Terceiro Setor no atendimento educacional por meio de projetos e programas voltados a melhoria do desempenho dos alunos na educação básica, abrangendo o Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) até o Ensino Médio, articulados as ações do Estado por meio do Pacto Pela Educação, assume relevância social no intuito de esclarecer a dinâmica construída nas relações de parceria entre o público e o privado.

O baixo desempenho em que se encontra a educação pública no Estado do Pará, descrito segundo os dados estatísticos oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que revela um quadro abaixo dos índices previstos nas metas estabelecidas pelo Governo Federal quanto ao desempenho a ser alcançado de 6,0 até 2021, decorre de um conjunto de fatores de ordem política, social e econômica, que não consegue responder à transformação da realidade da população.

As informações sócioeconômicas do Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SISPAE apontam para limitações quanto ao atendimento escolar com qualidade<sup>5</sup>, na rede pública de educação básica, abrangendo desde a precariedade de infraestrutura predial para funcionamento adequado das atividades pedagógicas,

---

<sup>5</sup> A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; nem, muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos. (OLIVEIRA; DOURADO, 2009, p.205)

até as condições sociais que interferem a frequência do aluno à escola ou pressionam para a ocorrência do abandono, descrito em 20% no ensino médio e 16% nos anos finais do ensino fundamental, além da precariedade para o acesso a escola, dentre estas, vias públicas isentas de saneamento básico, falta de iluminação pública, dificuldades de meios de transporte, interrupção no fluxo de distribuição da alimentação escolar, dentre outros (PARÁ, 2015).

Sob o argumento de que o problema da péssima qualidade da educação pública do Pará é de responsabilidade de toda a sociedade, portanto cabem ao Estado e a sociedade, o compromisso com a elevação do desempenho escolar, e nesse sentido, o governo do estado do Pará firmou Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto Synergos, visando a elaboração do projeto do Pacto Pela Educação do Pará, mediante um planejamento estratégico para formação da rede de parceiros, e posteriormente a elaboração do escopo de desdobramento da governança<sup>6</sup>.

Desde a implantação do Pacto o Instituto Synergos vem coordenando um grupo de empresas, fundações e institutos com investimento social no Pará, organizados em uma rede sem relações hierárquicas entre seus membros. Esta rede, denominada Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto pela Educação do Pará (GPEP), busca contribuir para que os esforços de cada um alcancem maior impacto e efetividade (INSTITUTO SYNERGOS, 2015).

A unidade federativa paraense abriga considerável potencial de recursos naturais e de biodiversidade, explorados economicamente por empresas de capital privado, e nesse contexto, o Instituto Synergos por meio de sua titular, Wanda Engel Aduan, membro da rede de entidades vinculadas ao Terceiro Setor com atuação significativa no Brasil em parcerias com redes estaduais e municipais de ensino, realiza articulações para captação de parceiros para integrar-se ao Pacto.

O Decreto nº 694, de 26 de março de 2013, instituiu o Comitê de Governança Estadual e os Comitês de Governança Regionais do “Pacto pela Educação do Pará”, descrito como um esforço integrado do governo, da sociedade civil, empresariado, com o objetivo de elevar em 30% o Índice de Desempenho da Educação Básica – IDEB até 2017.

---

<sup>6</sup> Envolve “capacidade de coordenação do Estado entre as distintas políticas e os diferentes interesses em jogo, capacidade de comando e de direção do Estado e capacidade de implementação” (SANTOS JÚNIOR, 2001, p. 55).

Em sua estruturação legal, o “Pacto Pela Educação do Pará” é formalizado mediante Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Secretária de Estado de Educação do Pará e o Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará – GPEP, representado pelo Instituto Synergos, visando captar parceiros do terceiro setor para contribuir com projetos, programas e ações, destinadas a melhoria da qualidade do ensino na educação básica no Estado do Pará, e a este compete:

Possibilitar a realização de atividades diversas pelo Instituto, por si ou por terceiros, relacionadas ao Pacto (...) financiar para os membros da equipe do Instituto os custos de transporte (aéreo, terrestre e fluvial), hospedagem e translados para atividades relacionadas a execução do Plano Executivo Anual regido por este termo de cooperação técnica e financeira (...) assessorar a SEDUC na elaboração do Plano de Prioridade Anual, com base no Plano Estratégico (PARÁ, 2015).

.A relação estabelecida entre o Estado e o Terceiro Setor é definida com clareza no referido termo de convênio. Ao Estado cabe operacionalizar por meio de recursos financeiros provenientes do tesouro estadual todas as atividades programadas pelos representantes do Terceiro Setor no “Pacto Pela Educação do Pará”. Ao segundo, cabe ditar o percurso das finalidades que a educação pública deve alcançar, por meio de um plano estratégico, isento de discussão com os diferentes sujeitos inseridos no espaço geográfico paraense, sem a participação dos profissionais da educação ou suas representações.

Com a implementação do “Pacto Pela Educação do Pará”, a parceria público-privada alcançou visibilidade junto aos meios de comunicação de massa, como a alternativa capaz de garantir a melhoria do desempenho escolar na rede estadual de ensino, por meio da articulação do empresariado, representado por Institutos/Fundações/e outras entidades representativas do terceiro setor, descrita em ações realizadas em escolas, as quais incluem desde a prática do voluntariado até a contratação de serviços de tecnologia educacional pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.

O Terceiro Setor representado pelo Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto – GPEP assume relevância no âmbito da gestão da educação pública, no Estado do Pará, por meio da atribuição de competências na definição do planejamento e das ações educacionais, cuja centralidade é a gestão por resultados quantitativos, visando atender as orientações emanadas dos organismos internacionais.

Compete ao GPEP:

Elaborar e submeter a SEDUC no mês de dezembro a proposta relativa ao Plano Executivo Anual do ano subseqüente, formalizado ato por escrito; definir e aprovar em conjunto em conjunto com a SEDUC calendário anual de atividades do Pacto Pela Educação até a primeira quinzena de fevereiro; assessorar a SEDUC na elaboração do Plano de Prioridade Anual, com base no Plano Estratégico (com metas e prazos), no mês de janeiro; articular e facilitar a realização de oficinas para apoiar a concepção e implantação de programas e projetos do Pacto; Articular e monitorar as ações de investimento social dos parceiros no Pacto e indicar os responsáveis pelos projetos nas respectivas instituições (PARÁ, 2015)

A descrição das competências do GPEP reforça o ideário da ineficiência da gestão pública em conduzir a administração da educação pública, seja no planejamento, assessoramento e execução das atividades educacionais, e a inserção da lógica da racionalidade, considerando o processo educacional na perspectiva linear. A intervenção do terceiro setor na esfera pública alcança também na escolha dos profissionais que podem ou não assumir a coordenação dos programas e projetos oriundos da parceria, por meio da definição de um perfil previamente determinado.

A implementação das políticas educacionais na rede pública estadual de ensino do Pará com a participação do terceiro setor intensificou-se a partir do ano de 2012, no governo de Simão Jatene – PSDB, por meio de projetos e programas ligados a iniciativa privada, seguindo a lógica da participação mínima e efetiva do Estado no cumprimento do dever e da responsabilidade direta no atendimento das demandas essenciais à melhoria da qualidade do ensino.

Assim, o estudo parte da hipótese de que a parceria constituída entre o público e o privado na rede pública estadual paraense, não se reserva unicamente a busca da melhoria do desempenho escolar, porém, inclui um processo mais abrangente, de construção de rede de fortalecimento de grupos econômicos e políticos, e nesse contexto, é essencial a compreensão do fenômeno na perspectiva da totalidade, considerando a relação local com o global, ditado por mediações entre o Estado, o mercado, o capital.

As entidades vinculadas ao terceiro setor parceiras do “Pacto Pela Educação do Pará” são prepostas do capital, dentre estas a Fundação Itaú Social (Banco Itaú), Instituto Natura (Empresa de Cosméticos Natura), Fundação Telefônica (Empresa de telefonia VIVO), as quais oportunizam viabilizar o aporte tecnológico educacional voltado à melhoria do desempenho da rede pública estadual paraense, e frente a

essa estratégia estabelecida entre o Estado e o Capital elabora-se a seguinte questão de pesquisa: Como a relação público-privada efetiva-se no “Pacto Pela Educação do Pará”?

Com a finalidade de elucidar a questão central de pesquisa definiram-se os seguintes objetivos: analisar a relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará; examinar a constituição da relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará; identificar as interferências da relação público-privada na rede pública paraense; indicar as mudanças na gestão do ensino resultante da relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará.

De acordo com Santos (2013), a relação público privada na educação escolar tem descrito um cenário de restrições da autonomia dos profissionais da educação na construção de propostas educativas capazes de responder as reais necessidades do processo educativo. Uma das situações que o professorado enfrenta no transcurso das parcerias, é a não convocação para as atividades de discussão dos problemas e o planejamento das ações, como também não são consultados sobre as situações, e recebem tarefas pré-definidas para execução, aliada a um rigoroso controle para o cumprimento.

A matriz que orienta a relação público-privada na educação, defendida pelas entidades vinculadas ao terceiro setor, define como foco central no processo educativo, a obtenção de resultados quantitativos, visando o alcance de metas previstas pelo governo, as quais se referenciam por meio de indicadores. Para Santos (2013) trata-se de uma abordagem educativa que considera o alcance dos índices o principal referencial para produção do conceito de qualidade na educação, e nesse contexto, a educação indicista na escola pública paraense, é incapaz de responder aos complexos desafios em que a educação básica se confronta.

Observamos que as reformas dos anos 1990 trouxeram a figura da parceria e que, em particular, na educação do Pará, por exemplo, as parcerias não vêm demonstrando ganhos em termos de democratização das relações de poder, nem ampliação dos direitos de cidadania. Ao contrário, estão, em tese, reforçando o individualismo, a competição e elevando consideravelmente o trabalho docente, tantas são as atividades de que os professores precisam dar conta, para melhorar os resultados das avaliações em larga escala, principalmente. Gastam muito tempo preenchendo fichas de desempenho dos alunos, não tendo autonomia para desenvolver seu trabalho diário, pois tudo está previamente determinado externamente (SANTOS, 2013, p. 71).

A perda da autonomia dos profissionais da educação nas secretarias de educação e nas escolas, decorrente da entrada de programas e projetos oriundos do terceiro setor, tem sido constantemente registrado nas pesquisas científicas relativas a relação público privada na educação, e nesse contexto, é possível considerar o quanto o deslocamento da prática educativa para um foco oposto a realidade escolar, não consegue contribuir para a melhoria qualitativa da educação.

Segundo Pojo (2014; p.123), a relação público privada na educação, oportuniza ao empresariado a ocupação de um espaço com potencialidades extraordinárias de retorno. Assim, a educação passou a ser concebida como um grande “negócio”, e tal espaço no processo produtivo é assegurado por meio da reforma estatal, a qual limita sua capacidade de atuação, transferindo-se para a iniciativa privada diversas atividades, transformadas em serviços, circulando capitais e gerando lucros.

Aparentemente, a relação público privada na educação é difundida à sociedade como uma atitude responsável do capital em assegurar o retorno social decorrente de sua atividade exploratória e acumuladora, e ao Estado, como um elemento neutro na atividade produtiva, ampliar os espaços de ação ao empresariado para promoção de atividades destinadas a responder demandas sociais, de modo que a parceria estabelecida entre ambos, contribui de forma direta para a melhoria da qualidade nas relações sociais.

Sendo assim, presumimos que a relação do privado com o público não se exaure em parceria imediata, os interesses que envolvem o setor privado para com a educação pública podem desvelar conexões para explicação de fenômenos que circundam o atual contexto abrangendo a gestão da educação pública. Nesse sentido, torna-se necessário compreender numa análise de totalidade as “prescrições” locais e globais que constituem a lógica privada da qual entendemos defender uma política de educação baseada em resultados, que envolvendo um processo de mediação entre o Estado, sociedade civil e escola pública na busca por uma educação de qualidade (CABRAL, 2015, p.41-42).

A construção da parceria entre o setor privado e o setor público, visando, sobretudo a ocupação de um espaço destinado ao atendimento de políticas sociais, em que os bens sociais transformam-se em serviços, torna-se a nova estratégia de avanço do capital para promover um modelo educacional destinado a formação da força de trabalho a ser explorada ou manter-se na reserva, dependendo do fluxo de produção requerido pelo mercado.

As políticas sociais<sup>7</sup> manifestas no capitalismo apresentam conexões com os interesses dos grupos dominantes, e com isso elas passam a ser vistas como um meio que o Estado tem para promover o bem estar, garantindo medidas de proteção à sociedade em suas demandas.

Para Bobbio (2007), o privado<sup>8</sup>, no âmbito da estrutura do Estado, situa-se como atividade econômica cujo objetivo visa a acumulação, ou seja, refere-se a uma condição de posse dos meios de produção. O ajuste do Estado à ordem neoliberal na última década do século XX avançou no campo educacional por meio de ações de Institutos, Organizações Não Governamentais – ONGs), Organizações Sociais - OS, subsidiadas com recursos públicos, capturados junto ao Ministério da Educação mediante participação em editais. A presença do Terceiro Setor como parceiro do Estado na execução das políticas educacionais deslocou em maiores dimensões a função social da escola, restringindo sua ação como agência formadora do chamado capital humano.

As parcerias público-privada vigentes na educação básica materializam tanto a proposta do público não estatal, quanto a do quase-mercado, pois o sistema público acaba assumindo a lógica de gestão proposta pelo setor privado ao instituir os princípios da chamada administração gerencial ou nova gestão pública (PERONI:ADRIÃO, 2008, p.5).

A administração pública vem se organizando no sentido de proporcionar maiores níveis de eficácia em suas ações, tendo mais transparência quanto ao uso dos recursos, e por estar condicionada aos princípios constitucionais que deliberam ao povo fiscalizar a ação do gestor, de modo que é possível acompanhar com maior rigor a aplicação dos investimentos e os recursos destinados ao atendimento das demandas sociais.

A relação público-privada no âmbito da administração estatal tem alcançado relevo no instante em que surgem novos espaços e perspectivas para a acumulação do capital, por meio da transformação dos bens sociais em serviços, os quais podem ser executados por instituições ou organizações vinculadas ao Terceiro Setor. No contexto educacional, especialmente nas redes públicas, a gestão, o ensino, o

---

<sup>7</sup> Políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força (MONTAÑO, 2010, p.39).

<sup>8</sup> Do latim *privātus*, privado é aquilo que permanece ou que se executa à vista de poucos, entre familiares ou amigos, sem grandes formalidades (Dicionário on line).

planejamento educacional e pedagógico, a formação continuada de profissionais da educação, têm avançado com a presença de programas e projetos vinculados a iniciativa privada.

Nessa perspectiva, a presença do Terceiro Setor na educação pública intensifica a ação do capital nos desígnios dos estudantes vinculados à classe trabalhadora, mediante a precarização do ensino, e o enfraquecimento da participação desses sujeitos na definição do modelo de educação que possibilite a transformação de sua realidade.

a função da escola básica proposta por alguns organismos internacionais e pelo empresariado retorna à teoria do capital humano ao limitar a formação básica às exigências econômicas: um futuro trabalhador ou um “empreendedor” com capacidade de raciocinar, resolver problemas, trabalhar em equipe, dar respostas rápidas, criar alternativas de autosobrevivência enfim adequado às demandas da esfera econômica, a qual parametriza a qualidade educacional requerida (PERONI, 2013, p.7).

A estratégia do Estado na mobilização de ações destinadas a melhoria da qualidade da educação básica pública, descrito na parceria público-privada, ainda é insuficiente para vislumbrar a transformação da realidade social historicamente construída no Estado do Pará, cuja matriz prevalecente é a reprodução da miséria e da pobreza, em meio a um espaço geográfico com potencial natural extraordinário para a promoção da dignidade dos sujeitos, representada por um conjunto de biodiversidade.

Para elucidar a questão central de pesquisa de como se efetivou a relação público-privado no Pacto Pela Educação do Pará, foi necessário percorrer o caminho metodológico, visando a aproximação com a realidade, desnudando-se o objeto em sua interioridade, na construção de suas relações.

O ofício investigativo requereu a adoção sistemática de um caminho a ser percorrido, visando desvendar o objeto ainda que seja provisório. Nesse sentido, Goldenberg (2005) afirma que a metodologia é uma importante ferramenta no ofício da pesquisa, pois ela direciona os caminhos e os instrumentos necessários a efetivação do trabalho científico.

O ponto de partida da pesquisa foi a indagação feita em forma de problema, que envolveu a relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará e mediante o auxílio de um marco teórico obtido inicialmente em produções científicas (dissertações e teses) disponíveis no site da Biblioteca do Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia – IBCT, foi possível obter e selecionar 50 trabalhos que tratam da relação público privada na educação, estabelecendo-se como critério de seleção, o período de 2015 a 2017.

O conteúdo das pesquisas apontavam para descrições de experiências de parcerias entre órgãos da administração estatal, no caso secretarias municipais e estaduais com entidades vinculadas ao terceiro setor, e também parcerias firmadas entre escolas públicas e empresas privadas sob a vertente da responsabilidade social.

Essas análises e informações foram fundamentais para a compreensão da relação desenhada entre o público e o privado por meio de programas educacionais, com destaque para as estratégias utilizadas pela Fundação Itaú Social que se coloca como uma importante protagonista na construção de propostas de educação integral nas redes públicas brasileiras, em sua maioria na região sudeste.

A vinculação ao grupo de pesquisa foi importante nesse período do doutoramento, pois me colocou em contato com o site da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, vinculados ao GT- 01- políticas e gestão da educação; artigos públicos na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação compreendido no período de 2015 a 2018; Relatórios de Pesquisa do Grupo de Pesquisa – Observatório de Gestão Democrática – OBSERVE/UFPA, que também fizeram parte do corpo teórico do estudo.

Também foi possível nos apropriar, por meio da revisão bibliográfica, de conhecimentos e informações sobre a relação público privada na educação e as diversas estratégias que as parcerias entre o Estado e o Empresariado produzem para convencer à sociedade do papel que eles desempenham, visando contribuir para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Vasconcelos (2007) ressalta o quanto é importante ao pesquisador conhecer os limites da investigação do objeto.

Esse momento foi relevante na definição de um percurso histórico da relação público-privado na educação básica no Brasil, e para tanto, os estudos de José Claudinei Lombardi et al do Grupo Histedbr nos mostrou o quanto a educação brasileira é apropriada por grupos que detém o poder e influência na administração estatal, o que facilita a construção de parcerias e a transferência de recursos financeiros, e foi assim durante o Império e continua na República, portanto, não houve mudanças substanciais na aliança entre o público e o privado no Brasil.

A pesquisa efetivada por meio de revisão de literatura delimitou-se nos estudos de Adrião et al (2013), Peroni (2009, 2014), Santos (2013), Frigotto (1993, 2010), Frigotto;Ciavatta (2016); Pires (2005), Saviani (2007) entre outros estudiosos que se debruçam na investigação científica das políticas educacionais com foco na gestão e as parcerias público privado na educação básica.

A utilização de documentos oficiais na produção do conhecimento científico em educação deve ir para além da leitura do cenário em que foram produzidos e da visão de mundo posta pelo grupo que os produziram, visando, sobretudo, desvelar as contradições, olhando para além do conteúdo impresso nos documentos.

As fontes históricas são elementos imprescindíveis na atividade investigativa do pesquisador, pois elas revelam informações significativas no processo de construção do objeto de estudo. É por meio das fontes que o pesquisador percorre o caminho em busca da apreensão do objeto, como também, transporta-o a novos espaços, em busca de informações complementares no trabalho de investigação científica (CORREA, 2016, p.87)

Assim, houve necessidade de fazer o levantamento das fontes documentais institucionais na Secretaria de Estado de Educação do Pará relativo ao “Pacto Pela Educação do Pará”, delimitado ao tempo histórico de 2013 a 2017, representados pelo Decreto nº 694/2013; Decreto nº 792/2013; Convênio de Cooperação Técnica e Financeira – CONVÊNIO 030/2015; Lei 7.855/2014; além de informações disponíveis no site da SEDUC-PA.

A definição do aporte teórico fundamentado nos pressupostos do materialismo histórico-dialético deu-se em função da compreensão de que teoria e método constituem uma unidade dialética, em que:

a verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico [...] devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com regras e sua dinâmica próprias que lhe asseguram o caráter de fecundidade (BRUYNE;HERMAN;SCHOUTHEETE, 1977, p.102).

As particularidades contidas na investigação científica orientada, segundo os pressupostos do materialismo histórico-dialético, é adequado ao estudo, pela possibilidade de inferir um olhar crítico sobre as situações concretas que se desenham na relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará, numa perspectiva de totalidade concreta, possibilitando desvelar as contradições,

desmistificando-se a forma de conceber a ação estatal em sua visão unilateral da realidade.

Para tanto, houve a necessidade de definição de algumas categorias, as quais possibilitam auxiliar o processo investigativo científico no contexto educacional, e de acordo com Cury (1995) os elementos são constituintes de uma realidade, os quais são impossíveis serem desvelados isentos da totalidade. Assim, as categorias auxiliam no entendimento do todo.

O Pacto Pela Educação do Pará é eivado de trama e interesses do grupo que controla o poder no Estado, portanto, exigiu a adoção da categoria da contradição, uma vez ser necessário a projeção do olhar dialético, buscando-se explicações mais amplas para a realidade, por meio da análise do micro e do macro no processo de constituição da parceria público privada na educação pública paraense.

O processo investigativo do objeto também comporta a categoria da totalidade, em que sujeitos, instituições e entidades não estão desvinculados de suas concepções de mundo, de homem e de sociedade, e os interesses em jogo no Pacto Pela Educação do Pará, estão contidos numa lógica, pois:

Trata-se de passar da análise de organizações específicas, tomadas isoladamente, para a compreensão do movimento que decorre da ação articulada de sujeitos e organizações buscando apreender, numa perspectiva de totalidade, as interconexões entre global e local (SHIROMA, 2011, p. 19).

A apropriação do contexto, do papel desempenhado pelos sujeitos, das relações que se desenham na relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará, é primordial para superação do olhar superficial, visto que é necessário apreender o objeto por meio das articulações que se manifestam entre o público e o privado numa visão de mediação, em que:

a perspectiva teórica das mediações implica incluir como propriedade do objeto, as conexões que o caracterizam em situações de tempo e espaço determinado [...] e, simultaneamente, não perder de vista o objeto na sua particularidade histórica. O conceito de mediação não se aplica apenas aos processos materiais, mas também aos fenômenos culturais e políticos (CIAVATTA, 2002, p.126).

A caracterização do contexto, abrangendo o tempo, o espaço, e o movimento do percurso histórico construído por sujeitos que ocupam o poder estatal é de fundamental importância para a descrição das mediações abrangidas no estudo,

especialmente das relações políticas travadas entre o Estado e o Capital, representado pelo Terceiro Setor.

Adotou-se a técnica da análise do conteúdo dos documentos, descrita por Bardin (2011), como um conjunto de técnicas de análise das comunicações com a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos, visando inferir conhecimentos sobre o pensar expresso pelos sujeitos produtores do documento, tendo como base suas concepções de mundo, interesses de classes, motivações e expectativas quanto ao projeto de sociedade que defendem.

Posteriormente, foi realizada entrevista semi-estruturada com roteiro previamente elaborado, com os seguintes sujeitos: a) 10 (dez) docentes efetivos da rede pública estadual de ensino; b) 05 (cinco) gestores de Unidades Seduc na Escola; c) 01 (um) representação sindical dos trabalhadores em educação pública. Os critérios adotados para a definição dos sujeitos constou: no caso dos docentes, ser servidor efetivo com mais de dez anos de vínculo, e participação efetiva do coletivo de professores que contribuíram nas reuniões para a elaboração do planejamento estratégico do Pacto Pela Educação do Pará e também que estivessem vinculados a algum projeto ou programa do terceiro setor inserido no Pacto.

O critério de escolha dos gestores de Unidade SEDUC na Escola deu-se em decorrência desses sujeitos, representarem a Secretaria de Estado de Educação, na função de Secretário Executivo do Comitê, na ausência do titular da pasta. Portanto, esses sujeitos representam o Estado, logo, estão alinhados e comprometidos com os objetivos pretendidos no “Pacto Pela Educação do Pará”.

Quanto ao critério de escolha do representante sindical dos trabalhadores em educação pública, optou-se pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, pelo histórico de mais de duas décadas na luta e enfrentamento em defesa da qualidade social da educação pública e de condições de trabalho digna aos trabalhadores da educação no Estado do Pará.

As entrevistas ocorreram no local de trabalho dos entrevistados, e ainda que estivesse agendado previamente, no entanto, em diversos momentos houve necessidade de interrupção devido à brevidade de tempo para as argumentações, em vista de compromissos pessoais e profissionais. No caso dos docentes, muitas vezes as entrevistas tiveram que ser paralisadas, para evitar possível retaliação da gestão escolar.

A tese está estruturada em três capítulos. No primeiro é abordada a relação público privada na educação básica no Brasil, situando-se o ponto de partida e a configuração do estado brasileiro na década de 1980 abrangendo a Reforma do Estado e as iniciativas do Terceiro Setor na educação básica; no segundo capítulo examina-se a relação público-privada na educação básica paraense, considerando o cenário educacional descrito nesta unidade federativa; a composição político-administrativo do Pacto Pela Educação do Pará; e a relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará; no terceiro capítulo busca-se desvelar o véu da relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará, mediante a visão dos sujeitos envolvidos, abrangendo docentes, gestores e a representação sindical dos trabalhadores em educação pública do Pará, seguido pelas Considerações Finais.

## **CAPÍTULO 1: A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

O presente capítulo busca sistematizar o percurso constitutivo da relação público-privada na educação pública brasileira, visando subsidiar o desvelamento do cenário descrito por essa parceria nas políticas educacionais, as quais se materializam nas ações do Estado, visando a promoção da escolarização básica às classes populares, intermediadas no contexto mais amplo, a partir das determinações dos organismos internacionais, justificada como uma das alternativas voltadas à melhoria da qualidade do ensino.

A reflexão sobre o papel do ente federativo estatal articulado ao modo de produção é pertinente ser considerado no contexto histórico das reformas educacionais, por meio da participação do ente privado na concretização de programas, projetos e ações no atendimento das demandas sociais, consubstanciado nas políticas públicas, delimitado na oferta da educação escolar.

Historicamente, as reformas educacionais efetivadas, por meio do Estado em sua relação com a sociedade, teve como referencial a manutenção da lógica reprodutora do modo de produção, com o intuito de assegurar a dominação dos grupos que controlam o poder.

Nesse contexto, a reflexão sobre tal percurso é pertinente ser desvelada, para compreensão do papel das políticas educacionais articulada ao movimento de expansão do modo de produção, e sua relação com o processo de escolarização, tido como elemento destinado à qualificação da força de trabalho para a ocupação dos diferentes espaços de atividades econômicas demandadas pelo capital.

É fundamental descrever a articulação entre o Estado e as entidades representativas da sociedade, que visam promover as políticas educacionais, justificada, historicamente, como parte do processo patrimonialista que se desenvolveu no Brasil, como forma de atendimento das demandas da população, e para tanto, a descrição das articulações nos diferentes momentos históricos e políticos auxiliam na compreensão do cenário.

O caráter patrimonial descrito desde a formação do Estado brasileiro materializou-se na relação público-privada na educação e alcançou espaço significativo nas ações do Estado, visando responder as demandas educacionais da

sociedade. A descrição do ponto de partida e dos diferentes movimentos produzidos na relação público-privada, na educação no Brasil, revela o quanto o Estado se molda de acordo com a flexibilidade, que o modo de produção determina em sua perspectiva acumulativa.

O Brasil, como a 9ª economia mundial, (FMI, World Economic Outlook Database, 2017), limita-se a abastecer os mercados por meio da exportação de recursos naturais e submete-se à lógica das políticas definidas pelos organismos internacionais, as quais determinam o ajuste permanente do Estado para assegurar o funcionamento do modo de produção capitalista e com a finalidade de ampliar os diferentes espaços da atividade produtiva, e para tanto define a relação público-privada na educação como uma alternativa viável à promoção e melhoria da qualidade da educação.

### 1.1 A construção da relação público-privada na educação básica no Brasil

A aliança entre o Estado Português e a Igreja no período de colonização do Brasil, ainda que a condição de Colônia o mantivesse sob domínio do governo de Portugal, pode-se considerar a gênese da construção da relação público-privado na educação brasileira, uma vez que a Companhia de Jesus, entidade militar-religiosa era a responsável pela promoção do ensino, com o devido respaldo do Estado.

De acordo com Pires (2005), a educação é fundamental para assegurar o funcionamento do modo de produção, visto que é necessário promover a formação da força de trabalho, destinada a ocupação de diversos espaços das atividades econômicas, e nesse contexto, a política educacional não está desvinculada da realidade social e ao projeto de poder vigente em determinado momento histórico.

O projeto econômico português voltado à exploração de recursos naturais na Colônia brasileira apresentou níveis de compatibilidade com o projeto mantido pela Igreja Católica, cuja preposta era a Companhia de Jesus, para a formação do modelo do homem previsto nos princípios escolásticos, e tal relação entre Estado e Igreja, serviu de referencial no processo de estruturação social e definição dos papéis dos sujeitos nos diferentes espaços da atividade produtiva.

Com a descoberta pelos portugueses e espanhóis das terras da América, seu projeto foi ampliado e levado para as novas terras, a fim de pregar a palavra de Deus entre os índios. Pode-se supor que o Projeto Educacional Jesuítico Jesuítas, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para

o Brasil, tinha determinada autonomia, e teve papel fundamental na medida em que contribuiu para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização brasileiro, bem como se constituiu no alicerce da estrutura educacional da Colônia brasileira (LOMBARDI et al, 2005,p. 04).

A relação entre o governo português e a Igreja orientado por interesses econômicos e ideológicos necessitou de um modelo educacional favorável a consecução dos objetivos institucionais, e nesse sentido é possível compreender o quanto relação público-privado se alicerça visando assegurar condições efetivas de viabilidade de projetos societários comuns.

A colônia brasileira sob a posse do governo português assegurou a oferta da educação à Companhia de Jesus, portanto, os vestígios da relação público-privada se evidenciam nos objetivos comuns entre as instituições pactuantes. O Estado pretendia assegurar à manutenção de uma base produtiva que resultasse em excedente para acumulação, além da formação das futuras elites dirigentes, como também, a Igreja buscava aumentar seu patrimônio e assegurar a hegemonia no plano ideológico cristão, nas novas terras tomadas por posse.

Lombardi et al (2005), esclarece a materialidade da relação público-privada na educação brasileira, mediante o Decreto regencial de 30 de junho de 1821, evidado do pensamento liberal em defesa da propriedade privada, ao conceder a qualquer cidadão, o direito para à exploração econômica da atividade educativa escolar, por meio de escolas de primeiras letras, com a prerrogativa de ser ajustada entre o Reino e o interessado, o funcionamento da escola.

A relação público-privada na educação inseriu-se na estrutura administrativa e política do Estado brasileiro, justificado a partir da limitação de recursos financeiros destinados à promoção da educação pública. Esta ação assegurava a reprodução das relações de poder, e para tanto, confere ao Estado e a Iniciativa Privada, o protagonismo da ação educativa.

O Estado, diz o decreto, é educador e é assim como convém ser. Mas o erário público, impotente, não aguentaria universalizar esse indispensável estudo das primeiras letras. Daí o repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada (LOMBARDI, et al, 2005, p. 4).

A articulação entre o Estado e a Igreja Católica contribuiu no processo de construção da estrutura familiar e política no Brasil, e, conseqüentemente, a educação escolar ofertada em seminários em regime de internato ou semi-

internatos mantidos por ordens religiosas, com o apoio do Estado, configurando a relação público-privada, atendia aos interesses da classe dominante em formação.

A Constituição Imperial de 1824, que deu luz ao Estado Brasileiro, fundada no pensamento liberal, assegura a proteção à propriedade, e nesse contexto, concede-se a liberdade a qualquer cidadão para estabelecer empreendimentos educacionais, e dependendo de circunstâncias adversas ao funcionamento da escola, o Estado poderia prover subsídios, conforme previsto no artigo 08 do Decreto nº 7.247/1879 de autoria de Leôncio de Carvalho.

A gênese da relação público-privada na educação brasileira durante o período imperial, sob a égide do pensamento liberal, restringe o Estado da responsabilidade quanto a universalização da escola pública no Brasil, e propositadamente, as lacunas no atendimento educacional seria propiciado à iniciativa privada, desde que recebesse subvenções oriundas do erário público.

De acordo com Lombardi et al (2005), a subvenção oriunda dos recursos do Tesouro do Estado destinada às escolas privadas, para a promoção da educação pública durante o período imperial, também assumia o caráter da gratuidade ao ensino de crianças pobres. Nesse contexto, inaugura-se no âmbito das políticas estatais o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada, visando promover a educação escolar à população hipossuficiente de recursos econômicos.

A transferência de recursos públicos para financiamento das atividades educacionais mantidas pela iniciativa privada no Brasil, durante o Período do Império, alcançou também o ensino profissional voltado à qualificação da população desvalida, visando ocupar funções subalternas, decorrente das mudanças imprimida nas atividades produtivas descritas a partir da presença da manufatura. A formação de uma força de trabalho voltada ao desempenho de ofícios manuais esteve representada pelas *Sociedades Civis*, cujos sócios em sua maioria eram oriundos dos quadros da burocracia do Estado.

[...] Os recursos dessas sociedades provinham, primeiramente, das cotas pagas pelos sócios ou doações de benfeitores. Sócios e benfeitores eram membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástica), nobres, fazendeiros e comerciantes. O entrecruzamento dos quadros de sócios com os quadros da burocracia estatal permitia a essas sociedades se beneficiarem de dotações governamentais, as quais assumiam importante papel na manutenção das escolas de ofícios [...] Mas essas sociedades só subsistiram quando conseguiram organizar um quadro de sócios beneméritos que as dirigiam e mantinham com seus próprios recursos ou com subsídios governamentais que atraíam [...] Os recursos materiais

necessários ao funcionamento do liceu resultavam de doações dos sócios, em dinheiro e em mercadorias, e, principalmente, de subsídios do Estado, conseguidos, também, pelos sócios, muitos deles altos funcionários da burocracia do Estado ou parlamentares (CUNHA, 2000, p. 91-92).

A relação entre os associados das Sociedades Civis com os sujeitos vinculados à burocracia estatal facilitava o caminho para obtenção de recursos financeiros destinados ao custeio das atividades educativas, e nesse caso, é possível considerar que o apoio financeiro do Estado constituía-se no elemento fundamental para assegurar o funcionamento dessas entidades privadas para a oferta do ensino profissional no Império.

Assim, desde o Governo Imperial, a estrutura administrativa do Estado foi moldada por meio de um canal de relacionamento entre o público e o privado, visando facilitar articulações políticas destinadas ao repasse e a apropriação de recursos públicos por grupos privados, a partir da presença de sujeitos vinculados à burocracia estatal, que intermediavam a destinação de recursos públicos para aplicação em projetos privados.

O pensamento republicano influenciado pelo positivismo produziu na sociedade brasileira o ideal de progresso, com foco na industrialização concentrada no espaço urbano, tornando-o o elemento central das relações de produção e trabalho. A relação do Estado com o Capital tornou-se mais estreita no intuito de assegurar os interesses da classe dominante e limitar o acesso da população pobre a escolarização, e nesse contexto, a relação público-privado foi tecendo-se com a finalidade de atender a mútuos interesses.

O Estado à disposição do progresso imprimiu novas formas de relacionamento com o capital, visto ser iminente a necessidade de assegurar o lucro nas atividades produtivas, e nesse sentido, a educação assumia o papel central na formação da força de trabalho destinada a ocupação de postos de trabalho surgido com a industrialização. De acordo com Cunha (2000), o empresariado que controlava o sistema ferroviário mantinham escolas para qualificação do operariado nas diferentes funções exigidas na atividade ferroviária.

Segundo Furtado (2005), a transposição do modelo econômico agrário-exportador para o modelo urbano-industrial no Brasil após 1930, suscitou o atendimento de demandas de infraestrutura destinada a assegurar o desenvolvimento do processo produtivo e também de políticas sociais, dentre as

quais, a habitação, saúde, educação, saneamento básico. No entanto, a inadequação e limitação das políticas estatais não conseguiram responder as condições concretas de atraso apresentadas no Brasil.

A presença do Estado no custeio de atividades educativas, voltadas a garantir a formação da força de trabalho movimentadora da engrenagem do modo de produção capitalista no Brasil, teve, na relação público-privada, um impulso significativo no chamado Estado Novo, período compreendido entre 1930 a 1945, mediante a criação de instituições de ensino vinculadas ao empresariado, com destaque para o SENAI, SENAC, porém subvencionada com recursos provenientes do erário público, conforme previsto no art. 129 da Constituição de 1937.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinados aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (CUNHA, 2000, p. 14).

As reformas educacionais, especialmente a Reforma de Gustavo Capanema, denominada, Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946, limitou a oferta de ensino técnico à população pobre e reservou-se em primeiro plano a educação profissional, mantida por entidades privadas e escolas técnicas federais, as quais recebiam financiamento público para o desempenho das atividades de ensino. A relação público-privada assegurou, em parte, o atendimento educacional. No entanto, os objetivos do ensino vinculavam-se ao suprimento das demandas da força de trabalho requerida pelo Capital.

O cenário descrito após a Segunda Grande Guerra Mundial teve um papel considerável na instauração do *Welfare State* visando promover a estabilidade do modo de produção capitalista, por meio da intervenção estatal na economia e no financiamento das políticas sociais. Na visão keynesiana, a intervenção estatal na economia, possibilitava suavizar o desequilíbrio social, mediante a oferta de serviços públicos destinados ao atendimento da população (OLIVEIRA, 2010).

A relação público-privada alcançou um “status” significativo durante a fase do Estado como agente financeiro do desenvolvimento econômico, com a injeção de

investimentos nas áreas sociais, dentre estas: educação, saúde, assistência, previdência, tornando possível soerguer o capital. A intervenção estatal na economia visando promover o “bem estar” para os segmentos economicamente menos favorecidos favoreceu o fortalecimento da iniciativa privada.

Com a inclusão de direitos sociais e econômicos em seu ordenamento jurídico, o Estado ampliou consideravelmente seu rol de atribuições. Algumas destas foram assumidas como serviços públicos, e para isso o Estado criou empresas públicas e fundações. A título de intervenção no domínio econômico, passou a instituir sociedade de economia mista e empresas públicas em concorrência com a iniciativa privada, bem como a fomentar, através de incentivos fiscais, subvenções ou regulação do mercado, as atividades que entendia como de interesse da comunidade (SOUTO, 2006, p.27).

A intervenção estatal na atividade econômica, ainda que ocupasse espaço nas atividades produtivas, por intermédio de empresas de economia mista e empresas públicas, porém, tal participação destinava-se apenas a assegurar a transferência de recursos públicos para manutenção de serviços de interesse público, dentre estes, energia elétrica, comunicações, serviços de águas e esgotos, e outros.

No contexto da educação básica, no Brasil, o *Welfare State*, ocupa um papel de destaque na relação público-privada, com foco na educação profissional, mediante a implantação do Sistema S, envolvendo os setores do comércio e da indústria, na década de 1940, representado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, posteriormente complementado na década de 1980, por meio do Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa – SEBRAE, Serviço Nacional da Aprendizagem Rural – SENAR, e Serviço Nacional de Transportes – SENAT, destinados a promover a educação profissional às classes populares, como forma compensatória a ineficácia da política de universalização da escolarização básica para todos(as).

Fundamentada na pedagogia tecnicista, cujo foco central da aprendizagem é o saber-fazer (PERRENOUD, 2010), as entidades vinculadas ao empresariado brasileiro, especialmente o Sistema S, constituíram-se em “referencia” na promoção da educação profissional, obtendo credibilidade social na formação de trabalhadores para o desempenho de ofícios vinculados à educação básica.

De acordo com Lessa (2010), a educação sob a égide do Estado do Bem Estar submeteu a produção do conhecimento e o ensino visando responder as

necessidades do capital, e no Brasil, a mudança do modelo econômico do agrário-exportador para o urbano-industrial, exigia a manutenção da sociedade de classes, ainda que fosse assegurado o mínimo de conhecimentos e habilidades para garantir a participação da classe trabalhadora no processo produtivo.

A limitação das políticas educacionais destinadas à universalização da educação básica no Brasil, propositalmente respondiam aos anseios da iniciativa privada, conforme deliberado na Lei Orgânica nº 4244, de 19 de abril de 1942, ao considerar função de caráter público a oferta de cursos secundários em estabelecimentos de ensino privados.

A presença da iniciativa privada na oferta da educação básica, em substituição do Estado, mediante o regime de subvenção visando atender a população que não conseguia obter vagas em escolas públicas, assegurou a manutenção do negócio educacional ao empresariado do setor, justificado a partir da aquisição de vagas em escolas particulares, para suprir o déficit da oferta nas redes públicas.

A política educacional destinada ao atendimento da educação básica no Brasil abrangendo desde o final da década de 1950 até o golpe civil militar (1964-1985) foi marcada por articulações nas relações público-privadas, com a finalidade de responder as demandas populacionais e, paralelamente, viabilizar o funcionamento de estabelecimentos escolares particulares, ainda que ofertassem um ensino precário à população.

As mudanças descritas no cenário internacional, na década de 1970, decorrentes da crise do capital protagonizada na esfera econômica pelo aumento do barril do petróleo na economia internacional definiram novas formas de reestruturação do capital. Em especial, nos países em desenvolvimento, sob a justificativa de combater a pobreza e elevar os índices de escolarização, promoveu-se a alfabetização de jovens e adultos, representado no Brasil pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e expansão da educação profissional à população pobre, mediante a reforma da educação básica ditada pela Lei de Diretrizes e Bases 5692/71.

Sob a égide da política desenvolvimentista protagonizada pelo governo civil-militar, disposta em programas cuja matriz ideológica destinava-se à integração da região amazônica sob a ótica dos grandes projetos econômicos, a política de educação básica brasileira ofertou aos filhos da classe trabalhadora o ensino

profissionalizante, com qualidade na rede de escolas técnicas federais e no Sistema S (SENAC e SENAI), mas precário na rede estadual de ensino, e esse cenário tem se reconfigurado de acordo com as contingências do capital.

A Reforma educacional promovida pelo projeto de governo civil-militar (1964-1985) que instituiu a pedagogia tecnicista nas redes públicas de ensino no Brasil, respondeu as demandas de formação do capital humano<sup>9</sup> requeridas pelo capital. No entanto, não contribuiu para a transformação social, com a permanência dos pífios valores de escolarização no Brasil. Ainda que a unidade federativa paraense abrigasse projetos estratégicos de integração, representado pelos Projetos Grande Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, Albras-Alunorte, Projeto Jari, contudo, formou-se o cinturão de pobreza e miséria, que se reproduz também na atualidade, por meio do Projeto de Belo Monte, no Município de Altamira, Porto de Miritituba, no município de Itaituba e outros.

As reformas educacionais no Brasil estiveram subordinadas aos interesses dos grupos econômicos que controlam politicamente o Estado, portanto, na atualidade as políticas educacionais se conduzem alheia aos interesses das classes trabalhadoras, e nesse contexto, a educação básica pública é adequada com fins de reproduzir as condições sociais em níveis mais precários.

A reflexão sobre o percurso construído do Golpe Civil em 2016, no Brasil, que culminou com o “impeachment” da presidenta Dilma Rousseff durante a sessão no Senado Federal em 31 de agosto de 2016 é pertinente ser avaliado com o intuito de descrever e analisar o quanto a relação da economia, da política, do poder judiciário, e demais poderes constituídos no Estado, na chamada democracia capitalista, articulam-se em defesa da manutenção do modo de produção acumulador (MARX, 1990).

A trama do capital para destituir um governo constituído legalmente no Brasil teve também um arcabouço jurídico, visando desviar a conotação de golpe<sup>10</sup> por

---

<sup>9</sup> A teoria do Capital Humano descrita por Schultz (1971) revela que o indivíduo ao investir em si mesmo, pode ampliar as oportunidades de sucesso na carreira profissional, e esta é uma das maneiras que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar. O investimento no capital humano é um importante fator para o desenvolvimento econômico, visto que os ganhos produtivos do trabalhador, tornam-se econômicos e também sociais.

<sup>10</sup> Por Golpe de Estado estamos nos atendo rigorosamente ao conceito: é a derrubada de um governo constitucionalmente legítimo, podendo ser violento ou não. É golpe porque promove uma ruptura institucional, contrariando a normalidade da lei e submetendo o controle do Estado a alguém que não foi legalmente designado para o cargo. É golpe mesmo quando o impedimento estiver previsto na lei maior de um país, mas as condições formais para tanto não forem respeitadas pelos poderes do

meio do acolhimento na Câmara dos Deputados, de Denúncia de Crime de Responsabilidade (DCR nº1/2015), interposta por um grupo de juristas ligados à direita, dentre os quais, Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale, cujo fato jurídico tipificado do crime foi a autorização, por meio de Decreto, para abertura de crédito, visando a obtenção de recursos suplementares, sem o devido respaldo da Lei Orçamentária Anual – LOA e da Constituição Federal.

Frente ao contexto exposto, é possível considerar que o Golpe Civil de 2016, englobou uma articulação política entre as casas legislativas na esfera federal, fundamentadas por elementos jurídicos, com a finalidade de destituir do poder, o projeto democrático popular vigente no Brasil desde 2002, e para tanto, “somente depois de ter eliminado o seu solene adversário [...] o palhaço sério, que deixa de tomar a história universal como comédia e passa a ver sua comédia como história universal” (MARX, 1990, p.92).

Os apoiadores do “Palhaço Sério” foram conclamados a sair às ruas em defesa do “impeachment” da presidenta Dilma Rousseff, representada pelos movimentos “Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre”, com apoio irrestrito do empresariado, com destaque para a Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, com a representação do “Pato Amarelo” disposto em frente à sede da entidade classista, no coração financeiro da cidade de São Paulo, e complementado com a ampla cobertura da grande mídia, em particular a Rede Globo. O desfecho do golpe civil de 2016 alcançou o êxito esperado pelos grupos políticos idealizadores, e nesse contexto:

de qualquer modo, a burguesia necessariamente temerá a estupidez das massas enquanto elas permanecerem conservadoras, e o discernimento das massas assim que elas se tornarem revolucionárias (MARK, 1990, p145).

O golpe civil de 2016 produziu mudanças drásticas na educação, em cumprimento à agenda prescrita pelos Organismos Internacionais, e nesse contexto é pertinente apontar o quanto o Estado Brasileiro no intuito de fomentar a lógica

acumuladora retrocedeu as conquistas sociais, por meio de reformas educacionais<sup>11</sup>, alheias aos interesses da classe trabalhadora (LUCENA et al, 2017).

A ascensão de Michel Temer ao poder, em substituição à Dilma Rousseff, já estava desenhada, visto que o Partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, aliado do Partido dos Trabalhadores na chapa que disputou as eleições presidenciais de 2014, possuía um programa de governo próprio, conforme descrito no documento “Travessia Social: uma ponte para o Futuro”, editado pela Fundação Ulisses Guimaraes. O partido político aliado aos mentores do Golpe Civil no Brasil em 2016, até então, aliado ao Partido dos Trabalhadores, aponta caminhos para o desenvolvimento do capital e a defesa da redução do papel do Estado no financiamento das políticas sociais.

Para isso, as despesas públicas, nos próximos anos, devem interromper sua trajetória de crescimento acima da renda nacional. Em caso contrário, o agravamento da crise fiscal resultará em maior queda da atividade e da receita tributária, agravando mais ainda o desequilíbrio das contas públicas e a própria recessão [...] O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura (MDB-TRAVESSIA SOCIAL p.5-7).

A redução dos investimentos na educação básica com a ascensão ao poder do governo golpista no Brasil trouxe no primeiro momento, o desmonte do Plano Nacional da Educação (2015-2024), por meio da Proposta de Emenda Constitucional – PEC-241, posteriormente transformada na Emenda Constitucional 95/2016, que congela por vinte anos, investimentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e previdência social.

No segundo momento das medidas adotadas por meio do governo golpista de Michel Temer, foi a restrição orçamentária destinada a promover a educação pública em todos os níveis de ensino. De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária para 2018, foi previsto R\$ 38,6 bilhões para a educação, valor que representa quase a metade do que foi destinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff de R\$ 92,6 bilhões ao MEC no ano de 2014.

---

<sup>11</sup> Um exemplo nesse sentido pode ser descrito por meio da reforma do ensino médio, que oferta aos filhos da classe trabalhadora a educação profissional para a complementação da formação da educação básica. A maioria das unidades federativas não dispõem de rede de escolas tecnológicas com infraestrutura destinada a oferta da educação profissional.

De acordo com Guimarães (2017), o desmonte das políticas sociais previsto na agenda da “Travessia Social” objetivou restabelecer o limite de ação do Estado para cumprimento das determinações dos organismos internacionais, além de promover a redução dos investimentos em educação pública, em conformidade com a Emenda Constitucional 95/16, que prevê o congelamento dos investimentos públicos, anula a perspectiva de aplicação de 10% da arrecadação com impostos a serem investidos em educação nos próximos vinte anos. Traduzido em valores numéricos, o orçamento destinado à promoção da educação básica para o ano de 2018, alcançou R\$ 3,5 bilhões, muito aquém dos R\$ 6,1 bilhões investidos em 2017, portanto uma redução em torno de 42%.

Logicamente, que a agenda traçada no documento “Travessia Social” é referenciada pelos ditames dos organismos internacionais que promovem a sustentabilidade do capital em nível global, portanto, desvinculado aos interesses e anseios da classe trabalhadora quanto a projeção de níveis de qualidade social capaz de promover a vida com felicidade de homens e mulheres, sujeitos históricos e de direitos.

O Estado brasileiro chegou ao seu limite. É um Estado exclusivamente caro tendo em vista a qualidade da política pública e a elevada carga tributária [...] Se pudermos projetar uma trajetória viável e que mereça credibilidade, as expectativas dos agentes econômicos deixarão de focar o presente imediato e se voltarão para os cenários tornados possíveis para o amanhã próximo [...] As oportunidades de investimento estarão favorecidas pelo novo ambiente macroeconômico de estabilidade e pela elevação do grau de previsibilidade em relação ao futuro. Os campos naturais de atração de investimento privado serão as concessões de infraestrutura e a criação de bens de alto benefício social por meio de arranjos institucionais público-privados, nas áreas de habitação popular, de saneamento e transporte urbano de alta qualidade [...] o problema para a maioria da força de trabalho, em particular para a mais jovem, é a falta de habilidades. O ideal seria garantir a cada trabalhador, ocupado ou não, o direito a uma formação anual. Esta oportunidade, representada por um cupom, pode ser utilizada como um ativo para aqueles que procuram emprego. E para aqueles já ocupados, além do fato de que já se conhece o tipo de formação necessária, dá ao trabalhador o incentivo para aprimorar sua capacidade e sua renda futura (MDB-TRAVESSIA SOCIAL, p.8-10).

O limite de investimentos do Estado na promoção das políticas sociais foi defendido pelo grupo político que promoveu o Golpe Civil de 2016, justificado à sociedade como a única forma de reconduzir a economia brasileira aos trilhos, devido o elevado custo de manutenção dos programas sociais, além de promover o combate a corrupção e monitorar com maior eficácia a aplicação dos recursos

financeiros nos programas sociais, principalmente o Bolsa Família, Seguro Defeso, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros.

Em contrapartida à proposta do grupo golpista liderado por Michel Temer contido na “Travessia Social” era de total apoio do Estado aos *arranjos institucionais público-privado*, o qual foi materializado no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), tido como uma das primeiras iniciativas governamentais, deliberado por meio da Medida Provisória nº 727/16, convertida posteriormente na Lei federal nº 13.334/16.

O fortalecimento dos arranjos institucionais público-privado materializa-se na educação pública mediante os dispositivos constantes na Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como Lei das PPPs. Por meio desse instrumento jurídico, o Estado promove sutilmente a ampliação do espaço de atuação na educação pública, a entidades vinculadas ao terceiro setor, transferindo à esfera privada algumas atividades, as quais incluem desde a construção de escolas, a gestão escolar, currículo engessado por meio de programas e projetos vinculados ao Terceiro Setor, contratação de docentes em regime de trabalho temporário e demais modalidades previstas na revisada Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O objeto do contrato de PPP é amplo, contemplando desde a exploração de serviços públicos (rodovias, por exemplo) até a prestação de serviços administrativos ao poder público (como no caso da construção e manutenção de centros administrativos). Logo, o elemento central da caracterização do contrato da PPP reside na forma de remuneração do particular: a partir de contraprestações totais ou parciais do Estado (AMORIM FILHO; LEITE; CHAMBARELLI, 2015, p. 261).

A transferência de recursos oriundos do Tesouro do Estado é a principal via que caracteriza o processo da parceria público-privada, tornando-se um dos elementos capazes de fortalecer o empresariado visando assegurar a acumulação de capital. O projeto de sociedade golpista comandado por Michel Temer avança no sentido de destituir o acesso aos bens sociais à população, dentre estes, a educação, por meio da oferta ínfima de escolarização.

A “Travessia Social” implica no mínimo de escolarização possível ao trabalhador, cuja oferta pode ser proporcionada por meio de um “cupom”, ou seja, uma presença temporária na escola ou algum espaço destinado ao desenvolvimento de mínimas habilidades, para acesso ao mundo do trabalho. Fundamentado na concepção de educação fragmentada, destinada unicamente a transformação do

sujeito em engrenagem do sistema produtivo capitalista, contrapõe-se à perspectiva da educação emancipadora, integral, cidadã.

O momento atual, ao contrário de exigir o rebaixamento da qualidade da educação e o afrouxamento da capacidade crítica, revela a necessidade de maior aprofundamento teórico e crítico [...] ao contrário [...] dos que acodem a ideia de que qualquer lugar é lugar de aprendizagem e de educação e, conseqüentemente, advogam o fim da escola e o esvaziamento dos conteúdos educacionais e a desvalorização do magistério; dos que apoiam ou defendem a educação à distância mesmo na educação básica (FRIGOTTO, 2017, p. 137).

A Base Nacional Curricular Comum – BNCC, implantada no governo de Michel Temer materializou a precarização da educação básica pública no Brasil, por meio da flexibilização dos currículos em conformidade com os interesses e as necessidades dos sistemas de ensino. Nesse contexto, é possível apontar para as inúmeras alternativas colocadas à disposição das secretarias estaduais e municipais, para correção de fluxo, evasão, retenção, oferta de ensino, as quais, apenas mascaram a realidade da educação escolar brasileira.

A lógica descrita no documento “Travessia Social”, referenciou o processo de constituição, articulação e sistematização da Base Nacional Comum Curricular, proposta pelo Ministério da Educação, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, devidamente submetida à apreciação e emissão de parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE, para vigorar em todo território nacional.

O ajuste do Estado ao processo de reestruturação do capital imprimiu novas alternativas para redução de custos operacionais para a oferta da educação escolar pública, por intermédio de tecnologias digitais e outros artefatos, os quais, em diversas regiões geográficas, são inacessíveis. Porém, sob um canto suave da sereia (MONTAÑO, 2014), o precário torna-se “surreal”.

1 Prioridade para o ensino fundamental e médio.

2 Foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula.

3 Maior presença do Governo Federal no ensino básico.

4 Dar consequência aos processos e resultados das avaliações.

5 Foco na qualificação e nos incentivos aos professores do ensino básico.

6 Programa de certificação federal dos professores de 1° e 2° grau, em todo o país, para efeito de pagamento de um adicional a sua remuneração regular, custeado pela União.

7 Diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse dos alunos (MDB-TRAVESSIA SOCIAL, p. 15-16).

O projeto de sociedade defendido pelo grupo político que ascendeu ao poder no Brasil por meio do golpe civil de 2016 promove a limitação das políticas de financiamento para à educação, por meio de uma política de educação básica que reduz a formação global dos estudantes, cujo foco reserva-se ao alcance de metas previstas nos exames de avaliação de larga escala, mediante simulados e testes padronizados, promovidos por meio de “treinamento” realizados nas escolas para responder as questões da “Pisa”, “Provinha Brasil”, “Prova Brasil” e “Enem”.

Pode-se levantar a hipótese de que as políticas de avaliação não estejam presentes no cenário educacional brasileiro simplesmente para produzir comparações e emulação, mas para responder a estratégias gerencialistas de modernização e racionalização voltadas para resultados. O panorama das políticas educacionais evidencia também a emergência de tecnologias digitais na administração da educação e a centralização do controle que elas proporcionam. A padronização de áreas, indicadores e critérios presente nos instrumentos de coleta de dados retira a escola de um patamar de autoidentidade formulada a partir de seu próprio olhar para lançá-la como organização caracterizada por uma linguagem padrão universalizante e unificadora (WERLER, 2011, p. 790).

A precarização da oferta da educação básica, prevista no documento “Travessia Social”, compromete de forma significativa o futuro de crianças, adolescentes, jovens e adultos, quanto à possibilidade de transformação de suas realidades sociais, e especialmente no ensino médio, momento esse em que o adolescente e o jovem buscam pavimentar o percurso da carreira profissional, o Estado suprime o direito à educação escolar de qualidade.

A reforma educacional prevista na Base Nacional Curricular Comum – BNCC, promovida na gestão do governo de Michel Temer, substituiu o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível, fundamentado na Lei nº 13.415/2017 que alterou a LDB, estabelecendo no Art. 36 que o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (BRASIL, 2018).

O conjunto de reformas na educação básica brasileira, após o golpe civil de 2016, retrocede quanto às perspectivas de mobilização das representações da sociedade civil para a promoção da melhoria da qualidade social da educação pública, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento das práticas democráticas.

As adequações da educação básica no Brasil para responder as novas faces da reestruturação do capital, avança no processo de precarização da formação humana, política, social, cognitiva, de crianças, adolescentes e jovens, vislumbrando um futuro comprometedor para as próximas gerações, que destituídos do desenvolvimento da habilidade crítica, da leitura de mundo, de homem e de sociedade, dificilmente irão promover a transformação da realidade social brasileira.

Portanto é possível apontar para a continuidade do projeto educacional brasileiro ditado pelos organismos internacionais, cujo foco central é o alcance de índices quantitativos determinados pelas instâncias financiadoras da educação. Assim, as políticas educacionais retrocedem quanto às perspectivas dos profissionais da educação e outras entidades representativas da sociedade que defendem a melhoria da qualidade social da educação no Brasil.

## 1.2 A mundialização do capital e seus desdobramentos no contexto educacional

As reformas ocorridas na organização do Estado brasileiro, a partir da década de 1980 destinadas a promover o espaço de ação dos interesses de grupos empresariais privados, conforme as determinações internacionais alinhadas aos interesses do projeto acumulador de capital interferiram na definição das políticas educacionais, orientadas de acordo pensamento econômico desenvolvimentista prescrito aos países latino americanos.

É relevante compreender que o Estado brasileiro não se encontra apartado da ordem econômica mundial, portanto, a materialização das políticas em nível local alinha-se às determinações globais, as quais definem o modelo e as finalidades que a política educacional deve alcançar, primariamente em defesa dos interesses da reprodução do capital, e para tanto, há necessidade de manter uma educação escolar pública dentro de limites essenciais a continuidade das relações de exploração da força de trabalho.

O ponto de partida para a construção da reflexão sobre o Estado ampara-se na compreensão do pensamento marxista, que tal instituição jurídica resulta de contradições oriundas da luta de classes, e por meio dele resguardam-se os interesses do(s) grupo(s) que controla(m) o poder econômico e político, com reflexos nas demais esferas da vida em sociedade (MARX & ENGELS, 2009).

A supremacia do capital, enquanto projeto econômico acumulador, é acompanhado por ações estratégicas destinadas a manutenção do poder em escala mundial, portanto, dependendo da necessidade de ampliação da ação acumuladora, as políticas emanadas por intermédio do Estado são incorporadas nos projetos e planos de governos, sejam nacionais ou locais.

A mundialização do capital<sup>12</sup> construiu uma rede de relações que agrega sujeitos inseridos em diferentes espaços geográficos, e de acordo com Santos (2009) a chamada “aldeia global”, é a síntese hegemônica do projeto acumulador, que tem sido tecido desde o século XVIII, por ocasião da Revolução Industrial.

A lógica acumuladora tem sido tecida, historicamente, em meio ao esvaziamento da dignidade humana, descrita por sucessivas crises, visando assegurar a sobrevivência do modo de produção hegemônico. A dominação do imperialismo norte americano no contexto mundial nos séculos XX e início do século XXI assinala para a perspectiva da pauperização dos países periféricos, submetidos à economia de mercado, com reflexo considerável na concentração de riqueza por grupos econômicos e um contingente infindável de sujeitos destituídos do acesso aos meios de produção da existência com dignidade.

O fluxo migratório iniciado na antiguidade intensifica-se em praticamente todo o globo terrestre, sob o discurso disfarçado de globalização, ideologicamente difundido que o cidadão do mundo não se esbarra em fronteiras, no entanto, vivencia-se um quadro dramático de vidas ceifadas em diferentes espaços, que vão desde fronteiras nacionais até os mares. O objetivo principal de milhões de sujeitos migrantes é a busca da sobrevivência.

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para a ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade por uma globalização perversa (SANTOS, 2009, p.37).

---

<sup>12</sup> A mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes (CHESNAIS, 2010).

A face adotada no projeto de mundialização da economia incluem diferentes sujeitos, descortinam cenários e constroem alternativas para a expansão das atividades produtivas, tornando os bens sociais em serviços, os quais podem ser explorados por instituições vinculadas a grupos econômicos, justificado pela ideologia da responsabilidade social, do desenvolvimento sustentável, mediante a participação mínima do Estado.

A reestruturação produtiva concentra as bases econômicas e políticas restritas a pequenos grupos que controlam as forças produtivas em nível mundial, com destaque para as empresas multinacionais, que fazem valer o fundamento ético do pensamento liberal, contido no princípio da liberdade do mercado, em praticamente todas as esferas das relações sociais.

O processo de mundialização permite ao capital financeiro determinar que espaços geográficos devam ser explorados, tanto do ponto de vista da exploração da força de trabalho, quanto dos recursos e insumos utilizados na produção. A livre concorrência em favor da acumulação produz um quadro de contradições mais acentuados da história humana, resultante da conexão do capital em nível mundial, cujo reflexo é a concentração de riquezas e a ampliação da miséria.

O cenário descrito na sociedade brasileira no início do século XXI decorre de um movimento mais amplo, descrito em nível internacional protagonizado pela reestruturação produtiva visando assegurar maior consistência no processo de acumulação de capitais, por meio de reformas conjunturais, abrangidas nas relações de trabalho, assistência social, reforma fiscal, e reforma educacional, esta última ditada segundo os referenciais dos organismos internacionais, particularmente, a Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial.

Com a finalidade de assegurar a materialização da política educacional, visando responder as expectativas do projeto acumulador, o capital se vale da estrutura administrativa do Estado, por meio de suas diferentes instâncias de poder, para determinar a concepção de força de trabalho que servirá aos seus interesses, e logicamente que o sistema educacional estatal é gerido segundo as regras definidas por intermédio do capitalismo internacional.

A classe que dispõe dos meios de produção material também dispõe igualmente dos meios de produção intelectual [...] os pensamentos

dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante (MARK & ENGELS, 1978, p.62).

As orientações prescritas pelos organismos internacionais relativas à definição das políticas educacionais e o currículo escolar prescrito para a escola destinada a formação dos filhos da classe trabalhadora, convergem no sentido de assegurar a prática da gestão empresarial no cotidiano escolar, mediante a relação entre o público e o privado, percorrendo desde a gestão administrativa, a gestão pedagógica do ensino, cujo foco a ser alcançado é a elevação do desempenho escolar referendado por valores quantitativos.

Para assegurar a reprodução das relações de produção, o Estado por meio de sua estrutura administrativa e jurídica necessita ser reformadas, com a finalidade de promover a movimentação da engrenagem produtiva, e nesse caso, as reformas institucionais destinadas a assegurar o funcionamento mínimo do Estado, asseguram a flexibilidade das normas jurídicas, fundamentais à promoção do projeto de acumulação.

O Estado brasileiro, historicamente caracterizado como ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado, configura-se por uma enorme dívida social no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, ou seja, da esfera pública. Desse modo, a inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial (DOURADO, 2002, p. 237).

Em complemento a esta estratégia, difunde-se à sociedade a ideologia da ineficácia do modelo de gestão do Estado, daí a necessidade de impor uma tecnologia modernizadora de gestão nas instituições públicas, aos moldes da gestão fabril, e para alcançar esse intento, é essencial que a relação público-privada seja experimentada, enquanto possibilidade de garantir a eficácia, particularmente no sistema educacional, por meio de políticas educacionais capazes de promover reformas na gestão escolar, no currículo, na formação de professores e nas relações da escola com a comunidade.

Em meio a essa trama, o capital reserva ao Estado o papel de mediador dos interesses dos organismos internacionais (ONU, UNESCO, UNICEF, OCDE, Banco Mundial, BID, FMI, OMC, etc) na promoção de reformas e a definição de políticas, em articulação com as representações da “sociedade civil”<sup>13</sup>, movimentos sociais, em sua maioria, cooptados por acordos políticos.

É importante ressaltar que os acordos internacionais passam a compor a pauta de recomendações seguidas em nível governamental, e o Estado brasileiro não foge a essa regra, portanto não dispõe de autonomia absoluta na definição de suas políticas, e certamente, todo projeto de governo deve estar alinhado aos compromissos determinados em nível internacional.

O modelo de Estado destinado a servir aos interesses do capital internacional submete-se à lógica acumuladora, em conformidade com o projeto de poder macro, representado por grupos financeiros. Portanto, todo arcabouço descrito nas políticas educacionais emanadas do governo, seja em nível federal, estadual ou municipal, refletem princípios e definições prescritos na política global, definida por organismos econômicos.

Segundo Silva (2002), no caso específico brasileiro, o alinhamento da política educacional em nível global é resultante dos acordos de cooperação internacional firmados ainda na década de 1980 entre o governo brasileiro e as agências de financiamento, com destaque para o Banco Mundial, ainda que tal instituição financeira participe com percentuais discretos em torno de 0,5% dos gastos no financiamento da educação pública nos países em desenvolvimento.

A intervenção dos organismos internacionais na definição das políticas educacionais alinha-se à função social da educação escolar, na promoção do crescimento econômico como antidoto à redução da pobreza nos países em desenvolvimento, e também, alcançar os índices de desempenho previstos nos indicadores internacionais cuja referência são os países mais desenvolvidos.

De acordo com Fonseca (2009), a prioridade para a formação do capital humano na escola pública permitiu aos organismos internacionais de crédito e cooperação técnica a interferirem na definição das agendas educacionais, com

---

<sup>13</sup> composta de instituições pluralistas e privadas, tais como a igreja, a escola, a universidade, os jornais, etc. e que funcionam como produtoras, formadoras e reprodutoras de hegemonia, ou seja, das concepções de mundo, dos valores que predominam na sociedade, além de espaços de formação da contra-hegemonia, visando a criação de uma nova concepção ética-política-cultural (GRAMSCI, 1982).

destaque para o Banco Mundial como principal parceiro das unidades federativas no Brasil, para financiamento da educação básica.

A agenda dos organismos internacionais destinadas à definição das políticas educacionais para a promoção do crescimento econômico dos países em desenvolvimento não necessariamente exige-se o investimento em infraestrutura, tais como: saneamento básico, abrangendo sistema de água tratada e esgoto sanitário, asfaltamento de vias públicas, iluminação pública, segurança pública, acesso gratuito e facilitado ao poder judiciário, política de trabalho e geração de renda, oferta plena da educação básica (educação infantil; ensino fundamental; ensino médio).

O acordo entre os países e os organismos internacionais, via de regra, é prescrita em meio ao cumprimento de recomendações destinadas ao alcance de metas estabelecidas, destituídas de consulta e debate com os sujeitos afetados de forma direta na implementação da política. Ainda que no Brasil a democracia representativa seja o elemento fundante da participação popular no poder, no entanto, os acordos firmados entre as representações do capital junto ao Estado, são unilaterais.

Segundo Haddad (2008) o argumento contido no discurso do Banco Mundial visando à promoção de reformas na política educacional, limita-se à baixa qualidade do desempenho escolar e a ineficiência da gestão educacional pública. Esse quadro devidamente comprovado por informações quantitativas favorece a adoção de estratégias e técnicas de gestão utilizados no sistema fabril, adaptados do *sistema toyotista*<sup>14</sup>, para utilização na gestão das redes públicas de ensino.

Os organismos internacionais, ao firmarem os acordos de cooperação técnica e financeira com os países em desenvolvimento, definem também os critérios e os indicadores que as políticas educacionais devem se concentrar e alcançar. No caso brasileiro, o ensino médio, última etapa da escolarização básica tem sido o foco

---

<sup>14</sup> É um modelo de produção industrial idealizado por *Eiji Toyoda* (1913-2013) e difundido pelo mundo a partir da década de 1970 após a sua aplicação pela fábrica da Toyota [...] A característica principal desse modelo é a flexibilização da produção, [...] Assim, quando a procura por uma determinada mercadoria é grande, a produção aumenta, mas quando essa procura é menor, a produção diminui proporcionalmente [...] Uma das técnicas mais utilizadas por esse modelo industrial foi o **Just in time**, que significa “em cima da hora”, em tradução livre. Esse modelo funciona na combinação entre os sistemas de fornecimento de matérias-primas, de produção e de venda. Apenas a matéria-prima necessária para a fabricação de uma quantidade predeterminada de mercadorias é utilizada, que deve ser realizada em um prazo já estabelecido, geralmente muito curto. Com a adoção do *just in time*, as fábricas passaram a economizar dinheiro e espaço na estocagem de matérias-primas e mercadorias, além de agilizar a produção e a circulação (CAMPOS, 2010, p.32).

central da ação do capital, visando obter o retorno imediato na formação do capital humano requerido para inserção no processo produtivo.

Segundo Haddad (2008), o movimento de articulação entre os organismos internacionais e o Estado responde as expectativas traçadas para a ampliação do capital, por meio de parcerias, as quais ocupam o espaço na estrutura administrativa estatal, visando promover a educação pública. É importante considerar que se trata de uma estratégia sutil destinada a abrigar a lógica da privatização na educação, e para tanto, as organizações vinculadas ao chamado terceiro setor desempenham papel fundamental na promoção de reformas, conforme descrito nas políticas educacionais.

### 1.3 A reforma do Estado a partir da década de 1990 e as iniciativas do terceiro setor na educação básica no Brasil

A reforma do Estado no Brasil na década de 1990 foi orientada na perspectiva do neoliberalismo cuja matriz ideológica pautou-se na ampliação da liberdade de produzir, de consumir, e contraditoriamente, da ampliação da desigualdade e do desmonte do Estado nacional.

A reestruturação do capital com a finalidade de estabelecer uma nova lógica no processo de acumulação, em meio da dissolução do *welfare state*<sup>15</sup> imprimiu um conjunto de reformas administrativas e jurídicas destinadas a promover a redefinição do papel do Estado no Brasil na década de 1990.

Para Harvey (2005), o novo padrão de acumulação do capital prescinde de novos espaços de reprodução, e para que isso ocorra, é fundamental a reconfiguração da dinâmica descrita na relação capital e Estado, por meio da redução da participação estatal na atividade produtiva.

A superação da crise do capital oriunda desde a década de 1970 exigia a transposição do modelo de estado, mediante a redução do financiamento das políticas sociais, e a conseqüente transferência de serviços públicos a novos agentes, os quais passam a compor a tríade da base econômica e produtiva: Estado; Mercado; Terceiro Setor<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Surge com o intuito de estabelecer padrões mínimos de saúde, renda, educação, direito ao trabalho, mediante programas governamentais que apoiam os serviços sociais de forma a regular e promover tais programas (OLIVEIRA, 2010, p. 139)

<sup>16</sup> O termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado ("primeiro setor"), o mercado ("segundo setor") e a "sociedade civil" ("terceiro setor") (MONTAÑO, 2010, p.53).

Os ajustes na estrutura administrativa, política e jurídica do Estado no Brasil, visando a adequação à ordem econômica mundial conjugou novas estratégia de ação do capital em seu intento acumulador, com reflexos substantivos nas políticas sociais, sobretudo na educação.

O Estado altera suas regras e feições num jogo combinado de influências externas e realidades internas. Mas não há apenas um caminho e este não é obrigatoriamente o da passividade. Por conseguinte, não é verdade que a globalização impeça a constituição de um projeto nacional. Sem isso, os governos ficam a mercê de exigências externas, por mais descabidas que sejam. Este parece ser o caso do Brasil atual (SANTOS, 2004, p.78).

O ajuste estatal, no Brasil, aos ditames da reestruturação produtiva intensificou a mais valia, por meio da flexibilização das relações de trabalho, descritas pela terceirização de serviços, privatização de empresas estatais, a substituição dos serviços estatais por entidades vinculadas ao terceiro setor. Sob o argumento do aumento da competitividade e da concorrência exigida pela economia de mercado, ocorreu a transferência de atividades produtivas mantidas com recursos do tesouro estatal para a iniciativa privada.

O Terceiro Setor é um construto do capital, e tem como berço a sociedade americana sob a perspectiva da prática filantrópica por meio de associações voluntárias e fundações. De acordo com Hall (1994), ele decorre do chamado *nonprofit sector* (setor sem fins lucrativos) originário do pós-Segunda Grande Guerra Mundial. No entanto, o termo se corporificou no final da década de 1970, cunhado por John D. Rockefeller ao mencionar um sistema composto por três setores: governo, mercado e setor privado sem fins lucrativos.

De acordo com Montañó (2010), o Terceiro Setor, no Brasil, inclui uma rede de entidades representativas, ora ligadas ao capital, ora ligada a grupos e movimentos sociais. Nas empresas, as ações destinadas à mitigação de quadros de vulnerabilidade, assumem o formato de Responsabilidade Social, na maioria das muitas vezes realizada por trabalho voluntário em parceria com o poder público, e articuladas a fundações e organizações sociais.

A reforma do Estado no Brasil trouxe reflexos sociais e econômicos decorrentes das novas feições descritas no modo de produção, descrito a partir da privatização de empresas públicas, a terceirização das atividades-meio no âmbito da esfera estatal, a oferta de serviços públicos por meio do chamado terceiro setor.

A redução da participação do Estado no processo produtivo culminou com a elevação do desemprego, a perda de direitos e benefícios sociais, o aumento do trabalho informal, o declínio do nível sócio-econômico e a conseqüente perda de qualidade das condições de vida com dignidade da classe trabalhadora.

A privatização de empresas estatais e a terceirização de atividades meio protagonizadas pelo projeto de reforma do Estado desmobilizou as organizações de classe na luta por melhores condições de trabalho e de vida para a classe trabalhadora. Um exemplo dessa condição pode ser descrita por intermédio das linhas de atuação da representação sindical no Brasil, em que:

os sindicatos dispostos a lutar politicamente por suas pautas, passam a conviver com sindicatos menos comprometidos com a classe trabalhadora. O surgimento de novos sindicatos, a partir da década de 1990, apresenta dois lados: o positivo, que corresponde a democratização da representação, e o negativo, que corresponde ao surgimento de sindicatos que se limitavam a recolher o imposto sindical, dele dependendo vitalmente. Além disso, a manutenção do imposto sindical reproduziu em entidades com históricas lideranças e trajetórias combativas, a dependência de recursos arrecadados compulsoriamente junto à categoria (BADARÓ, 2009, p.134).

A transferência das atividades produtivas mantidas pelo Estado para a iniciativa privada, por meio da venda das empresas estatais, foi justificada no projeto de reforma do Estado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, como a saída para assegurar o ajuste dos custos operacionais da máquina pública. No entanto, houve o avanço na precarização dos serviços públicos prestados pelo Estado à sociedade, e contraditoriamente, a exploração das atividades anteriormente demandadas pelo Estado, geraram lucros extraordinários aos setores privados.

O espaço para atuação do Terceiro Setor logicamente decorreu da redefinição do papel do Estado por meio de um conjunto de reformas administrativas experimentadas, a partir da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso por meio do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, cujo titular da pasta foi Luiz Carlos Bresser Pereira que elaborou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE (BRASIL, 1995).

O ajuste do papel do Estado no Brasil visando responder a lógica acumulativa do capital foi assegurada também no PDRAE, por meio da mudança no processo da administração pública, com a transposição do modelo estatal burocrático para o

gerencial<sup>17</sup>, visando à busca da eficiência e qualidade descentralizada, com foco destinado ao cidadão.

Sob o pretexto de chamar a sociedade à participação em torno do “controle social” e da “gestão” de serviços sociais e científicos”, desenvolvendo a democracia e a cidadania, a dita “publicização” é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” (conjunto de “entidade públicas não-estatais” mas regido pelo direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Isto é uma verdadeira privatização de serviços sociais e de parte dos fundos públicos (MONTAÑO, 2010,p.45-46).

Para assegurar novos nichos voltados à exploração de atividades econômicas, o Estado redimensionou o “status” de bens sociais para serviços, tornando-os mercadoria, os quais deveriam ser disponibilizados à população, custeados por recursos públicos, e nessa perspectiva ampliaram-se as forças produtivas mediante a transferência de serviços públicos para novos agentes prestadores, sob a justificativa de que a transferência de serviços para o setor privado favorecia melhor desempenho e celeridade no atendimento das demandas populacionais, e tal reforma gerencial foi acompanhada por intensa mobilização de ideias de privatização, publicização e terceirização como referenciais para a busca da eficácia do Estado.

De acordo com Ferreira (2012), no conjunto de ações estratégicas propostas por intermédio da reforma do Estado incluiu-se a descentralização, com a finalidade de assegurar ao setor público não-estatal a execução de serviços destinados ao atendimento de demandas da população, que não envolviam de forma direta o exercício do poder de Estado, porém, custeados com recursos oriundos do Tesouro, abrangendo serviços educacionais, saúde, cultura, com alcance até a pesquisa científica.

A transferência de atividades, outrora sob responsabilidade do Estado, para o setor público não-estatal, foi estratégica na construção do processo de consolidação do espaço ocupado pelo terceiro setor no processo produtivo, indo desde o planejamento, monitoramento, execução e avaliação de programas e projetos. No

---

<sup>17</sup> Com a reforma gerencial [...] definem-se indicadores de desempenho a serem alcançados pelas instituições. Também se abraçou como estratégia de gerenciamento a ideia da “Gestão pela qualidade total” que utiliza critérios empresariais adequados ao gerenciamento público, por meio da adoção de quesitos de excelência (BRITO, 2018).

âmbito das reformas, esse processo foi denominado por Bresser Pereira (1995) de publicização e tem avançado em especial nas políticas sociais.

Para Bresser Pereira (1996), a necessidade de um novo modelo de gestão para o Estado por meio de um aporte de conhecimento e tecnologia, cuja matriz é representada pela equação custo-benefício, e tem por finalidade tornar a máquina pública mais eficaz no atendimento das demandas da população, em especial nas atividades sociais, descrita por serviços públicos não-exclusivos do Estado, e nesse contexto, as organizações vinculadas ao terceiro setor passariam a ter papel estratégico na ocupação dos espaços anteriormente ocupados por setores da administração estatal.

Os limites do Estado estiveram também representado no planejamento econômico, delegando-se o controle da economia à lógica do mercado, com reflexos consideráveis nas perspectivas da qualidade de vida da população, ampliando-se a atuação do capital em espaços, que teoricamente, não geram lucro, como é o caso da área social, por meio do Terceiro Setor, falseado em sua identidade como representante da sociedade civil, em cuja visão de Bresser Pereira (1995) estaria mais qualificado para gerenciar a produção de bens públicos.

Porém, é pertinente apontar para a necessidade de ampliação de atividades produtivas a serem exploradas durante a crise do capital, disfarçada sob o discurso do ajuste do Estado para torná-lo mais eficiente no atendimento das demandas sociais.

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado [...] Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais, por meio da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI 2006, p. 14).

A educação inserida no contexto das atividades sociais passou a ser um dos alvos do Terceiro Setor para a ocupação do espaço na estrutura administrativa do Estado, sob a justificativa da implantação de um novo modelo de gestão pública ancorado na aliança entre Estado e sociedade, cujo objetivo também deveria contemplar a celeridade na ação estatal, por meio de uma gestão focalizada nos resultados.

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e

serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistributiva ou realocadora, o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1995, p.8).

O Estado, ao transferir a responsabilidade quanto à promoção do desenvolvimento social, estrategicamente abriu espaço para o fortalecimento de um novo segmento vinculado ao capital, as chamadas Organizações Sociais<sup>18</sup>, cujo objetivo finalístico foi a substituição do papel do Estado no atendimento de demandas sociais, dentre estas, a educação.

Essas entidades concentraram suas ações no desempenho de atividades sociais em substituição ao Estado durante toda a década de 1990, por meio de programas e projetos educacionais, financiados com recursos públicos, justificado pela flexibilidade nos processos administrativos e operacionais e também pela celeridade no desempenho das ações, contudo, fortaleceu o vínculo de trabalho terceirizado, o voluntariado, contratação temporária, e outras formas de vínculo laboral previstas na legislação trabalhista.

A redução da estrutura administrativa estatal ampliou o espaço para a atuação da iniciativa privada, especialmente no desempenho de atividades sociais e constituiu um novo segmento a ser explorado economicamente pelo capital, inaugurando-se a prática da responsabilidade social, da filantropia e outras formas de precarização do trabalho, disfarçado na defesa de interesses sociais.

Na condição de entidades de direito privado, as Organizações Sociais tenderão a assimilar características de gestão cada vez mais próximas das praticadas no setor privado, o que deverá representar, entre outras vantagens: a contratação de pessoal nas condições de mercado; a adoção de normas próprias para compras e contratos; e ampla flexibilidade na execução do seu orçamento (BRESSER PEREIRA, 1995, p.14).

---

<sup>18</sup> A legislação não estabelece o conceito exato das Organizações Sociais, mas o art. 1º da Lei nº 9.637/1998 traz algumas de suas características: Art. 1º. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (DI PIETRO, 2009).

A garantia de flexibilidade assegurada na legislação que rege a administração estatal permite dentre outras atividades, a construção de parcerias entre as entidades do Terceiro Setor com o Estado, por intermédio de Convênios, e outras modalidades de contratos para prestação de serviços, contratação de pessoal, e logicamente que se trata de uma extensão da prática da gestão empresarial, aplicada no atendimento das demandas da população, em substituição à execução por parte do Estado.

Segundo Peroni (2009), o parâmetro de gestão utilizado na iniciativa privada torna-se o único referencial capaz de assegurar um padrão de eficiência e produtividade para o uso dos recursos provenientes dos impostos recolhidos do cidadão, para custeio das despesas com educação pública.

O ajuste do Estado ao projeto neoliberal visando assegurar a reprodução do capital protagonizou significativo espaço ao terceiro setor, mediante a subvenção para promover o atendimento das demandas sociais, e, principalmente, a educação tornou-se um nicho de negócio com enorme potencial para movimentação de recursos financeiros no mercado, em decorrência das normas jurídicas específicas para formatação de contratos entre o Estado e as Organizações Sociais para a execução de serviços educacionais.

A reforma do Estado na década de 1990 no Brasil, iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, para organizar o *modus operandis* do capital, sob a ótica da mundialização da economia prosseguiu nos governos posteriores, por meio da implementação das políticas sociais articuladas, em que o Estado assegurou a participação com maior efetividade do terceiro setor no desenvolvimento das políticas sociais.

É evidente o quanto a reforma do Estado no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso proporcionou a consolidação do Terceiro Setor no âmbito das atividades produtivas, sob o argumento da ineficiência e da incapacidade da estrutura administrativa e operacional do Estado na prestação dos serviços requeridos pelo cidadão, além da restrição de recursos e da necessidade de assegurar a otimização dos gastos públicos.

A tese defendida no projeto de reforma do Estado fundamentou-se no argumento da impossibilidade da gestão estatal responder e solucionar as múltiplas demandas sociais, tornando-se indispensável a participação da “sociedade civil”,

pela sua ação mobilizadora e gestora na resolução de problemas por meio da ação mais imediata na realidade.

A materialização do processo de reestruturação do capital no Brasil na década de 1990 refletiu de forma considerável na definição das políticas sociais, cuja característica fundamental foi a especificidade em detrimento da universalidade, visando promover o espaço para inserção do Terceiro Setor na execução de serviços destinados ao atendimento da população.

o novo trato à “questão social” deve ser, na moldura neoliberal, dual. Por um lado tem de atender com serviços de qualidade à população com capacidade de adquirir os serviços no mercado, segundo suas possibilidades econômicas, numa atividade claramente lucrativa. Por outro lado, deve intervir, por meio do Estado ou de entidades filantrópicas, nas demandas pontuais da população carente, com precários serviços momentâneos. Altera-se a dimensão de seguridade social como direito do cidadão, a universalidade da prestação do serviço, de qualidade homogênea para toda a população, o caráter não-contratualista das políticas sociais e assistenciais (MONTAÑO, 2010, p.196).

O dualismo descrito na relação do Estado com o Terceiro Setor sob a lógica neoliberal resguarda-se no sentido do primeiro alimentar financeiramente o segundo, por meio da justificativa da “parceria”, em que diante da limitação estatal no atendimento das demandas sociais, as entidades vinculadas à “sociedade civil”, pode assim fazê-lo, em regime de colaboração, em que um compensa a limitação do outro na busca de respostas efetivas a população.

É importante destacar na relação entre o Estado e o Terceiro Setor que nenhum pretende obscurecer a presença do outro, pois é possível construir relações de colaboração, visto que o Estado é o detentor dos recursos necessários a financiar a execução de serviços ou atividades promovidas pelo Terceiro Setor, componentes do rol das políticas sociais.

A inserção do Terceiro Setor para execução de políticas sociais resultante do PDRAE necessitou do aporte jurídico, para delimitar modalidades de relações contratuais possíveis de serem firmadas entre o Estado e a iniciativa privada, com o objetivo de executar políticas, por meio de obras, serviços ou atividades de interesse público. Nesse contexto, surgiu a Lei nº 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público/privada no âmbito da administração pública.

Ao ser assegurado o instituto jurídico que possibilitasse a transferência de recursos financeiros para promover a sustentabilidade das atividades do Terceiro Setor, a reforma do Estado avançou no intuito de promover a descentralização de atividades sociais de responsabilidade estatal, transferindo-as para as organizações vinculadas à “sociedade civil”.

[...] em geral, as organizações do chamado “terceiro setor” não tem condições de autofinanciamento e dependem particularmente de transferência de fundos públicos para seu funcionamento mínimo. Essa transferência é chamada, ideologicamente, de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil, como o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil (MONTAÑO, 2010, p. 199).

As entidades do terceiro setor desenvolvem suas atividades, em sua maioria, sob a denominação da chamada “Responsabilidade Social” por meio de recursos capturados em editais junto aos órgãos da administração estatal, ou mediante convênios de cooperação técnica e financeira, que asseguram legalmente o repasse de aporte financeiro proveniente do erário público, para o desempenho de suas atividades.

Sob as expensas do Estado no custeio das atividades executadas pelo Terceiro Setor, é possível compreender o nível de evolução da participação desse segmento após a reforma estatal, em especial no âmbito social, com destaque para as áreas da saúde, educação, assistência, trabalho.

A continuidade do ajuste do Estado à reestruturação produtiva foi assegurada durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), especialmente por meio do Plano de Ações Articuladas – PAC, que assegurou um conjunto de obras de infraestrutura, investimentos do Estado em diferentes setores, tais como agricultura, educação, saúde, assistência social mediante programas de transferência de renda, visando o desenvolvimento econômico, a geração de trabalho e o estabelecimento de uma renda mínima a população hipossuficiente, e no contexto educacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, criado em 2007, em que as políticas destinadas ao atendimento da educação básica atingiram níveis de abrangência entre os setores produtivos descritos por meio do Estado, mercado, e o terceiro setor.

De acordo com o Decreto Nº 6.094, de 24 de maio de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela

União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, o projeto de poder instalado no Brasil reitera o valor e a possível colaboração de parceiros na promoção da educação escolar.

O pacto estabelecido entre o Estado, o empresariado e a sociedade civil com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, referenciada em índices de desempenho, foi mantido na política educacional do governo de Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Compromisso Todos Pela Educação, descrito Decreto 6.094/2007, no art. 2º;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB (BRASIL, 2007).

A parceria na educação envolvendo Estado e empresariado no governo Lula assegurou maior participação do capital na captura de recursos financeiros disponibilizados no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, este descrito em quatro eixos abrangendo: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização e abrigou um conjunto de programas e ações contando com a parceria público privada visando fortalecer os índices de desempenho da educação básica no Brasil.

Dentre as ações do PDE, está a proposta de estabelecimento de parcerias para a melhoria de toda rede pública de ensino no país, por meio de apoio técnico e/ou financeiro do MEC aos municípios e estados com baixos índices de qualidade do ensino. O PDE foi lançado oficialmente pelo Decreto n. 6.094 em 24 de abril de 2007, por intermédio do MEC, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino no país. Para o cumprimento deste plano, foi assinado um termo de adesão “Compromisso Todos pela Educação”, assinado pelos 26 estados, pelo Distrito Federal e pelos 5.563 municípios brasileiros (FERREIRA, 2012, p.54).

A defesa da possível melhoria da qualidade do ensino por meio da parceria entre o Estado e os diversos setores da sociedade é descrita no PDE e viabilizada por apoio técnico realizado, mediante consultorias e assessoramento por intermédio de institutos, fundações, ONG's, ligados ao empresariado às secretarias municipais e estaduais. Nesse contexto, o Terceiro Setor ocupou espaço significativo na

concorrência aos editais publicados pelo Ministério da Educação para captura de recursos financeiros destinados a operacionalizar ações educativas nas redes de ensino no Brasil.

Por meio do PDE consolidou-se a relação público-privada na educação articulada à participação da sociedade civil, representada por Organizações Não - Governamentais; Institutos; Fundações; e demais integrantes do denominado Terceiro Setor, alinhados ao discurso ideológico materializado no Compromisso Todos Pela Educação.

No entanto, não se pode ocultar que o Terceiro Setor movimenta e mobiliza ideias, recursos materiais e financeiros e especialmente ações, destinadas a substituir o papel do Estado, em geral de caráter descontínuo, visando manter a submissão dos estratos sociais à dependência das ações paliativas promovidas por meio do capital.

A natureza do Terceiro Setor é alinhada à lógica da sociedade privada, porém, com atuação num espaço particular de prestação de serviços públicos, deliberado por meio do Estado, justificado segundo a lógica da descentralização dos serviços destinados ao atendimento das demandas sociais do cidadão. De acordo com Marx (1978), a propriedade privada suscita a busca da acumulação, e conseqüentemente o lucro, por meio da exploração da força de trabalho requerida para a produção de bens, sejam eles sociais ou econômicos.

Para Saviani (2007), o PDE agrupou todos os programas desenvolvidos no Ministério da Educação com a finalidade de responder as expectativas traçadas junto aos organismos internacionais quanto a melhoria do desempenho escolar do Brasil, monitorado por meio do Índice da Educação Básica – IDEB.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo MEC a partir de estudos elaborados pelo INEP para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. Tomando como parâmetros o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª do ensino médio) nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), construiu-se uma escala de 0 a 10. [...] foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo (SAVIANI, 2007, p.1234).

Sorratamente, a relação público-privada encontra guarida junto à sociedade como uma ação redentora da educação, e somente por meio de um esforço integrado entre Estado e a sociedade civil é possível elevar o desempenho escolar brasileiro aos índices dos países ricos. Por meio de indicadores quantitativos para traduzir o rendimento dos alunos, justifica-se a entrada de programas e projetos idealizados e gerenciados por instituições vinculadas ao empresariado na escola pública (MACHADO; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015).

A estratégia destinada a assegurar a governabilidade<sup>19</sup> do projeto democrático popular no Brasil, foi alcançada temporariamente junto ao empresariado, mediante a garantia de espaço para exploração de atividades econômicas contidas nas políticas sociais, e nesse contexto, o orçamento educacional tornou-se atrativo ao capital, descritos nos diversos programas, dentre estes: Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Um Computador Por Aluno – UCA, Brasil Profissionalizado, e outros.

No contexto indicado, o PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”, movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação EducarDPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros (SAVIANI, 2007, p.1243)

A implementação das reformas do Estado capitaneadas mediante a parceria público-privada na educação básica contou com a representação de grupos empresariais, na captura de recursos financeiros nos editais do Ministério da Educação e também na articulação junto ao Conselho de Secretários de Educação – CONSED, para o desenvolvimento de programas e ações nas redes de ensino no Brasil.

O Estado, ao firmar parcerias com instituições ligadas ao empresariado com justificativa de melhorar a qualidade do ensino, por meio da elevação do desempenho escolar referendado, a partir das avaliações em larga escala

---

<sup>19</sup> Compreendida como a capacidade do governo de implementar suas políticas por meio da articulação entre partidos que formam maioria na base aliada [...] é o conjunto de condições necessárias ao exercício do poder de governar (DINIZ, 1995).

implantado no sistema de ensino brasileiro durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi redimensionado nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, no entanto, a participação estatal no custeio da educação pública avançou por meio da participação efetiva do terceiro setor.

Ao assumir o governo federal em 2011, Dilma Roussef deu prosseguimento as políticas educacionais definidas nos governos Lula, e uma das frentes de investimento na educação básica, pautou-se no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, estabelecido pela Lei 12.513/2011, cujo artigo 1º estabelece os objetivos para oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira.

- I- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011)

A oferta de cursos vinculados ao PRONATEC foi viabilizada por meio da rede federal de ensino, escolas tecnológicas vinculadas às redes estaduais de ensino, e também com o terceiro setor, especialmente representado pelo Sistema S, vinculado ao empresariado da indústria, comércio, agricultura, transportes, e demais atividades produtivas.

A estratégia política para manutenção do projeto de poder democrático popular no Brasil, por intermédio do governo Dilma Rousseff exigia a articulação com o grupo de centro, e logicamente o empresariado deveria ser beneficiado com recursos financeiros destinados à educação, os quais abrangem desde a construção de escolas, compra de livros de didáticos, materiais e recursos tecnológicos, transporte escolar, aquisição de alimentação escolar, dentre outros.

No âmbito da educação profissional, técnica e tecnológica, centro de grandes disputas na Constituinte, na LDB e no PNE em prol de uma concepção não adestradora e tecnicista e de sua vinculação jurídica e financiamento públicos, esta foi-se constituindo a grande prioridade da

década, sem alterar, todavia, seu caráter predominantemente privado (FRIGOTTO, 2011, p.246)

A transferência de recursos públicos para a iniciativa privada deveria ocorrer também no segundo mandato de Dilma Rousseff, cuja meta era triplicar o número de matrículas no PRONATEC, visando atingir 12 milhões de vagas para jovens trabalhadores e trabalhadoras para contribuir com o aumento da força de trabalho disponível ao mercado (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, o lema do segundo mandato de governo “Brasil: Pátria Educadora” manteve a continuidade do PRONATEC, como alternativa de formação profissional à classe trabalhadora e deu início a reforma curricular do ensino médio, cuja articulação da educação profissional ao ensino médio prevista na Lei 12.513/2011 (PRONATEC) deveria se materializar no sistema de ensino brasileiro.

A parceria público-privada na educação básica imprimiu novas faces no processo de gestão da escola, do currículo, do relacionamento com a comunidade escolar, e a consequente desmobilização do movimento dos educadores voltado à construção de propostas pedagógicas compatíveis à realidade das escolas.

## **CAPÍTULO 2: A ARTICULAÇÃO DO ESTADO NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA PARAENSE**

A reflexão sobre a articulação do Estado na relação público-privada delimitada na educação alcança relevo, na medida em que proporciona analisar o contexto da re-estruturação produtiva, implementado em decorrência da crise do modo de produção capitalista, cujo objetivo maior destina-se a participação dos segmentos empresariais nas redes públicas de educação básica no Brasil por meio de ações educativas financiados com recursos públicos.

A reforma do Estado no Brasil decorrente do contexto de mudanças imprimidas no modo de produção capitalista, em nível mundial, avançou na ocupação do setor privado nas atividades produtivas destinadas a promover os bens sociais à população, em especial, a educação, saúde, assistência social.

Por meio das mudanças descritas no processo de re-estruturação do capital visando a ampliação da acumulação, a reforma do Estado foi de fundamental importância, especialmente no sentido de assegurar a ampliação das atividades produtivas anteriormente demandas por meio da estrutura estatal, mediante organismos privados, fomentados com recursos públicos.

O presente capítulo tem por objetivo examinar a constituição da relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará, situando o contexto econômico e social e as limitações do atendimento da educação pública, complementado pela descrição da interferência do terceiro setor na promoção de atividades educativas na rede pública paraense.

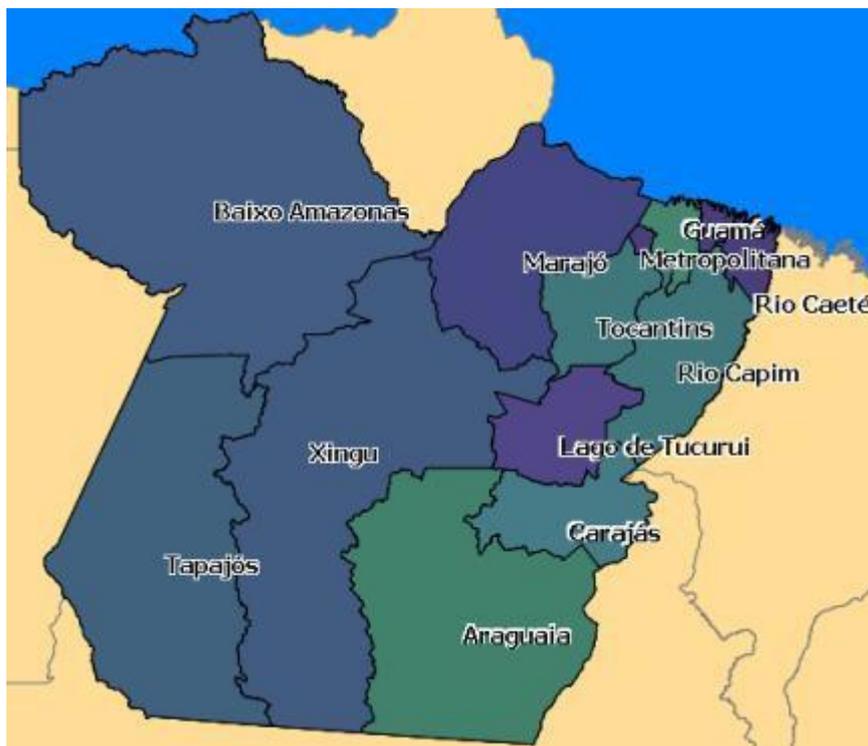
### **2.1 O contexto econômico e educacional paraense pós década de 1990**

O Estado do Pará é a segunda maior unidade federativa do Brasil, e insere-se num significativo espaço geográfico e territorial, caracterizado por condições socioculturais e ambientais heterogêneas no contexto de seus 1.247.954,32 km<sup>2</sup>. Situado na região amazônica, ocupa o equivalente a 14,65% do território nacional, caracterizado por biodiversidade singular que abriga uma população de aproximadamente 7.581.051 habitantes (BRASIL, 2015).

Com a finalidade de promover o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, o governo estadual criou a Política de Integração Regional do Estado do

Pará, abrangendo os aspectos: econômicos, sociais, culturais, ambientais, infraestruturais e institucionais. Nesse contexto, as doze regiões de integração, materializa o processo de descentralização da gestão pública do segundo maior Estado federativo do Brasil, dotado de contradições sociais significativas, em que a riqueza de poucos contrasta com a pobreza de milhões.

FIGURA 1: MAPA DAS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ



Fonte: PARÁ/2017

A presença do capital na região amazônica, em especial no Estado do Pará, assumiu proporção significativa nas atividades econômicas, a partir das décadas de 1980 e 1990 com a implantação dos grandes projetos econômicos, mediante a exploração de recursos naturais, que possibilitou a formação de novos espaços territoriais, e, conseqüentemente, o surgimento de novas perspectivas de embates no campo político, representado por grupos conservadores e progressistas (SANTOS, 2014).

A consolidação da política do governo civil militar na região amazônica na década de 1980 resultou em novas configurações territoriais, com destaque para a região sudeste paraense, mediante o surgimento de novos municípios, cuja matriz

econômica está representada pela atividade mineradora e o agronegócio.

As contradições sociais no Estado do Pará se ampliam em decorrência da implantação de empreendimentos econômicos, os quais inviabilizam a possibilidade de transformação da realidade de milhares de sujeitos, e em particular na oferta da educação com qualidade para a população.

O Estado do Pará, em termos de sua conformação sócio-econômica, caracteriza-se como uma região periférica ativa de um país em desenvolvimento, possuidora de sérios entraves estruturais, mas também detentora de imensos potenciais. Sua base econômica sempre esteve ligada às atividades extrativas e primárias de baixa agregação de valor e poucos efeitos no restante da economia, estruturando-se como enclaves. Tornou-se, portanto, um espaço reflexo de interesses exógenos à região. Abriga uma das maiores jazidas minerais do planeta, além de uma enorme fronteira agropecuária em expansão e uma vasta biota oriunda da Floresta Amazônica. Entretanto, esse potencial tem tido dificuldade em se efetivar numa economia verticalizada, em fluxos mais densos entre agentes locais e assim conferir maior agregação de valor aos produtos regionais, empregos mais qualificados e diversificação da pauta de exportação (PARÁ, 2010).

As condições propícias ao desenvolvimento do agronegócio no Estado do Pará avança em direção à região sudoeste, importante rota de escoamento da safra de grãos oriunda do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Rodovia BR-163, até o Porto de Miritituba, localizado no Município de Itaituba, devido o baixo custo de transporte da soja e do milho, cujo destino é a exportação (REVISTA EXAME, 2017).

Grupos econômicos ligados ao agronegócio, com a finalidade de reduzir os custos operacionais do transporte de grãos para atender ao mercado internacional, utiliza as hidrovias, especialmente a bacia do Rio Tapajós. Esse cenário tem trazido mudanças significativas nas relações sociais, decorrente da baixa escolarização da população, resultando na construção de quadros de vulnerabilidade social.

Contraposto a esse quadro, a Região de Integração do Tapajós, que compreende os municípios de (Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão), a cobertura da rede estadual de ensino é limitada, contando com apenas uma unidade escolar para oferta de ensino médio em cada município, e tampouco há ações de reforma e ampliação de escolas contidas no Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará.

TABELA 2: OFERTA DE ESCOLAS E MATRICULAS NO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TAPAJÓS-PA

Município	Total de Escolas	Anexos	Matriculas
Itaituba	7	4	3.973
Jacareacanga	1	0	811
Novo Progresso	1	0	1.046
Placas	1	0	595
Rurópolis	1	1	1.122
Trairão	1	1	652
Aveiro	1	0	576

Fonte: SEDUC/2017

As restrições quanto à oferta da educação básica na região sudoeste paraense, conjugada a precariedade do ensino, contribuem de forma direta para a reprodução da desigualdade e das perspectivas de transformação da realidade dos sujeitos. Observa-se que apenas o município de Itaituba disponibiliza sete escolas públicas, e os demais municípios apenas uma escola. Em geral as escolas estão localizadas na sede dos municípios, o que revela déficit de atendimento do ensino médio para a população que vive no campo.

Atualmente, o Estado do Pará é um dos principais responsáveis pela composição do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro, decorrente da exploração de jazidas de ferro S11D, localizada no Município de Canãa dos Carajás e outras fontes minerais exploradas na região sudeste paraense, complementado pelo agronegócio (FIEPA, 2017). No entanto, o atendimento educacional à população é precário, pois no referido município apenas uma escola estadual oferta o ensino médio e não há alternativas de oferta da educação profissional.

Na região do Rio Xingu, em 2010, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, abrangendo os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, tida como a terceira maior hidrelétrica do mundo, obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cuja justificativa técnica é que a geração de energia é fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro (ALMEIDA&FLEURY, 2013).

Apesar de se apresentar perspectivas favoráveis ao desenvolvimento econômico paraense para as próximas décadas, as contradições quanto ao desempenho escolar dos sujeitos é algo que prenuncia possibilidades de reprodução da realidade, com a manutenção e ampliação do fosso de riqueza/miséria.

Os indicadores nacionais ainda que não reflitam a totalidade do desempenho da escola brasileira, podem servir de parâmetro para analisar a situação em que se

encontra o ensino, e particularmente no Estado do Pará, que historicamente revela um quadro deficitário na oferta da educação pública nas municipalidades.

Defendemos que a unidade federativa paraense necessita de investimentos estatais em infraestrutura, suficiente para assegurar a melhoria da qualidade de vida da população, e especialmente na educação escolar, a disponibilidade da rede pública, por meio de escolas em condições de funcionamento adequado, pode ser um dos aspectos que podem contribuir para a transformação da realidade dos sujeitos.

TABELA 3: PROJEÇÃO DO IDEB PARA O ESTADO DO PARÁ

IDEB	Projeção INEP-BRASIL				Projeção INEP-PARÁ			
	2015	2017	2019	2021	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais E.F	5,2	5,5	5,7	6,0	4,1	4,4	4,7	5,0
Anos Finais E.F	4,7	5,0	5,2	5,5	4,6	4,8	5,1	5,3
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2	3,7	4,2	4,4	4,7

FONTE: INEP/2017

De acordo com os dados projetados para o IDEB no Brasil, o Estado do Pará, necessita avançar no desempenho escolar em todos os níveis. Os déficits de desempenho projetados para os anos iniciais do ensino fundamental no Estado do Pará, não consegue atingir as metas nacionais; a situação também se reproduz nos anos finais do ensino fundamental. Essa situação crítica perdura também no ensino médio, pois a projeção da rede estadual de ensino para alcançar em 2021 é de 4,7, ao passo que a projeção nacional é de 5,0.

Chama atenção o fato do desempenho dos alunos do ensino fundamental manter-se constantemente abaixo dos indicadores nacionais, alcançando 4,5, e nos anos finais 3,3. Com relação ao Ensino Médio, quando considerada apenas a rede estadual, que é responsável por 97% das matrículas nesta etapa, o Pará atingiu o 2º pior resultado do país. A meta estabelecida era de 4,0 pontos, mas os alunos registraram índice de 2,8. Ainda que não concordamos com a concepção de avaliação prescrita no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, porém, esse indicador é o referencial que as redes de ensino adotam para projetar as estratégias e ações educativas na escola pública brasileira.

Logicamente, que o baixo desempenho dos alunos do ensino fundamental menor pode ter indícios nas limitações e fragilidades da educação infantil, fato esse desconsiderado no planejamento estratégico do “Pacto Pela Educação do Pará”,

visto que entre os seis resultados a serem alcançados, não há menção na educação infantil.

Um dos aspectos a considerar na educação escolar paraense, refere-se aos baixos índices de cobertura da educação infantil por meio do Poder Público municipal. No entanto, cabe ao Estado apoiar os municípios para que o direito à educação na faixa etária de quatro a dezessete anos seja assegurada. Ainda que a Emenda Constitucional 59/2009 que torna obrigatória a oferta da educação escolar para a faixa etária de quatro a dezessete anos, e o Plano Nacional de Educação estabeleça a meta de universalização, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos no Estado do Pará não consegue ser materializada na política educacional vinculada à relação público-privada.

As informações contidas no SISPAE, versão 2016 possibilitam descrever a situação caótica em que se encontra o nível de aprendizagem dos alunos vinculados a rede estadual, considerando que os valores quantitativos repercutem de forma direta nas condições objetivas em que é ofertada a educação básica pública no Estado do Pará.

Qualidade na educação [...] é um fenômeno complexo que possui determinações intraescolares e extraescolares. Para efeito de um melhor entendimento, podemos destacar como fatores intraescolares que se relacionam com a qualidade: currículo, formação docente, gestão escolar, avaliação da aprendizagem, condições de trabalho, infraestrutura das escolas, dentre outros; como fatores extraescolares é possível citar: condições de vida da população, capital econômico, cultural e social das famílias dos alunos, entorno social da escola, distribuição de renda, violência, entre outros (MACHADO;ALVARSE;OLIVEIRA, 2015, p.339).

A precarização da educação básica na rede estadual paraense vislumbra um cenário desolador nas perspectivas de construção de projeto coletivo de vida para os filhos das classes trabalhadoras que dependem unicamente do ensino público para almejar possível acesso aos postos de trabalho. Ao considerar o desempenho escolar nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, as quais compõe a estrutura das avaliações de larga escala, tais como a Prova Brasil e o Enem, é possível comprovar o quanto o rendimento dos alunos não se mostra satisfatório.

Esse indicativo pode ser fundamental para o planejamento de políticas educacionais destinadas a promover a melhoria da qualidade do ensino, no entanto, há necessidade de rever as condições objetivas que se apresentam na oferta do ensino público na rede estadual paraense, desde a infraestrutura escolar, o quadro de profissionais efetivos, a política salarial do magistério, alimentação escolar

adequada, eleições diretas nas escolas, conselhos escolares, bibliotecas, acesso a Internet, e outras demandas.

TABELA 4: NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA (Língua Portuguesa – SISPAE (Em %) NO ESTADO DO PARÁ

Proficiência	4º Ano	5º Ano	7ª Série / 8º Ano	8ª Série / 9º Ano	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Abaixo do Básico	31,0		26,9		40,1	47,9	57,9
Básico	40,9		39,8		46,4	39,0	28,9
Adequado	22,0		26,6		12,8	12,5	13,0
Avançado	6,1		6,7		0,7	0,6	0,2

TABELA 5: NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA ( Matemática – SISPAE (Em %) NO ESTADO DO PARÁ

Proficiência	4º Ano	5º Ano	7ª Série / 8º Ano	8ª Série / 9º Ano	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Abaixo do Básico	56,2		44,4		61,0	64,3	76,1
Básico	34,3		41,7		36,2	33,9	22,9
Adequado	8,1		12,3		2,6	1,7	1,0
Avançado	1,4		1,6		0,2	0,1	0,0

Fonte: Portal SEDUC-PA

De acordo com a matriz de referencia definida no SISPAE, o desempenho quantitativo dos alunos alcançado nos exames anuais de proficiência é traduzido em níveis de habilidades, as quais não informam em detalhes os avanços e limites obtidos durante o processo educativo. Os pontos da escala de proficiência utilizados na Prova Brasil e Saeb foram agrupados no SISPAE em 4 Níveis de Proficiência - Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado - definidos a partir das expectativas de aprendizagem (conhecimentos, habilidades e competências) definidos para cada ano/série e disciplina avaliada (SEDUC, 2016).

O ensino médio expressa um cenário caótico na língua portuguesa em que menos de 1% dos alunos conseguem alcançar o nível avançado; na disciplina matemática também ocorre o desempenho caótico, em que nenhum aluno do terceiro ano consegue alcançar o nível avançado.

Visto que o acesso a educação superior pública depende do desempenho do aluno no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, é possível apontar as

limitações que os estudantes vinculados as classes populares, frequentadores da escola pública, enfrentam quanto a obtenção de vagas.

QUADRO 1: NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DO SISPAE NO ESTADO DO PARÁ

Níveis de Proficiência	Descrição
<b>Abaixo do Básico</b>	Os alunos, neste nível, demonstram domínio insuficiente dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontram.
<b>Básico</b>	Os alunos, neste nível, demonstram domínio mínimo dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontram.
<b>Adequado</b>	Os alunos, neste nível, demonstram domínio pleno dos conhecimentos, habilidades e competências desejáveis para o ano escolar em que se encontram.
<b>Avançado</b>	Os alunos, neste nível, demonstram domínio dos conhecimentos, habilidades e competências acima do requerido na série escolar em que se encontram.

Fonte: Portal-SEDUC-PA

Considerando que as áreas do conhecimento submetidas à avaliação da proficiência abrangem somente a Língua Portuguesa e Matemática, deixando-se de fora as demais áreas de conhecimento integrantes do currículo escolar, é impossível avaliar a aprendizagem dos alunos em sua totalidade, além de se questionar que domínio de conhecimentos o sistema educacional prioriza ou atribui valor qualitativo.

A configuração descrita no desempenho escolar dos alunos paraenses referenciada nos índices internacionais, nacionais e locais, levou o governo estadual instituir o Pacto Pela Educação e fortalecer as parcerias público-privada na gestão e no currículo da escola pública.

Porém o referido plano não responde a totalidade das demandas educacionais existentes no Estado do Pará, visto que omite a educação infantil, apesar de não ser responsabilidade da rede estadual a oferta, no entanto, é competência da Secretaria de Estado de Educação promover o apoio aos municípios no planejamento e na oferta desse nível de ensino, especialmente pela carência de creches e pré-escolas em praticamente todas as municipalidades da unidade federativa paraense.

Outras modalidades de ensino são omitidas dentre as ações do Pacto Pela Educação do Pará, o que compromete sua abrangência na busca da melhoria da qualidade da educação, e tal política educacional é insuficiente para promover a cobertura suficiente das necessidades educacionais da população.

Ainda que o Estado do Pará abrigue condições suficientes de promover a vida com dignidade para a população, à promoção da educação escolar, concebida como uma das prioridades para a transformação da realidade dos sujeitos não é atendida de forma plena nos 144 municípios componentes da unidade federativa. Uma das alternativas que poderia viabilizar o desenvolvimento de habilidades humanas, no caso a educação profissional, não está disponível à todos(as). A educação profissional ofertada pelo Estado é a forma compensatória para suavizar o descaso governamental quanto à efetivação de uma política educacional articulada a geração de trabalho e renda para atender a juventude paraense.

Segundo Manfredi (2010), a educação profissional no Brasil esteve relacionada à formação da força de trabalho subalterna destinada a ocupação de postos de trabalho disponibilizados nos empreendimentos econômicos. Assim, a política da educação profissional permanece até os dias atuais vinculadas a estratégia compensatória que o Estado utiliza para limitar o acesso dos filhos da classe trabalhadora a níveis de escolarização mais elevados.

No Estado do Pará, a educação profissional até os meados da década de 1990 esteve representada pela oferta de cursos profissionalizantes no Sistema S, representado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Na esfera pública estadual destaca-se a Escola Salesiana do Trabalho, em regime de convênio entre o Estado e a ordem religiosa dos Salesianos. Na esfera federal, destaca-se o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Pará – IFPA.

A rede estadual de ensino do Pará vinculada à estrutura administrativa do Estado, cuja finalidade é promover a educação básica à população, passou a disponibilizar a partir de 1995 a educação profissional por meio de escolas tecnológicas, a modalidade da educação profissional em regime Integrado, Tempo Integral, Proeja e Subsequente (SEDUC-2016).

A oferta da educação profissional na rede pública paraense orienta-se de acordo com a proposta de regionalização administrativa, contida no Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008 que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará, tem por objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a

finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais (PARÁ, 2008).

A partir da lógica da regionalização, a Secretaria de Estado de Educação organizou a oferta da educação profissional no Estado do Pará, com foco nas perspectivas de exploração econômica da biodiversidade existente nos territórios abrangidos nos municípios componentes das regiões de integração.

FIGURA 2: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS TECNOLÓGICAS DO PARÁ



Fonte: SEDUC-PA

A disposição das escolas tecnológicas no contexto territorial paraense contrapõe-se à lógica de inserção das classes populares no espaço geográfico, as quais vislumbram a qualificação profissional como via de acesso ao mundo do trabalho formal, pois em geral, habitam nas áreas urbanas periféricas da cidade de Belém, como também, não consegue atender nos municípios, que em sua maioria ocupam o espaço do campo.

Considerando a Região Metropolitana de Belém, que integra os municípios de Belém, Ananindeua; Marituba; Benevides; Santa Barbara do Pará; Santa Isabel do Pará e Castanhal, das nove escolas que ofertam a educação profissional, sete escolas localizam-se na região metropolitana da cidade de Belém, em bairros centrais (Anísio Teixeira; Paes de Carvalho; IEEP; Deodoro de Mendonça).

Contraposto a esse quadro, nos bairros periféricos da Região Metropolitana da cidade de Belém, que apresentam índices demográficos elevados, em especial habitados por sujeitos vinculados as classes populares (Terra Firme, Guamá, Estrada Nova, Jurunas, Cremação, Condor), não há escolas tecnológicas vinculadas à rede estadual de ensino do Pará para atender as demandas de educação profissional para formação de trabalhadores.

Nas demais regiões de integração é possível perceber a limitação da oferta da educação profissional, representada em sua maioria por uma única escola tecnológica. Nesse contexto, é fundamental que se leve em consideração a configuração geográfica da região amazônica, que inviabiliza a mobilidade dos sujeitos nos diversos territórios, decorrente da ausência de malha viária e rodoviária, transporte fluvial precário, elevados custos de transportes para atendimento da população.

Observa-se também a ausência da rede de escolas tecnológicas nas regiões de Integração do Caeté, caracterizada por potencial pesqueiro; Rio Xingu, caracterizada por empreendimento hidrelétrico de Belo Monte; Lago de Tucuruí, representado pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e Carajás, com projeto Cobre do Igarapé Sossego, Projeto Onça-Puma, S11D. Em especial essas regiões abrigam potenciais naturais e empreendimentos econômicos instalados, no entanto, o atendimento da educação profissional por intermédio da rede estadual de escolas tecnológicas não se faz representar.

A política educacional orientada segundo os interesses do capital desloca a responsabilidade do Estado em algo secundário, quanto à oferta da educação para a classe trabalhadora, e dependendo da possibilidade de produção de mais valia em espaços geográficos potencialmente exploráveis, a oferta da educação torna-se moeda de troca.

Dentro da mesma lógica de adequação dos cursos aos interesses do capital, percebem-se mudanças quanto à formulação curricular dos cursos técnicos, cujo foco passa do no trabalho para a empresa. Esse conjunto de ações colocou as escolas como importante moeda de troca na consolidação das políticas públicas, tanto sob os aspectos vinculados a apoio político-partidário quanto do empresariado nacional (CORSETTI;VIZZOTTO;PIEROZAN, 2016, p. 376).

A configuração política no Estado do Pará orienta o processo de implantação de escolas tecnológicas no âmbito territorial paraense, com reflexos significativos no

atendimento das demandas populacionais. A limitação da oferta da educação profissional destinada à formação e qualificação da classe trabalhadora descrevem-se em conformidade com a lógica de expansão do processo de acumulação instalado historicamente na Amazônia.

QUADRO 2: ESCOLAS TECNOLÓGICAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ-2017

USE/URE	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	BAIRRO	ESCOLA
USE 02	GUAJARÁ	BELÉM	UMARIZAL	PROF. ANÍSIO TEIXEIRA
USE 03 USE 05 USE 08 USE 13			TELEGRAFO	MAGALHÃES BARATA
			PEDREIRA	SALESIANA DO TRABALHO
			COMERCIO	PAES DE CARVALHO
			CAMPINA	INST. EDUCAÇÃO DO PARÁ
			NAZARÉ	DEODORO DE MENDONÇA
			MARAMBAIA	FRANCISCO NUNES
USE 20			MARITUBA	PEDREIRINHA
	BENEVIDES	BELA VISTA	JUSCELINO KUBSTSCHEC DE OLIVEIRA	
1ª URE	RIO CAETÉ	BRAGANÇA	VILA NOVA	RIO CAETÉ
2ª URE	TOCANTINS	CAMETÁ	AEROPORTO	CENTRO INT. ED. BAIXO TOCANTINS
3ª URE		TAILÂNDIA	AEROPORTO	EETEPA TAILÂNDIA
5ª URE		SANTARÉM	ALVORADA	EETEPA SANTARÉM
6ª URE	BAIXO AMAZONAS	MONTE ALEGRE	PLANALTO	EETEPA MONTE ALEGRE
7ª URE		ORIXIMINÁ	ÁREA PASTORAL	EETEPA ORIXIMINÁ
8ª URE	GUAMÁ	CURUÇA	ACAMPA	MARIA DE NAZARÉ G. MACEDO
		CASTANHAL	NOVA OLINDA	ESC. ENS. TEC. E DAS ARTES SÃO LUCAS
11ª URE		SANTA IZABEL	SANTA LÚCIA	IRMÃ ALBERTINA LEITÃO
12ª URE	TAPAJÓS	VIGIA DE NAZARÉ	SIQUEIRA	EETEPA VIGIA DE NAZARÉ
18ª URE	RIO CAPIM	ITAITUBA	AEROPORTO	EETEPA ITAITUBA
20ª URE	MARAJO	PARAGOMINAS	NOVA CONQUISTA	EETEPA PARAGOMINAS
			CAJU	EETEPA SALVATERRA

FONTE: SEDUC-PA

O Estado do Pará organiza-se politicamente em 144 municípios e a rede estadual de escolas tecnológicas encontra-se apenas em 16 municípios, por meio de unidades localizadas nas sedes dos municípios, contraposto ao contexto demográfico, em que a maioria da população habita as áreas do campo.

Ainda que o “Pacto Pela Educação” aponte como objetivos a melhoria da qualidade do ensino no Estado do Pará, a ampliação da oferta da educação profissional não é contemplada nos sete resultados que se pretende alcançar,

mantendo-se a lógica da precariedade da oferta de cursos técnicos, com professores em regime de contrato temporário e escolas com infraestrutura precária para assegurar o atendimento educacional.

A configuração da oferta da educação profissional na rede pública estadual do Pará contraria a demanda descrita em todos os municípios, considerando a necessidade de qualificação permanente que a lógica capitalista exige ao trabalhador para que ele aspire qualquer possibilidade de acesso aos reduzidos postos de trabalho que surgem nos empreendimentos econômicos instalados nos territórios do Estado do Pará.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos – DIEESE, o cenário do desemprego no Estado do Pará expressa significativo crescimento, em torno de 13,1% no primeiro trimestre de 2018, não unicamente na região metropolitana, mas abrangendo todos os municípios pertencentes à unidade federativa.

Segundo o DIEESE, a perda de postos de trabalhos inclui até municípios que dispõem de empreendimentos econômicos instalados ou em instalação, entre eles Altamira, que abriga o projeto de instalação da hidrelétrica de Belo Monte; o município de Barcarena, importante polo industrial de produção de alumínio; Marabá e Paragominas que se destacam no empreendimento do agronegócio e mineração.

A partir do quadro descrito é possível projetar um cenário de retração do trabalho qualificado no mercado formal, devido a ausência da oferta da educação profissional na rede pública estadual, visto que dos municípios citados, apenas Paragominas disponibiliza uma escola tecnológica. A situação descrita aponta a contradição do papel do Estado quanto a garantia dos direitos à educação da população, materializada pela restrita oferta da educação profissional, que inviabiliza a transformação da realidade do desemprego, ainda que se expresse nos municípios um elevado potencial de alternativas para geração de trabalho e renda.

O estudo revela nos nove primeiros meses de 2016 uma queda de 2,76% na geração de empregos formais. De janeiro a setembro foram 204.118 admissões contra 225.498 desligamentos, gerando um saldo negativo de 21.380 postos de trabalho. No período analisado, a maioria dos setores econômicos no estado apresentou saldo negativos de empregos formais, especialmente o da construção civil com a perda de 11.771 postos de trabalhos, seguido pelo comércio com menos 6.831 empregos; indústria de transformação com a perda de 2.354 postos de trabalhos; agropecuária com a perda de 544 postos de trabalhos e o de serviços, com a perda de 507 postos de trabalhos (DIEESE-PA, 2016).

O descompasso na política educacional gestada pelo Estado contraposta ao atendimento das demandas educacionais das classes populares, fortalece a produção de quadros de vulnerabilidade social, violência, criminalidade, práticas ilícitas, a construção de cinturões de miséria e pobreza no entorno dos empreendimentos econômicos instalados nos municípios paraense.

A agenda educacional prevista no documento “Travessia Social”, pautada na perspectiva da flexibilização curricular, recomenda a diversificação do ensino médio, e nesse contexto, é possível identificar a precariedade da política educacional para a oferta da educação escolar na rede pública estadual do Pará, inserida no pacote de programas do “Pacto Pela Educação”, com destaque para o “Projeto Mundiar”<sup>20</sup>, contratado junto a Fundação Roberto Marinho para oferta de ensino fundamental e ensino médio, para todo o Estado do Pará, como também, o Sistema Educacional Interativo – SEI<sup>21</sup>, alternativa metodológica, implantada em 2018 na rede estadual de ensino do Pará, visando a ampliação da oferta do Ensino Médio regular no interior do Estado.

O SEI estará presente em 145 localidades de 29 municípios, cujas prefeituras estão assinando convênio com a SEDUC. De acordo com os critérios estabelecidos, destacam-se localidades de cinco municípios do Arquipélago do Marajó, nas quais o histórico do IDH tem ficado sempre abaixo da média desejável. Serão atendidos pelo SEI os municípios de Baião, Cametá, Abatetuba, Acará, Igarapé-Miri, Moju, Aveiro, Belterra, Mojui dos Campos, Santarém, Alenquer, Curuá, Juruti, Óbidos, Faro, Altamira, Medicilândia, Uruará, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Itaituba, Trairão, Novo Progresso, Placas, Chaves, Breves, Curalinho, Portel e Muaná (PARÁ, 2017).

É possível perceber o quanto a lógica da educação pobre destinada aos pobres efetiva-se na política da educacional do “Pacto Pela Educação do Pará”, sob a justificativa de ampliação da oferta de escolarização, principalmente do ensino

---

<sup>20</sup> Projeto destinado à redução dos índices de distorção idade-ano. Os alunos concluem o Ensino Fundamental em 24 meses, e o Ensino Médio em 18 meses. A metodologia adotada é Unidocência, ou seja, um único docente ministra todas as disciplinas constante da matriz curricular do ensino fundamental ou do ensino médio.

<sup>21</sup> Oferta do Ensino Médio na modalidade à distância em 73 localidades de 21 municípios do Estado do Pará. As escolas possuem salas receptoras das aulas ministradas a partir de um estúdio de TV instalado em Belém, que faz parte de um Centro de Mídias para produção de recursos visuais de apoio pedagógico. No momento da aula atuam dois professores: um ministrando aulas e outro interagindo com os alunos por meio de chat coletivo ou individual; e um terceiro professor apoiará os alunos na sala de aula. O SEI é uma das ações da Seduc dentro do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (SEDUC-PA).

médio, em localidades geográficas complexas, como é o caso do Arquipélago da Ilha do Marajó, detentor dos maiores indicadores de pobreza e miséria, conforme descrito no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

O pior IDH do país é da cidade de Melgaço, que fica na Ilha de Marajó, no Pará. Além de Melgaço, os piores resultados do Marajó foram: Chaves (453); Bagre (471); Portel (483); Anajás (484); Afuá (489); Currálinho (502) e Breves (503). Estes estão na lista dos 50 piores resultados por municípios do Brasil. O discurso contraditório do Estado efetiva-se na oferta um modelo de escola visando à reprodução das condições sociais, em detrimento a defesa da escola pública de qualidade.

O caráter precário da oferta da educação pública no Estado do Pará, também se faz representar no âmbito territorial e das relações de poder construídas entre as alianças políticas desenhadas pelo governo representativo das elites conservadoras vigente no Estado do Pará.

A região do Tocantins caracteriza-se por diversos furos e arquipélagos, constituindo-se de difícil acesso em decorrência da ausência de rodovias, e a via mais importante de comunicação é por meio de drenagens fluviais. Por sua vez, as regiões do Tapajós, Baixo Amazonas e Xingu, constituem-se em territórios distantes da sede da capital paraense, e a região do Marajó, especificamente é acessada por via fluvial. Essa justificativa é preponderante para a oferta da educação à distância.

### QUADRO 3: PREVISÃO DA OFERTA DO SISTEMA EDUCACIONAL INTERATIVO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ

REGIÕES DE INTEGRAÇÃO/MUNICÍPIOS				
TOCANTINS	TAPAJÓS	B. AMAZONAS	XINGÚ	MARAJÓ
Abaetetuba	Aveiro	Alenquer	Altamira	Breves
Baião	Itaituba	Belterra	Medicilândia	Chaves
Cametá	Trairão	Curuá	Uruará	Currálinho
Ig. Miri	N. Progresso	Faro	Vitoria do Xingu	Muaná
Moju		Juruti	Brasil Novo	Portel
Acará		M. dos Campos	Placas	
		Óbidos		
		Santarém		

FONTE: PARÁ/2017

A lógica adotada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará é da oferta da educação pública em caráter de precariedade. De acordo com Pires (2005), a relação da economia com educação, determina o papel da escola visando a formação requerida pelo modo de produção, e nesse caso, ainda que a geografia da

região amazônica seja complexa para assegurar a infraestrutura escolar, no entanto, para o Estado essa condição justifica a oferta precária do ensino para a população.

O Projeto Mundial é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Fundação Roberto Marinho. O objetivo é acelerar a aprendizagem e corrigir o fluxo escolar dos estudantes em distorção idade/ ano, possibilitando que eles terminem o ensino fundamental em 24 meses e o médio em 18 meses. Mais de 90% das escolas públicas do Estado oferecem o projeto nos turnos da manhã, tarde e noite. O processo de matrícula é igual ao do ensino regular. Basta se dirigir a uma escola e se informar sobre os documentos necessários. Podem participar alunos dos sexto e sétimo anos do ensino fundamental, a partir de 13 anos, e do primeiro ano do ensino médio, a partir de 17 anos (SEDUC, 2018)

As excepcionalidades descritas no processo educativo na rede pública estadual paraense tornam-se regra geral, e a medida política-pedagógica adotada é a oferta de ensino precarizado, por meio de contratação de serviços educacionais com o Terceiro Setor ou empresas especializadas. É clara a intenção do governo estadual em promover a correção do fluxo escolar por meio de alternativas paliativas voltadas à construção de valores quantitativos para o alcance das metas previstas nos indicadores nacionais e internacionais.

A oferta do “Projeto Mundial” como alternativa de aceleração da escolarização na rede pública paraense, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, limita aos poucos a Educação de Jovens e Adultos. As unidades escolares da rede pública estadual localizada nos bairros na região metropolitana de Belém têm ofertado o Projeto Mundial, visando concluir o ensino fundamental e o ensino médio num curto período de tempo, e assim o principal atrativo apontado ao público da EJA para matricular-se no “Projeto Mundial” é o término do ensino fundamental em 24 meses, e o término do ensino médio em 18 meses.

Nesse contexto, a política educacional da rede pública paraense pautada na relação público privada, oferta a EJA na perspectiva de aceleração da escolarização, por meio da unidocência, em telesala, destituída das especificidades que tal modalidade de ensino vem construindo historicamente, em particular quanto à metodologia de ensino.

As limitações do atendimento da educação de jovens e adultos na rede pública estadual paraense é possível ser observado no CEEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Luiz Otávio Pereira, conforme a tabela abaixo.

TABELA 6: OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ

CURSO	VAGAS	ALUNOS	TOTAL MATRICULAS
ENS. FUND.EJA – SABERES DA EJA(1ª, 2ª, 3ª, 4ª etapa	---	75	75
ENS. FUND EJA 1ª E 2ª ETAPA	--	--	--
ENS MED EJA – SABERES DA EJA (1ª E 2ª ETAPAS	--	25	25
ENS FUND EJA 3ª E 4ª ETAPA	--	--	
ENS MED EJA 1ª E 2ª ETAPA	44	1	1
TOTAL	44	101	101

Fonte: Portal da SEDUC/2018

Nesse contexto, sutilmente o Estado limita a oferta da modalidade de educação de jovens e adultos, historicamente conquistada seu espaço na legislação brasileira, reconhecida pelo uso de uma metodologia de ensino própria, rendendo-se a metodologia tecnicista.

O desenho da educação escolar ofertado por meio do “Pacto Pela Educação do Pará” é de uma escola fragilizada da dimensão crítica na formação dos sujeitos, visando inviabilizar a luta por transformações sociais, especialmente nesse momento histórico, em que os princípios democráticos assegurados na Constituição Cidadã de 1988, têm diluído os direitos fundamentais previstos no Art. 5º, dentre estes o que trata da “presunção da inocência” contido no Inciso “LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, o que revela o retorno do Estado de Exceção<sup>22</sup>.

A história das ciências nos mostra como as relações de poder e a disputa de classes determina o sentido tomado pelas investigações nesses campos, assim como dos processos de legitimação de sua validade. São essas mesmas relações que influenciam a seleção dos conhecimentos que devem ou não ser ensinados na escola. Sabe-se que a classe dominante e dirigente detém a hegemonia desses processos. A contra-hegemonia é inerente à história humana que é, na verdade, a história da luta de classes. Portanto, se o conhecimento não é político em si, sem dúvidas o são as relações que o produzem e que dele fazem uso, seja na educação, seja na produção (FRIGOTTO, 2017, p.82).

A escola almejada pelo grupo político que ocupa o poder no Estado do Pará, tem por finalidade educar a população para a passividade diante de qualquer

<sup>22</sup> Concebido como a suspensão de direitos e garantias constitucionais, peculiares do Estado Democrático de Direitos, cuja característica essencial é a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário (BAHIA, 2018).

situação que ocasione a perda da dignidade humana. No início do ano de 2018, vivenciou-se um grave acidente ambiental provocado pela contaminação das drenagens do entorno da Refinaria de Alumínio da empresa Hydro/Alunorte, no município de Barcarena. No entanto, a escola pública, importante espaço de construção da consciência crítica, mostra-se impotente e destituída de qualquer articulação para resistir ao ataque do projeto acumulador de capital instalado desde a década de 1980.

Em sentido oposto, moradores do Município de Marituba, região metropolitana de Belém, protestaram por meio do fechamento da Rodovia Br-316 e solicitaram junto ao Ministério Público do Estado o fechamento do Aterro Sanitário, devido constantes problemas de saúde apresentados pela comunidade habitante do entorno.

Por outro lado, lideranças comunitárias, movimentos sociais, ao denunciarem o crime ambiental causado pela Refinaria de Alumínio Hidro, no Município de Barcarena, tem sofrido fortes retaliações, alcançando o extremo de práticas de execução sumária (JORNAL O DIÁRIO DO PARÁ).

No campo da segurança pública, primordial para assegurar condições necessárias à promoção da convivência grupal e coletiva no processo educativo escolar, escolas públicas são tomadas de assalto por grupos criminosos, tornando inviável o funcionamento dos turnos, especialmente o período noturno, em sua maioria frequentada por alunos trabalhadores.

A precariedade em que se encontra a educação pública na rede estadual paraense encontra guarida nas justificativas e consequentes aprovações dos projetos financiados junto as agencias financiadoras internacionais, e no Estado do Pará, esse quadro não difere das demais unidades da federação, por meio do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica, cujo agente financeiro é o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

## 2.2 A composição política-administrativa do Pacto Pela Educação do Pará

A continuidade das reformas promovidas na gestão educacional pública no Estado do Pará alinhadas ao projeto nacional vigente pós-reforma do Estado na década de 1990, mediante a relação público-privada ocorreu com mais intensidade em decorrência da ascensão ao poder no Governo do Estado do Pará da Coligação

Unidos Pelo Pará, encabeçada pelo Partido Social da Democracia Brasileira – PSDB em 2011, por meio do Decreto governamental nº 694 de 26 de março de 2013 que instituiu o “Pacto Pela Educação do Pará”.

O “Pacto Pela Educação do Pará” é o arcabouço destinado a integrar todos os programas e projetos contidos nas políticas da educação básica, tornando legal as parcerias público-privadas por intermédio do Decreto nº 694/2013, como parte integrante da gestão e do currículo da educação básica na rede estadual de ensino do Pará.

A relação público-privada na rede pública estadual de ensino paraense é tecida segundo o modelo de gestão gerencial adotado na gestão pública e compõe uma rede integrada por diferentes instancias representativas do capital, incluindo o Estado, o Empresariado, Sociedade Civil, com o objetivo de elevar o desempenho escolar dos estudantes do Estado do Pará, referenciado nos indicadores oficiais nacionais e internacionais.

O foco da gestão educacional na lógica do modelo gerencial visa de forma gradativa alcançar as metas quantitativas descritas nos indicadores oficiais nacionais traduzidos por valores numéricos nos exames de larga escala: Provinha Brasil, Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio, limitado à sistematização da proficiência, evasão e retenção dos alunos, com a finalidade de execução do planejamento curricular limitado as matrizes de referencias dos exames de larga escala.

Em nível internacional a avaliação educacional sistematizada no Programme for International Student Assessment – PISA, coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também revela baixo desempenho em conformidade com os padrões internacionais, das habilidades dos alunos brasileiros em leitura, escrita, operações aritméticas, ciências, e de acordo com Prestes e Farias (2014) torna-se consenso entre governos, sociedade, famílias, educadores e alunos, da necessidade de melhorar a qualidade do ensino.

A justificativa técnica e política que os governos encontram para fundamentar e argumentar à sociedade quanto a solução para os pífios resultados alcançados na aprendizagem dos estudantes é a construção de parcerias público-privada como o único antídoto para o alcance da qualidade do ensino. Assim, o Decreto 694/2013 traduz a visão do projeto de poder vigente no Estado do Pará quanto a que interesses a educação pública está submetida.

Segundo Peroni (2009), as avaliações em larga escala integra um dos pilares das políticas educacionais e expressa a concepção atual de descentralização do Estado, na qual ele deixa de executar as políticas para coordenar e financiar programas dessa natureza. A rede pública estadual paraense instituiu o Sistema Paraense de Avaliação Escolar – SISPAE, visando produzir informações relativas ao desempenho escolar anual dos alunos, disponibilizando tal sistema as redes municipais, como produto componente do Pacto Pela Educação.

A parceria público-privada na Secretaria de Estado de Educação do Pará possibilitou a contratação de serviços mediante a utilização de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para implantação do SISPAE na rede estadual de ensino paraense, projeto elaborado pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – VUNESP – Fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 26 de outubro de 1979 pelo Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista – UNESP (PARÁ, 2015).

O Decreto nº 694/2013 institui o Comitê de Governança Estadual e os Comitês de Governança Regionais do Pacto Pela Educação visando assegurar a sustentação política e operacional das ações educacionais, doravante implementada por meio da Secretária de Estado de Educação do Pará, com a participação de instituições do terceiro setor.

Art. 2º O Comitê de Governança Estadual do Pacto pela Educação do Pará terá a seguinte composição:

I - Governador do Estado, que o presidirá;

II - Secretário Especial de Estado de Promoção Social, que será o Vice-Presidente;

III - Secretário de Estado de Educação, que será o Secretário Executivo do Comitê;

IV - Secretário de Estado de Assistência Social;

V - Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda;

VI - 1 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado;

VII - Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Pará - FAMEP;

VIII - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/PA;

IX - 2 (dois) representantes de empresas;

X - 1 (um) representante da Universidade do Estado do Pará;

XI - 1 (um) representante de Organismo Internacional;

XII - 1 (um) representante da sociedade civil.

§ 1º Os representantes das empresas serão escolhidos por seus respectivos segmentos.

§ 2º O representante do Organismo Internacional será indicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

§ 3º O representante da sociedade civil será indicado pelo Presidente do Comitê (PARÁ, 2013)

A composição do Comitê omite os princípios da democracia, pois os espaços de participação são reservados a partir da indicação por intermédio do Estado, agregando seus parceiros de acordo com os interesses. A omissão da participação popular no assento do comitê representa o desmonte da prática da gestão democrática na educação pública paraense.

O Decreto em pauta foi alterado em 01 de julho de 2014 por meio do Decreto nº 792/2013, com a inclusão de segmentos políticos representativos das Regiões de Integração, denotando-se acima de tudo a possibilidade de alinhamento político do projeto de poder vigente no Estado do Pará com essas entidades.

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 694, de 26 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

VII - Presidente do Consórcio de Desenvolvimento SócioEconômico Intermunicipal - CODESEI;

VIII - Presidente da Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Região Oeste do Pará - AMUT;

IX - Presidente da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM;

X - Presidente da Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás - AMAT CARAJÁS;

XI - Presidente da Associação dos Municípios da Calha Norte - AMUCAN;

XII - Presidente do Consórcio Integrado dos Municípios Paraenses - COIMP; XIII - Presidente da Associação dos Municípios do Nordeste Paraense - AMUNEP;

XIV - Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belém - AMBEL;

XV - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/PA;

XVI - 2 (dois) representantes de empresas;

XVII - 1 (um) representante da Universidade do Estado do Pará (PARÁ, 2013)

Com a finalidade de alinhar as bases de apoio governamental nas regiões de integração, especialmente por meio das entidades representativas de associações de municípios, houve a necessidade de alterar o decreto, assegurando-se maior poder no alinhamento político e econômico, nas regiões de integração do Estado do Pará.

O capital no intuito de assegurar as relações de exploração se apropria da superestrutura do Estado mediante o aparato político-administrativo com a finalidade de promover a acumulação, e na composição da governança do Pacto Pela Educação do Pará, a sociedade civil é representada por segmentos alinhados ao Capital e ao Estado, descrito na figura do *Instituto Synergos*.

A relação público-privada efetiva-se na estrutura administrativa estatal por meio de instrumentos legais, dentre estes, convênios firmados entre o Estado e a Sociedade Civil, que assegura ao GPEP, representado pelo *Instituto Synergos* ser o protagonista do planejamento da gestão educacional da rede pública paraense, com desdobramento no currículo esvaziado de sentido e participação dos sujeitos que vivenciam a escola pública.

O GPEP<sup>23</sup> é a materialidade do terceiro setor na estrutura administrativa do Estado, cujas competências interferem de forma direta no planejamento e na execução das atividades pedagógicas na rede pública do Estado do Pará.

A composição da estrutura de gestão da educação pública descrita no Comitê Estadual do “Pacto Pela Educação” mediante a aliança do Estado, empresariado e sociedade civil representada pelo terceiro setor, reproduz e desdobra a lógica do projeto de poder em curso no Estado do Pará, com a finalidade de promover a materialização dos empreendimentos em curso no território paraense, orientado para acumulação dos grupos econômicos ora instalados nesta unidade federativa.

A parceria descrita entre o Estado e o Terceiro Setor intenciona a implantação do modelo de gestão empresarial na educação pública paraense, com foco na obtenção de resultados voltados ao alcance dos padrões prescritos nas metas nacionais e internacionais.

Apoiar a implantação de uma gestão educacional para Resultados nos níveis Estadual e municipal e contribuir para o aumento da capacidade técnica da SEDUC na implantação dos programas e projetos que compõem o Plano Estratégico Estadual do Pacto Pela Educação do Pará; aumentar e qualificar a contribuição de diferentes setores sociais ao Pacto, **em especial do setor privado**, e promover a articulação destes esforços, com vistas ao aumento de seu impacto nos resultados; cooperar na implantação e no fortalecimento de um sistema de governança participativa e descentralizada, estruturada em rede, e formado pelos Comites Estadual, Regionais, Municipais e por Conselhos Escolares (PARÁ, 2015).

Peroni (2006), ao analisar a metamorfose da estrutura do Estado visando alinhar-se ao modo de produção para promover a acumulação, ressalta que o “Estado como sociedade civil são perpassados por correlações de forças de classes sociais e projetos societários distintos” (p.4), com o intuito de garantir o movimento da engrenagem produtiva visando favorecer os interesses dos grupos econômicos.

---

<sup>23</sup> Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto é representado pelo Instituto Synergos.

O caráter indicativo prevalece na composição do Comitê de Governança do “Pacto Pela Educação do Pará”, seja em relação aos representantes da esfera estatal, por meio de representantes do quadro do Estado; quanto da representação da sociedade civil em nível nacional e internacional, inclusive com a intervenção de organismos internacionais no processo, por meio do agente financeiro Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Segundo Frigotto (2010), a educação escolar vinculada aos condicionantes econômicos orienta o processo de formação e qualificação da classe trabalhadora visando recompor a força de trabalho destinada a reproduzir as condições satisfatórias de funcionamento do modo de produção capitalista.

O planejamento das políticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais define também o modelo operacional nas redes públicas de ensino visando assegurar a participação do terceiro setor mediante a parceria público-privada.

O argumento técnico para justificar à sociedade a efetivação da parceria público-privada nas redes públicas de ensino fundamenta-se nos índices oficiais nacionais de desempenho escolar, estruturados de acordo com o padrão internacional da Organização de Cooperação Para o Desenvolvimento Econômico – OCDE, havendo a necessidade da intervenção do modelo de gestão privada nas unidades de ensino, visando assegurar a eficácia quanto ao uso dos recursos públicos, e nesse contexto:

o Estado não deve mais ser o executor de políticas, como ocorria com a antiga social democracia. Assim, o terceiro setor é uma das alternativas propostas pela terceira via, tanto para que o Estado não seja mais o executor das políticas sociais, quanto para que o conteúdo mercantil possa, através das parcerias, aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, “qualificando-as” (PERONI, 2006, p.04).

A busca da qualidade<sup>24</sup> do ensino, justificada por meio da elevação dos índices quantitativos prescritos nos exames de larga escala em nível nacional e internacional, referenciada por meio dos Organismos Internacionais, é representada pela “rede de parceiros” coordenada pelo *Instituto Synergos*, que articula e mobiliza a aliança Estado-Empresariado-Sociedade Civil, visando promover mudanças na

---

<sup>24</sup> Qualidade aqui compreendida na perspectiva quantitativa, orientada segundo o conceito da qualidade total (Campos, 2010).

gestão escolar, no currículo, na organização da classe estudantil, e a consequente fragilização do aprendizado do exercício da democracia nas escolas públicas.

A relação público-privada representada por instituições vinculadas ao Terceiro Setor, integrantes do Comitê de Governança do Pacto Pela Educação do Pará definem as perspectivas da educação básica quanto à formação e qualificação da força de trabalho a ser disponibilizada para exploração no mercado.

Art. 3º Compete ao Comitê de Governança Estadual do Pacto pela Educação do Pará:

- I - aprovar a proposta do Plano Anual do Pacto;
- II - acompanhar a execução das ações do Pacto;
- III - monitorar os resultados intermediários do Pacto;
- IV - propor intervenções para melhoria da qualidade do processo de desenvolvimento do Pacto;
- V - emitir parecer técnico sobre assuntos pertinentes (PARÁ, 2013).

A relação público-privada no Comitê de Governança do Pacto Pela Educação do Pará é relevante na definição dos rumos que a educação básica pública deve seguir, mediante a participação na aprovação da proposta do plano anual do Pacto.

No contexto da redefinição do Estado aos condicionantes da ordem econômica vigente, o planejamento educacional alheio à participação dos sujeitos (educadores e educandos) eleva o fosso da assimetria entre o ideal e o real descrito nas escolas públicas estaduais do Pará, visto que o:

papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006, p. 14).

Esse processo esvazia a função do Estado quanto à responsabilidade na elaboração do planejamento educacional, além de descumprir o Plano Estadual de Educação, documento resultante do exercício democrático, que contém as recomendações da sociedade e dos profissionais da educação quanto o caminho que a educação escolar deve cumprir. Paralelo a essa ação, a estratégia governamental fragiliza os quadros técnicos das redes de ensino, tornando-os meros executores de tarefas e ações educativas nos programas e projetos vinculados ao

terceiro setor, os quais, em sua maioria são desvinculados da realidade concreta vivenciada nas unidades de ensino.

A relação público-privada efetivada por meio do Pacto Pela Educação delibera aos representantes do empresariado, por meio de instituições vinculadas ao Terceiro Setor, acompanhar a execução das ações educativas e pedagógicas na rede estadual de ensino paraense, referenciados nos exames de larga escala, visando o alcance da melhoria do desempenho dos estudantes, com foco reduzido à dimensão quantitativa.

A incursão das ferramentas da gestão empresarial é sorrateiramente disseminada na gestão das unidades de ensino por meio do Pacto Pela Educação, delimitado de acordo com os referenciais de proficiência, evasão e retenção dos alunos, visando a obtenção de resultados quantitativos no processo educativo em compatibilidade com os indicadores dos organismos internacionais definidos pela OCDE – Organização Para Cooperação do Desenvolvimento Econômico.

A educação básica vinculada aos ditames do modo de produção capitalista, com a finalidade de substituir a força de trabalho a ser explorada, é assegurada no Pacto Pela Educação mediante a intervenção no percurso que o processo de escolarização dos estudantes da rede pública estadual deve seguir, visando o alcance do referencial qualitativo traduzido nos índices oficiais do IDEB e ENEM.

A desvalorização dos quadros técnicos efetivos do Estado é vislumbrado nas competências do Comitê de Governança do Pacto Pela Educação, por meio da incursão dos segmentos do terceiro setor em atividades de consultorias e assessoramento destinadas a construção de pareceres e ações interventivas voltadas à operacionalização das atividades educativas e pedagógicas na rede estadual de ensino do Pará.

A amplitude política do Pacto Pela Educação no território paraense é alinhada em conformidade ao projeto de poder e reproduz na esfera municipal a mesma configuração do Comitê de Governança. A reprodução da política educacional articulada à relação público-privada avança no contexto territorial paraense, por meio da participação de empresas instaladas nos municípios.

O Estado do Pará por dispor de um potencial natural extraordinário, torna-se objeto de cobiça do capital para implantação de projetos econômicos e, em contrapartida formam-se no entorno dos empreendimentos, autênticos cinturões de pobreza e miséria, em espaços geográficos destituídos de infraestrutura básica de

saneamento básico, rede de água tratada, mobilidade e asfaltamento de vias, iluminação pública, segurança pública por meio do policiamento ostensivo, unidades básicas de saúde e rede de ensino pública.

A estratégia para assegurar a ampliação da relação público-privada na educação básica no contexto da política educacional articulada ao Pacto Pela Educação está representada na composição dos Comitês Regionais, mediante a participação de empresas com visibilidade midiática, poder econômico e político nas regiões de integração paraense.

Art. 4º Os Comitês Regionais terão a seguinte composição:

I - 2 (dois) representantes do poder público;

II - 2 (dois) representantes de Governos Municipais;

III - 2 (dois) representantes de empresas;

IV - 1 (um) representante da sociedade civil.

§ 1º A presidência do Comitê Regional será exercida por um representante do poder público vinculado à Secretaria de Estado de Educação.

§ 2º A vice-presidência do Comitê Regional será exercida pelo representante da empresa responsável por acompanhar e apoiar a implantação do Pacto na região e apoiar a mobilização de empresas locais para participação no Pacto.

§ 3º O segundo representante das empresas será escolhido por seu respectivo segmento.

§ 4º O representante da sociedade civil será indicado pelo Presidente do Comitê (PARÁ, 2013)

A articulação do capital na composição dos Comitês Regionais no Pacto Pela Educação restringe qualquer iniciativa de participação popular na discussão da operacionalidade das políticas educacionais, tornando os sujeitos que protagonizam o processo educativo nas redes públicas meros executores e consumidores de programas, projetos e ações oriundas das instituições integrantes do terceiro setor, dentre estes o Instituto Natura com o Projeto Trilhas, o Instituto Unibanco com o Projeto Jovem do Futuro, Projeto Mundiar contratado junto a Fundação Roberto Marinho, dentre outros.

A participação da sociedade civil vincula-se a instituições do terceiro setor alinhadas ao projeto de poder econômico e político local, e essa estratégia pavimentou o caminho para definição de um projeto educacional alinhado aos desígnios do capital.

A incursão do terceiro setor na esfera da gestão educacional pública é assegurada por instrumento jurídico, representado no Decreto governamental nº 792/2013, contrariando os princípios constitucionais da gestão democrática na promoção da educação pública. O compartilhamento do espaço institucional público

por segmentos ligados ao capital, representados pelo Terceiro Setor, especialmente no processo de planejamento educacional vislumbra o esvaziamento da participação dos sujeitos protagonistas do ensino na definição do percurso a ser seguido na educação básica pública no Estado do Pará.

Art. 7º A Secretaria de Estado de Educação fornecerá a estrutura física para funcionamento do Comitê de Governança Estadual do Pacto pela Educação do Pará e dos Comitês de Governança Regionais do Pacto pela Educação do Pará (PARÁ, 2013).

A representação do empresariado, do terceiro setor, dos organismos internacionais (descrito na figura do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, financiador do empréstimo de trezentos e cinquenta mil dólares concedido ao Governo do Estado do Pará para aplicação na educação básica justificado tecnicamente no Programa de Incremento da Educação Básica), expressa a tendência descrita por Adrião;Peroni (2009) da adoção da lógica dos princípios da administração gerencial na educação pública do Estado do Pará.

O percurso delineado na política da educação básica integrada ao Pacto Pela Educação é emanado por meio da aliança entre o Estado, o empresariado e o terceiro setor visando à formação da força de trabalho disponibilizada ao capital no Estado do Pará alinham-se as perspectivas do projeto de mundialização da economia, orientada segundo os referenciais de desempenho descritas nos indicadores quantitativos dos exames nacionais de larga escala e dos exames internacionais.

Por meio do aparato normativo administrativo e jurídico o Estado materializa no Decreto nº 694/2013 a prática da gestão educacional orientada ao *modus operandis* fabril, com a ocupação do terceiro setor na estrutura administrativa da educação pública, para planejar, executar, monitorar e avaliar o processo educativo abrangendo as redes estadual e municipal.

O Pacto Pela Educação ao articular os segmentos alinhados ao capital com a finalidade de gerenciar a política de educação básica nas redes estadual e municipal possibilita avançar em defesa da educação submetida à lógica mercantil, por meio da oferta de uma escola pública destituída das condições objetivas para funcionamento adequado que permita a apropriação do conhecimento

historicamente acumulado, visando transformar a vida dos sujeitos que dela dependem.

### 2.3 A relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará

A educação submetida à lógica de funcionamento do modo de produção capitalista é normatizada com o intuito de responder as expectativas da reprodução da força de trabalho e também assume um espaço significativo no processo de acumulação, tornando-se bem de consumo na sociedade.

Segundo Di Pietro (2011), a Constituição Federal de 1988 expressa o viés liberal ao reforçar a ideia de parceria quanto a organização, a oferta e a participação da sociedade na execução das atividades educacionais, descrito no artigo 205 por meio da colaboração entre os setores público e privado; a coexistência de escolas públicas e privadas (art.206); a livre iniciativa privada (art.209); a ideia de fomento à iniciativa privada, com possibilidade de repasse de recursos públicos.

A reforma do Estado na década de 1990 consolidou no Brasil por meio da Lei nº 11.079/04, o embasamento jurídico destinado à promoção de parceria público-privada, e por meio do amparo legal o Estado justifica à sociedade que a educação é o fator crítico ao desenvolvimento econômico, político e social, e a única via para a superação da pobreza e conseqüentemente maior participação na sociedade e no mercado de consumo. Nesse contexto, formam-se as redes destinadas a fortalecer as alianças entre o Estado e o empresariado.

A atuação em rede possibilita uma mobilização maior entre os sujeitos, ora na proposição da política educacional, ora na mobilização para construir o consenso em torno das metas a serem alcançadas, ora na oferta da forma e dos meios para atingir as metas, ou seja, a gestão e os produtos educacionais (BERNARDI; ROSSI; UCZAK, 2014, p. 12).

A representação do empresariado na estrutura administrativa do Estado destinada ao planejamento e a execução da política educacional descrita em nível nacional por meio do Movimento Todos Pela Educação, é reproduzida em nível local no Pacto Pela Educação do Pará, descrito mediante a presença de sujeitos e instituições influentes e articuladas politicamente.

Esse movimento se coaduna com a redefinição do papel do Estado no contexto da reestruturação produtiva, por meio da ampliação do espaço da

representação privada na execução da política educacional, destinada a formação do capital humano.

O Estado continua o responsável pelo acesso e, inclusive, amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (PERONI;CAETANO, 2015, p.348).

Tal movimento fragiliza a rede estadual de ensino paraense quanto ao exercício da gestão democrática, principalmente na discussão e definição coletiva do planejamento e da execução da política educacional destinada a melhoria da qualidade do ensino público.

O discurso da qualidade almejada na rede pública paraense não é isento de espaço na definição do objeto constituinte do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre o Estado e o GPEP, contudo, a qualidade a ser alcançada comporta o referencial descrito no Mercado.

Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica e Financeira a implementação do Pacto Pela Educação do Pará que é um esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil (universidades, segmentos religiosos, fundações/ONG's e demais organizações sociais), da iniciativa privada e de organismos internacionais (BID), liderado pelo Governo do Estado do Pará, em torno do objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação pública no Estado do Pará (PARÁ, 2015).

O Estado aliado as diferentes instâncias representativas do capital objetivam ditar o referencial de qualidade a ser alcançada no percurso de escolarização dos filhos da classe trabalhadora, por meio de um modelo de gestão centralizadora e destituído da participação dos sujeitos concretos que vivenciam a escola pública paraense.

A qualidade defendida no projeto de poder que comanda o governo do Estado do Pará alinha-se aos pressupostos do *toyotismo* centrado no modelo da gestão por resultados cujo foco de ação restringe a obtenção de valores quantitativos, concebendo o processo educativo similar ao processo produtivo fabril.

Contraposto ao referencial de qualidade defendido no Pacto Pela Educação, é essencial que a escola pública destinada ao atendimento dos filhos da classe trabalhadora disponha de condições adequadas para a promoção do ensino, visando a permanência e o sucesso dos estudantes.

A proposta de alinhamento da educação básica brasileira aos propósitos do panorama internacional não é recente, e a incursão do empresariado no setor educacional vislumbra múltiplos objetivos, os quais contemplam desde a exploração de novos espaços de acumulação do capital, até o desenvolvimento de habilidades requeridas ao capital humano a ser explorado nas relações de trabalho. Nessa lógica, a escola pública torna-se o alvo principal da ação estratégica capitalista.

Desde o início dos anos de 1990 os empresários brasileiros organizaram fóruns e documentos onde apontam interesse na construção de uma agenda educacional [...] Nesta ótica propõem reformar a educação e a escola tornando-a mais eficaz às novas demandas do capital, formando um novo trabalhador que dominasse as novas competências tecnológicas e organizacionais (BERNARDI; ROSSI; UCZAK, 2014)

A adequação do ensino as novas determinações do modo de produção implicam na incursão do capital na estrutura administrativa da educação no Estado, para a introdução da tecnologia gerencial destinada ao planejamento e a execução do processo educativo, com a finalidade de obtenção dos resultados.

Nesse contexto, o convênio firmado entre o GPEP e o Governo do Estado do Pará por meio do Pacto Pela Educação do Pará delibera plenas condições possíveis para que o Terceiro Setor participe efetivamente da gestão educacional na rede pública de ensino do Pará.

O presente Termo de Cooperação Técnica e Financeira vigorará pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com os interesses dos partícipes. Os signatários se obrigam a praticar todos os atos necessários a execução deste Termo de Cooperação Técnica e Financeira, alocando os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento das obrigações (...) (PARÁ, 2015)

Entre as obrigações contidas no Convênio identifica-se a presença de novos sujeitos sociais no contexto institucional do Estado, responsáveis pela implementação e desenvolvimento das ações do Pacto Pela Educação, complementado pelo custeio de recursos materiais originários do tesouro estadual.

A representatividade do empresariado por meio do *Instituto Synergos* na elaboração do planejamento das ações do Pacto Pela Educação reproduz a lógica na administração estatal quanto a presença de burocratas, consultores, que desenvolvem planos e projetos para serem executados. Em sua maioria, as

propostas estão alinhadas a experiências já consolidadas em outros espaços de atuação, e com adaptações as peculiaridades locais.

É possível perceber que a presença do Terceiro Setor no contexto da gestão educacional pública estadual demanda recursos financeiros oriundos do orçamento estatal e também de novos sujeitos, ligados ao empresariado e demais segmentos representantes do capital, na definição dos objetivos que a educação básica deve alcançar no Estado do Pará, e nesse sentido:

A parceria entre o Estado e o 'Terceiro Setor' tem a clara função ideológica de encobrir o fundo, a essência do fenômeno, ser parte da estratégia de reestruturação do capital, e feitichizá-lo em 'transferência', levando à população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTAÑO, 2010, pág. 27).

O fortalecimento da ideia junto à sociedade de que o modelo gerencial empresarial aplicado à gestão escolar, cujo foco é a obtenção de resultados quantificáveis alinhada aos níveis dos programas de avaliação internacional vinculados a OCDE, integra o discurso ideológico do Pacto Pela Educação do Pará, visando provar a tese de que a escola pública pode elevar a qualidade do ensino, desde que seja gerida por parceiros do mundo dos negócios.

A parceria público-privada efetivada na rede estadual paraense delibera competências ao Estado e ao GPEP, visando à execução das atividades incluídas nos projetos e programas das entidades integrantes ao Pacto Pela Educação. Na relação capital x Estado, o primeiro define as diretrizes visando o alcance dos objetivos do projeto acumulador, e de acordo com Frigotto (2010) a educação vinculada aos desígnios do capital visando a reprodução da força de trabalho a ser explorada, determina o ideário de planejamento e a gestão do processo educativo.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPES

##### I-Compete à Secretaria:

- a) Analisar e aprovar a proposta relativa ao Plano Executivo Anual apresentado pelo Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação (GPEP), por meio de seu membro representante [...]
- b) Elaborar e submeter ao GPEP para convalidação um Plano de Prioridade Anual, com base no Plano Estratégico, contendo prioridades, metas, prazos, no mês de janeiro de cada exercício;
- c) Definir e aprovar em conjunto com o GPEP calendário anual de atividades do Pacto Pela Educação até a primeira quinzena de fevereiro de cada exercício

- d) Acompanhar e apoiar os processos de planejamento e implantação do Pacto em todas as instancias: estadual, municipal e escolar (PARÁ, 2015).

A submissão da Secretaria de Estado de Educação do Pará ao GPEP é evidenciada no processo do planejamento educacional a ser executado nas ações do Pacto, em que o mentor intelectual do ato de planejar está representado pela Sociedade Civil, apêndice do empresariado, e secundariamente cabe a esfera estatal analisar e cancelar as ações a serem implementadas na rede estadual de ensino paraense.

Com a redefinição do papel do Estado na gestão pública reduz-se as conquistas históricas da classe trabalhadora quanto à participação no processo de planejamento das políticas sociais, e no Estado do Pará, a constituição do Pacto Pela Educação foi estratégico para a concretização dos interesses do capital quanto a finalidade a ser alcançada na educação pública.

O Estado, ao aparecer como consensual, vem esvaziar as lutas de classes e controlar os movimentos sociais, concedendo certos mínimos históricos exigidos pelas classes subalternas depois de muita pressão por parte destas últimas, o que mostra seu compromisso com as classes dominantes. (FALEIROS, 2000, pág. 27)

A presença do GPEP em sua aliança com o Estado na definição das ações executáveis na educação pública paraense condiciona o currículo escolar por intermédio dos projetos e programas educacionais oriundos de entidades do terceiro setor para atendimento dos objetivos da ordem social capitalista, visando à formação do capital humano.

A educação pública regida sob a orientação do capital reproduz um contingente de prospectivos trabalhadores com habilidades mínimas requeridas no processo de exploração da força de trabalho, visando a ocupação de postos de trabalhos subalternos, submissos a lógica do trabalho precarizado, trabalho intermitente, trabalho informal, e destituído de conhecimentos que possibilitem o exercício da cidadania. Logo, a parceria estabelecida entre o público e o privado no contexto do Pacto Pela Educação do Pará, define um planejamento educacional a ser materializado na rede pública estadual de ensino, objetivado ao atendimento dos interesses da classe dominante.

A articulação do Estado com o setor produtivo produz a síntese necessária ao fortalecimento das relações de poder na sociedade capitalista, por meio da injeção de capital público para promover os interesses privados. A presença de empresas de renome nacional e internacional no GPEP, cujo papel reserva-se ao planejamento da educação básica destinada aos filhos da classe trabalhadora objetiva unicamente:

A escola que interessa à grande maioria dos que a ela tem acesso – ou que gostariam de ter – não é a escola requerida pelos interesses do capital. Numa sociedade organicamente montada sobre a discriminação e o privilégio de poucos, não há interesse por uma escolarização que nivela – em quantidade e qualidade – o acesso efetivo do saber. A desqualificação da escola [...] constitui-se, ao lado dos mecanismos inseridos no próprio processo produtivo, numa forma sutil e eficaz de negar o acesso aos níveis mais elevados de saber à classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2010, p. 202)

O planejamento educacional destituído da participação dos sujeitos que vivenciam o cotidiano da rede pública estadual de ensino, e pautado por informações oriundas de indicadores quantitativos e de soluções generalizantes oriundas de projetos e programas vinculados ao empresariado, fundamentados na lógica da formação do capital humano<sup>25</sup> que a escola pública deve disponibilizar ao mercado, expressa o quanto o “Pacto Pela Educação do Pará” reproduz a lógica da escola pobre para os pobres.

As empresas parceiras do “Pacto Pela Educação do Pará” compõem a força do poder econômico e político nos municípios onde se instalam para desenvolver atividades econômicas, agraciadas com incentivos fiscais e creditícios e também com interferência no currículo da educação formal a ser ofertado à população.

Sob tal lógica, a educação escolar básica no Estado do Pará condiciona-se às perspectivas de possíveis ofertas de postos de trabalho, em sua maioria, subalternos, que as empresas instaladas nas diversas municipalidades podem destinar aos filhos das classes trabalhadoras.

A visão educacional reducionista contida no planejamento proposto no GPEP, sob a égide do empresariado, possibilita a reprodução das relações sociais no Estado do Pará, historicamente caracterizada pela concentração da riqueza nas mãos de uma minoria.

---

<sup>25</sup> Gente com capacidade para criar, inovar e não apenas executar tarefas rotineiras de baixa qualificação (PIRES, 2005, p. 80)

A desqualificação da escola, para a grande maioria que constitui a classe trabalhadora, não é uma questão conjuntural – algo como insinua a tecnocracia, a ser redimido, recuperado por mecanismos técnicos (ou pela tecnologia educacional). Trata-se de uma desqualificação orgânica, uma “irracionalidade racional”, uma “improdutividade produtiva”, necessária à manutenção da divisão social do trabalho e, mais amplamente, à manutenção da sociedade de classes (FRIGOTTO, 2010, p. 203).

O planejamento educacional destinado a oferta da educação básica na rede pública estadual do Pará orientado de acordo com os interesses do capital, visa promover a formação do capital humano a ser explorado nos empreendimentos econômicos instalados na capital e nos municípios paraense.

A relação público-privada desenhada no Convênio firmado entre o Estado e o GPEP, é eivada da premissa da eficácia do modelo da gestão empresarial aplicada à educação pública, como o único referencial capaz de alcançar a melhoria do desempenho quantitativo da rede pública frente os sistemas de avaliação em larga escala.

Por meio da parceria público-privada, a gestão da educação básica pública no Estado do Pará assume os contornos da lógica empresarial na condução do processo educativo, assegurando-se espaços de planejamento e decisão acerca dos objetivos que a educação pública deve alcançar, referenciada segundo os ditames dos organismos internacionais.

O espaço de poder que o GPEP ocupa na definição dos objetivos da educação básica pública paraense, expressa o quanto a relação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura é determinante para assegurar a reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista, por meio do processo de escolarização oferecido aos filhos da classe trabalhadora.

O processo de produção de espaço de decisão e poder na estrutura administrativa do Estado são materializados por instâncias administrativas e operacionais, as quais são custeadas por orçamento público, visando subsidiar a presença do GPEP no contexto da gestão da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

- e) **Assegurar as condições institucionais (recursos humanos, físicos, financeiros e legais) para o pleno funcionamento e efetividade do escritório de projetos responsável por assessorar o Secretário de Estado de Educação na coordenação programática do Pacto;**
- f) Implantar e avaliar o Plano Estratégico do Pacto, produzindo e disponibilizando relatórios quadrimestrais (abril, agosto e dezembro) apontando avanços, desafios e próximos passos para o GPEP, sob coordenação do Escritório de Projetos;

- g) Promover reuniões com os profissionais da SEDUC, sede, regionais e das escolas, garantindo mecanismos sistemáticos de disseminação de informações do Pacto para os servidores da SEDUC;
- h) Realizar balanço anual de implantação das ações do Pacto junto aos membros do GPEP para definição de ajustes e subsidiar a elaboração do Plano Executivo do ano subsequente;
- i) Indicar os responsáveis pela implantação dos projetos do Plano Estratégico do Pacto;
- j) Assegurar agenda periódica de reunião entre Secretário de Estado de Educação e membro representante do GPEP para acompanhamento estratégico do Pacto (PARÁ, 2015).

A implantação de espaços privados no contexto da estrutura administrativa do Estado, representado por meio do Escritório de Projetos no contexto da Secretaria de Estado de Educação do Pará, expressa o quanto a gestão educacional pública é aliada ao capital para reproduzir as relações sociais discriminatórias e desiguais, mediante a desvalorização da força de trabalho dos servidores públicos concursados, utilizando para esse fim a educação pública.

O planejamento educacional, orientado segundo os moldes da gestão empresarial, é controlado por espaços de poder para além da ação e participação dos sujeitos, que protagonizam a prática educativa na rede estadual de ensino paraense. A presença do Escritório de Projetos na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação do Pará reflete o quanto a ampliação do fosso da prática da gestão democrática efetiva-se nas redes de ensino, em favor do conservadorismo, o autoritarismo e retrocesso contido na gestão estatal.

De acordo com Frigotto (2010), é por meio do Estado que se acentua a unificação da classe burguesa em torno do projeto acumulador, e isso torna possível reproduzir as condições essenciais para perpetuar o ciclo de exploração da força de trabalho, assegurado por um modelo de escolarização alheio as perspectivas da classe trabalhadora.

A gestão educacional alinhada aos desígnios do capital, adotado na Secretaria de Estado de Educação do Pará, oportuniza a adoção da lógica fabril, mediante o uso de instrumentos e técnicas peculiares do contexto empresarial, cujo foco central é a busca de resultados quantitativos nas ações contidas no “Pacto Pela Educação”, referenciados nos indicadores nacionais e internacionais.

É possível identificar o quanto a relação pactuada com os sujeitos que protagonizam o processo educativo é excluída do debate relativo ao planejamento educacional da rede pública de ensino do Pará, visto que as estratégias emanadas

nas ações do Pacto são eivadas de passividade, tornando-os meros receptáculos do que devem fazer para atender aos resultados.

A interferência do privado no processo de planejamento educacional e os possíveis resultados a serem alcançados são definidos por meio do GPEP, inclusive com a indicação dos profissionais da educação, com perfil<sup>26</sup> requerido de acordo com o referencial empresarial para coordenação de projetos a serem implantados na rede pública estadual de ensino paraense. Esse quadro não é singular, e de acordo com Pojo (2014) a presença do Instituto Airton Sena na rede municipal de Benevides-PA, configurou-se também por meio de tal estratégia.

A adequação do currículo da escola pública, em conformidade com os desígnios da ordem social capitalista, corrobora com o processo de reprodução da força de trabalho com o mínimo de conhecimento e habilidades requeridas para ocupação de postos de trabalho subalternos disponíveis no mundo do trabalho.

Na sua aparente neutralidade, na declaração de sua função marginal, eventual e tópica, em termos econômicos, o Estado liberal escamoteia sua verdadeira função na definição das relações sociais de produção sobre as quais está edificado, e salvaguarda os interesses do sistema capitalista como um todo (FRIGOTTO, 2010, p.121).

A adequação do ensino, por intermédio das orientações advindas dos projetos e programas vinculadas ao Terceiro Setor, corporifica-se na rede estadual pública do Pará, sob a égide do GPEP com o devido aval do Estado. A parceria público-privada torna-se a única via possível de concretização do currículo escolar, visando assegurar a hegemonia dos grupos políticos conservadores, que historicamente, mantem-se no poder.

O “Pacto pela Educação do Pará” utiliza instrumentos e técnicas oriundos do sistema fabril para monitorar o percurso do processo de escolarização ofertado aos filhos dos trabalhadores, que frequentam a única alternativa possível para o acesso ao conhecimento científico oportunizado na escola pública. A quantificação dos resultados assume o foco central da possível justificativa de melhoria da qualidade da educação.

O Estado, ao conceder o poder ao GPEP em determinar o percurso da escolarização básica na rede estadual de ensino paraense, intenciona a

---

<sup>26</sup> Em geral o perfil requerido é de sujeitos cumpridores de tarefas, acríticos, capazes de operacionalizar as ações sem questionar o que está pré-determinado.

manutenção da lógica de reprodução social, historicamente evidenciada desde os diversos ciclos econômicos (ciclo da borracha no século XIX, grandes projetos econômicos instalados durante o governo civil-militar na década de 1960 e 1970, e atualmente, com a expansão do agronegócio e dos empreendimentos minero-metalúrgicos e hidroelétricos, tais como o Projeto S11D da empresa Vale, no município de Canaã dos Carajás, e projeto Belo Monte da empresa Norte Energia, no Município de Altamira.

De acordo com Frigotto (2010), a função social da escola no modo de produção capitalista é assegurar a reprodução das condições sociais, ainda que haja necessidade de repor constantemente a força de trabalho exaurida ou em processo de exaustão.

Por esse mecanismo o capital tende a prescindir cada vez mais do trabalho e do trabalhador qualificado. Sob a ótica econômica, tendência é um barateamento da força de trabalho e a criação de um corpo coletivo de trabalhadores nivelados por baixo [...] do ponto de vista mais global, pode-se observar que estes mecanismos vão desde a negação ao atingimento dos níveis mais elevados da escolarização, pela seletividade interna na própria escola, até o aligeiramento e desqualificação do trabalho escolar para a grande maioria que frequenta a escola. Esta desqualificação passa pela fragmentação do trabalho educativo, pela quantidade e qualidade dos conteúdos objetivos veiculados pela direção que assume a prática escolar (FRIGOTTO, 2010, p. 184-185).

Os reflexos da ação do capital, representado pelo Terceiro Setor na estrutura administrativa e pedagógica na rede estadual de ensino do Pará, comporta projetos e programas inseridos no currículo escolar, destituídos de consistência pedagógica suficiente para promover a aprendizagem qualitativa, dentre estes é possível citar a opção destinada a correção da distorção idade-ano, denominado “Projeto Mundiar”, contratado junto à Fundação Roberto Marinho, com aporte financeiro assegurado mediante empréstimo realizado pelo governo do Estado do Pará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Para a oferta do ensino médio regular, a contratação de serviços educacionais de grupos privados detentores de tecnologia digital aplicada à área educacional foi assegurado por meio do Sistema Educacional Interativo - SEI, dotado de sessões de aula por meio de videoconferência, oferecido em municípios e localidades destituídos de unidades escolares suficiente para cobertura da demanda educacional.

A precariedade da oferta da educação contida no “Projeto Mundiar” é descrito por meio do uso da metodologia Telessala e a prática da unidocência<sup>27</sup>. Tal alternativa de oferta da educação escolar, em geral, para a população pobre que habita nos espaços geográficos mais longínquos da unidade federativa paraense é assegurada por meio dos programas e projetos contratados junto a empresas e instituições pertencentes ao Terceiro Setor, como é o caso da Fundação Roberto Marinho. A manutenção dessa lógica impede a transformação do quadro histórico de fracasso escolar dos alunos pobres, decorrente da estrutura fragilizada a que são submetidos na escola pública mediante um currículo fragmentado e isento do conhecimento científico.

Tais estratégias permitem ao sistema público de ensino paraense disponibilizar um contingente de mão de obra disponível a ocupar em determinados períodos do ano, postos de trabalho subalternos no processo produtivo, principalmente em épocas de festividades em que as relações de consumo se elevam, além de fomentar o espaço de ampliação do mercado informal, ocupado por sujeitos com habilidades mínimas na escrita, na leitura e no cálculo.

Assim sendo, a chamada “parceria” não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para as instancias privadas, substituindo o movimento social pela ONG. Essa verdadeira transferência de recursos públicos para setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental. O Estado é, portanto, mediante a legislação (leis como do “voluntariado”; do “terceiro setor”; das “Oscip”; das “parcerias”) e repasse de verbas, um verdadeiro subsidiador e promotor destas organizações e ações do chamado “terceiro setor” e da ilusão do seu serviço (MONTAÑO, 2010, p.146).

A fragilidade da oferta da educação pública gerenciada por intermédio do Estado é sutilmente materializado nas redes de ensino descrita em projetos e programas vinculados ao Terceiro Setor, com a justificativa técnica à sociedade da celeridade e eficácia da tecnologia de gestão fabril aplicada no processo educativo visando a obtenção de resultados em curto espaço de tempo com menores custos operacionais.

Tal estratégia amplia os espaços para a prática da precarização das relações de trabalho na estrutura administrativa do Estado, descrito por contratação temporária de profissionais da educação fundamentado na legislação do trabalho,

---

<sup>27</sup> A unidocência é descrita na metodologia Telesala em que um docente de qualquer área do conhecimento exerce a prática educativa de todas as disciplinas componentes do currículo do ensino fundamental (anos finais) e ensino médio.

por intermédio dos processos seletivos simplificados e outras modalidades de contratações temporárias de trabalhadores.

O Convênio 030/2015 ao tratar das competências do GPEP no Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado com o Estado do Pará, representado pela Secretaria de Estado de Educação enumera um conjunto de atribuições constantes do planejamento e execução das políticas educacionais, as quais reservam ao capital o percurso que o processo educativo na rede pública estadual deve atender, e no bojo das ações do GPEP estabelecem-se:

- a) Elaborar e submeter à SEDUC no mês de dezembro a proposta relativa ao Plano Executivo Anual do ano subsequente, formalizado ato escrito;
- b) Assessorar a SEDUC na elaboração do Plano de Prioridade Anual, com base no Plano Estratégico (com metas e prazos), no mês de janeiro;
- c) Definir e aprovar em conjunto com a SEDUC, o calendário anual de atividades do Pacto pela Educação, até a primeira quinzena de fevereiro;
- d) Assessorar a SEDUC no desenho de estratégias para acompanhamento e apoio aos processos de planejamento e implantação do Pacto em todas as instancias: estadual, regional e municipal (SEDUC, 2015).

O planejamento educacional ditado para obtenção de resultados quantitativos, que transforma a escola em linha de produção para atender aos objetivos e metas traçados pelos organismos internacionais, é o referencial adotado na rede pública brasileira e na paraense. A educação pública destinada a responder aos desígnios do capital é destituída da análise das informações socioeconômicas, que interferem diretamente no desempenho escolar dos estudantes vinculados as classes trabalhadoras.

O Terceiro Setor ao assumir o papel de planejador e assessor do processo educacional nas redes públicas de ensino inebria a sociedade por meio de um discurso salvador da pátria, tido como redentor da educação pública. Assim, fortalece-se a lógica de que a educação pública pode se tornar mais eficaz quando gerenciada por sistemas empresariais vinculados ao ente privado.

De acordo com Montaño (2010), a presença do Terceiro Setor na substituição do papel do Estado no atendimento da questão social, suprime o movimento de organização e pressão das representações das classes trabalhadoras quanto a reivindicação de novos direitos e de direitos historicamente conquistados.

O crescimento do chamado “Terceiro Setor” não constitui um fenômeno isolado, nem é compensação do afastamento estatal das respostas às sequelas da “questão social”. Ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social [...] por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um “terceiro setor” dócil e supostamente substitutivo da ação estatal (MONTAÑO, 2010, p. 198).

O Estado, ao abdicar do papel de planejador da política educacional na rede pública de ensino do Pará, proporciona ao capital determinar como deve ser executado o processo educativo visando a formação e a qualificação da força de trabalho destinada a ser explorada nas diferentes atividades econômicas ofertantes de postos de trabalho.

O ato de planejar alheio à participação dos sujeitos que vivenciam o processo educativo na rede estadual de ensino do Pará amplia o fosso da possibilidade de construção de uma escola pública capaz de responder as reais necessidades dos filhos dos trabalhadores. Assim, a presença do Terceiro Setor no contexto da gestão educacional paraense, vincula os objetivos e metas a serem alcançados, referenciados aos indicadores nacionais e internacionais.

A relação política entre o Estado e o capital é fortalecida nos níveis micro e macro, por intermédio da utilização do planejamento educacional com alcance significativo nos diferentes espaços geográficos em que a escola inserida no aparato ideológico estatal cumpre seu papel de difusor das ideias do projeto neoliberal materializado nas ações do “Pacto pela Educação do Pará”.

O GPEP, ao representar o Terceiro Setor no processo do planejamento educacional na Secretaria de Estado de Educação do Pará, define todas as ações a serem executadas na rede estadual de ensino. É possível identificar dentre as competências atribuídas ao Terceiro Setor a autonomia na destinação dos objetivos que a educação pública deve alcançar, destituindo o espaço conquistado historicamente pela comunidade escolar na definição da proposta pedagógica.

A desmobilização da articulação política na rede de ensino é assegurada em todos os níveis do processo de planejamento educacional, inclusive com a definição do papel de coadjuvante aos profissionais da educação da SEDUC-PA na execução das ações contidas no currículo.

g) articular e facilitar a realização de oficinas para apoiar a concepção e implantação de programas e projetos do Pacto;

- h) assessorar e/ou apoiar a facilitação das reuniões com os profissionais da SEDUC (Sede e Regionais), além de apoiar a concepção de mecanismos sistemáticos de disseminação de informação do Pacto para os servidores da SEDUC;
- i) realizar balanço anual de implantação das ações do Pacto junto aos membros da SEDUC para definição de ajustes e subsidiar elaboração do Plano Executivo do ano subsequente (SEDUC, 2015).

O Terceiro Setor representado no Pacto Pela Educação do Pará por meio do *Instituto Sinergos* coordena o processo de planejamento educacional e desdobra em todos os níveis institucionais; o quê? como? quando? porque? deve ser executado o currículo escolar. É possível constatar a partir das competências atribuídas ao GPEP no “Pacto pela Educação do Pará”, que o Terceiro Setor é o gestor e definidor das intenções e ações que a educação pública no Estado do Pará objetiva alcançar.

O projeto de poder instalado no Estado do Pará desde 2011<sup>28</sup> tem intensificado a lógica da parceria público-privada na rede estadual de ensino, o que assegura mais espaço de acumulação de capital aos grupos empresariais, mediante contratação de serviços ou convênios de cooperação técnica/financeira, além de ditar o formato curricular da escolarização dos filhos da classe trabalhadora.

A “parceria” é com o Estado, porém segue tendencialmente uma política governamental. No entanto, uma coisa são as “parcerias” com os governos nacionais, estaduais e municipais com clara hegemonia do grande capital e engajados no projeto neoliberal, e outra são as “parcerias” com governos, particularmente estaduais e municipais, de inspiração trabalhista ou progressistas, populares e democráticos (MONTAÑO, 2010, p.137).

A educação pública submetida à lógica neoliberal destina-se à formação de sujeitos para compor os quadros subalternos, em sua maioria desempenham ocupações rotineiras e repetitivas, devido a qualificação mínima e destituídos do desenvolvimento do pensamento crítico, favorável a transformação da realidade em que vivem.

O projeto de expansão neoliberal vigente no Estado do Pará utiliza estrategicamente a educação pública por meio do “Pacto pela Educação do Pará” para a oferta de um ensino precário destinado as classes populares, articulado ao discurso ideológico da participação da sociedade civil representado pelo Terceiro Setor, como instrumento indispensável à melhoria da qualidade do ensino público.

---

<sup>28</sup> Coligação juntos Pelo Pará, liderada pelo Partido da Social Democracia do Brasil – PSDB.

Por meio da gestão do planejamento educacional na rede pública estadual, o Terceiro Setor, representado pelo *Instituto Synergos*, constitui-se em elemento articulador junto às entidades vinculadas ao capital para planejar e materializar os objetivos que a educação básica deve atender. De acordo com Frigotto (2010), a desqualificação da escola é a forma sutil e eficaz encontrada pela classe dominante para restringir o acesso à níveis mais elevados de escolarização aos filhos dos trabalhadores.

Tal negação permite a reprodução das perversas condições sociais de existência, além de manter as classes populares marginalizadas quanto ao protagonismo transformador da realidade social e política. A oferta do ensino precarizado inserido no currículo escolar por meio de programas e projetos vinculados ao Terceiro Setor tem sido o referencial adotado na rede pública estadual paraense.

Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O “Terceiro Setor” seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: o público porém privado; a atividade pública desenvolvida pelo setor privado (MONTAÑO, 2010, p. 54)

A ocupação do espaço no planejamento educacional na rede pública estadual de ensino mediante o GPEP cujo principal protagonista é o *Instituto Synergos*, expressa o quanto os desígnios da escola pública não são definidos visando o atendimento das reais demandas dos filhos da classe trabalhadora; ao contrário, destina-se à reprodução da ordem social desigual.

A submissão do planejamento educacional às determinações dos organismos internacionais, representado por entidades vinculadas ao Terceiro Setor vislumbra a manutenção do quadro desolador que a educação básica pública vem experimentando há décadas no Brasil. Os reflexos descritos nos indicadores educacionais do Estado do Pará traduzem o imenso fosso de contradições de riqueza e miséria na região amazônica.

O Pará mais uma vez aparece em pesquisas como o pior do país, desta vez na área de educação. O Estado tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio, ante 12% da média nacional. É o que aponta o Censo Escolar, que contém os indicadores de fluxo escolar, divulgado pela primeira vez pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação. É o segundo levantamento feito em um intervalo de poucos dias onde o

ensino paraense tem destaque negativo. Dados do Unicef também apresentados essa semana apontam que o Estado tem mais de 8% de crianças e adolescentes com 4 a 17 anos fora das escolas. São quase 176 mil pessoas em idade escolar e que não estão devidamente matriculadas. Nos anos iniciais do ensino médio, a ausência da escola é ainda maior: 25%, e nos anos finais chega a 13% (JORNAL DIÁRIO DO PARÁ, 2017).

A articulação da representação da sociedade civil com o Estado permite a ampliação do espaço do Terceiro Setor na rede estadual de ensino do Pará, em especial na definição do currículo, tido como um importante campo de disputa política e ideológica.

A estratégia de incursão do Terceiro Setor nas redes públicas de ensino abrangem desde os anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio, mediado por uma estratégia inebriante junto a população, que a união de esforços do capital, o Estado e a Sociedade Civil, são capazes de transformar as condições precárias da educação pública, visando transformar a vida das pessoas.

A empresa cidadã atua nos espaços do mercado e do Estado, propondo-se colaborar com este no que se refere a implementação de políticas e programas sociais [...] a escassez de recursos faz parte de um cenário que praticamente coloca a responsabilidade civil do cidadão e do empresário como indispensáveis ao enfrentamento da questão social [...] com tais pressupostos, o debate sobre o terceiro setor desenvolve certas manifestações que se põem como promessas de uma vida melhor (MONTANO, 2010, p.152).

Na rede estadual de ensino paraense, o Terceiro Setor assume e cria espaços determinantes na consolidação da ética capitalista destinada a responsabilizar o cidadão frente a questões sociais, dentre estas a prática do voluntariado, em que a força de trabalho da população é chamada para execução de trabalhos de jardinagem, limpeza e pintura predial, tornando-os responsáveis para a promoção do ambiente escolar satisfatório ao desempenho das atividades educativas.

A Fundação Telefônica, instituição ligada à empresa de Telecomunicação VIVO, desempenha ações de voluntariado, em escolas da rede pública estadual, em geral nos bairros periféricos (Escola Cidade de Emaús, localizada no bairro do Benguí; Escola em Regime de Convênio Lar de Maria, localizada no Bairro de São Braz) ocasião esta em que os chamados “colaboradores” da empresa, os quais

envolvem (gerentes, técnicos, atendentes), executam serviços de limpeza, pintura, jardinagem, atividades lúdicas.

A incursão do voluntariado no currículo escolar, protagonizado por instituições ligadas ao Terceiro Setor na rede pública estadual de ensino paraense, dissemina a lógica da desvalorização do trabalho enquanto ação transformadora da realidade, ao mesmo tempo em que fortalece o discurso da solidariedade, do trabalho coletivo, da união de todos, para assegurar a manutenção da estrutura física das escolas, desresponsabilizando o dever do Estado em garantir condições satisfatórias para o funcionamento das unidades escolares.

De acordo com Bordenave (2010), a suposta prática democrática sugerida por meio do modo de produção capitalista, trata a participação como mera informação ou recomendação, e nesse caso, a comunidade escolar “não toma parte”, tampouco “faz parte” da construção do projeto educativo emancipatório, tecido em conjunto com todos os sujeitos que vivenciam o processo educativo. Nesse contexto, a educação escolar destinada à formação do Capital Humano defendida no “Pacto Pela Educação do Pará”, objetiva docilizar o trabalhador em formação.

A participação do terceiro setor nas atividades educativas na rede pública paraense alcança diferentes espaços, os quais envolvem desde a assessoria na gestão escolar, currículo, estratégias didático-pedagógica, mobilização e articulação com a comunidade, além de outras ações complementares, que aliadas em sua totalidade, constroem o ideário de compromisso do capital com a sociedade na busca da melhoria da qualidade da educação pública.

Os espaços ocupados pelo terceiro setor nas atividades educativas na rede pública estadual do Pará revelam o quanto o Estado se restringe em planejar e financiar ações destinadas a responder as necessidades mínimas do processo educativo, e tal condição, reforça a tese da oferta da educação pobre para limitar qualquer transformação das relações sociais.

#### QUADRO 4: QUADRO EVOLUTIVO DA PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ 2012-2018

ANO	ENTIDADE	PROGRAMA/PROJETO	Etapa de Ensino
2013	Instituto Natura	Projeto Trilhas	Fundamental
2013	Instituto ABCD	Dificuldade de Aprendizagem	Fundamental
2013	Instituto Itaú Social	Coordenação de Pais	Fundamental
2013	Instituto Itaú Social	Educação Integral	Fundamental/Médio
2013	Instituto Mafre	Educação Viária	Fundamental

2012	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Ensino Médio
2014	Fundação Roberto Marinho	Projeto Mundiar	Fundamental/Médio
2015	Fundação Telefônica	Voluntariado	Fundamental
2016	Falconi Consultoria	Gestão Escolar	Fundamental/médio
2017	Fundação Lemann	BNCC	Fundamental/médio
2018	Fundação Vanzolini	PNAIC	Fundamental
2018	Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e de Ação Comunitária (IDECA)	PNAIC	Fundamental

Fonte: SEDUC-PA

O aumento do espaço da ação do Terceiro Setor decorre da reforma na política estatal brasileira e desdobrada nas unidades federativas, que incentiva a constituição de parcerias visando atender demandas na área social, por meio da captura de recursos públicos em editais destinados à prestação de serviços.

A relação público-privada na promoção da educação escolar na rede pública estadual do Pará contempla as atividades de gestão operacional e gestão pedagógica, visando modelar a formação dos estudantes aos desígnios exigidos pelo capital. Nesse contexto, Frigotto (2010) ressalta o quanto a escola capitalista atua em conformidade com a perspectiva da formação do chamado capital humano.

A presença do Terceiro Setor na estrutura administrativa e pedagógica nas redes públicas de ensino assinala a nova fase do capital na determinação do que deve ser ensinado aos estudantes da educação básica, complementarmente, contribui de forma sutil na construção do perfil comportamental, ético e social do trabalhador em formação, a ser explorado nos postos de trabalho subalternos disponíveis no mercado.

Em complementação à lógica descrita no projeto social capitalista visando promover a gestão educacional pública aos moldes do modelo de funcionamento da empresa privada, a representação do Terceiro Setor na rede pública estadual de ensino também é justificada no intuito de culpabilizar os educadores, e de acordo com os estudos realizados por Adrião e Peroni (2009; p.111), a presença de projetos e programas vinculados à esfera privada decorre do “diagnóstico de que os professores não são capazes de planejar suas tarefas e por isso devem receber “tudo pronto”.

O Plano de Trabalho proposto por meio do GPEP a ser materializado na rede estadual de ensino do Pará abrange ações e resultados, com objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação pública, cuja meta é aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, de todos os níveis: Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, num período de 5 (cinco) anos (PARÁ, 2015).

QUADRO 5: RESUMO DAS AÇÕES/RESULTADOS PREVISTOS NO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ

AÇÕES	RESULTADOS
1- Aumentar o IDEB/IDEPA do Sistema Público de Educação Básica no Ensino Fundamental (Ciclo I e II) e Ensino Médio	R1- Alunos do Ensino Fundamental com desempenho melhorado; R2- Alunos do Ensino Médio com desempenho melhorado;
2-Fortalecer habilidades e competências dos profissionais da educação;	R3- Habilidades e competências dos profissionais da educação fortalecidas;
3- Melhorar a infraestrutura física das escolas públicas;	R4- Rede física das escolas públicas adequadas e com recursos didático-pedagógicos disponíveis e coerentes com o PPP;
4-Aperfeiçoar a gestão da SEDUC e das Escolas;	R5- Gestão gerencial da SEDUC e das escolas aprimoradas
5-Mobilizar e responsabilizar todos os diferentes atores sociais, na melhoria dos resultados educacionais;	R6- Comunidade escolar, governos e sociedade envolvidos e contribuindo para a melhoria dos resultados educacionais;
6-Intensificar o uso pedagógico, gerencial e mobilizador de tecnologias da informação;	R7- Tecnologia da informação utilizada para a melhoria da prática docente e da gestão escolar, e para a mobilização da comunidade escolar e da sociedade.

Fonte: SEDUC-PA/2013

É possível identificar quatro dimensões abrangidas no planejamento educacional descrito no “Pacto Pela Educação do Pará”, as quais contemplam: gestão educacional; desempenho escolar; infraestrutura escolar; tecnologia educacional. Tais dimensões favorecem o fortalecimento da parceria público-privada mediante a transformação dos problemas educacionais em serviços, os quais se reservam a atuação do Terceiro Setor, logicamente custeados por recursos públicos capturados em editais ou outros instrumentos previstos nas legislações que regem as parcerias público-privadas.

A lógica descrita no arcabouço estruturante do “Pacto Pela Educação do Pará” destina-se a abrigar o Terceiro Setor no contexto administrativo e pedagógico da rede estadual de ensino paraense, com o objetivo de assegurar a formação do Capital Humano destinado a atender aos interesses do modo de produção. O referencial apontado para projeção da melhoria do desempenho escolar orienta-se em conformidade com os indicadores nacionais e internacionais, portanto, prioriza-se a obtenção de resultados quantitativos.

De acordo com Santos (2017), a educação escolar brasileira submetida aos ditames dos organismos internacionais, objetiva unicamente o alcance de índices previamente definidos, dispostos a partir de um referencial de metas quantitativas que os sistemas de ensino devem alcançar. Tal *educação indicista*, que maqueia a realidade por meio de informações quantitativas, impossíveis de traduzir a totalidade educacional, serve apenas para contabilizar e propagar a sociedade um suposto sucesso ou fracasso escolar.

A *educação indicista* conforme Santos (2017) é planejada nos gabinetes dos organismos internacionais e desdobrada nas estratégias dos grupos vinculados à classe dominante, para convencer incautos que a única saída para a melhoria do desempenho escolar dos alunos das redes públicas, é promover a gestão escolar orientada para a obtenção de resultados quantitativos.

Nesse contexto, o aprendizado da *educação indicista* reduz-se ao treinamento para a obtenção de resultados satisfatórios nas avaliações de larga escala, Provinha Brasil, Prova Brasil, Enem, pois o foco do processo educativo é o alcance da meta estabelecida nos indicadores nacionais e internacionais, fragilizando-se a essência da função social da escola, a formação do sujeito em sua totalidade.

### **CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA DESVELADA NO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ A PARTIR DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS**

O “Pacto Pela Educação do Pará” proporcionou a implementação de um conjunto de atividades incorporadas ao currículo na rede pública estadual paraense, representada por programas, projetos, e ações, ligadas a entidades vinculadas ao terceiro setor. As mudanças são descritas por docentes, gestores e representantes da classe de trabalhadores em educação, os quais revelam visões diferenciadas e importantes de serem pontuadas.

Nesse contexto, o presente capítulo objetiva identificar as mudanças na gestão do ensino na rede pública paraense resultante da relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará, descrita por sujeitos que vivenciam o cotidiano da prática educativa. Incluem-se vinte docentes, cinco gestores de Unidades, um representante sindical.

Segundo Montaño (2014), o terceiro setor promove a ideologia do canto da sereia, por meio do encantamento suficientemente capaz de deslocar a realidade concreta das situações. No contexto educacional, a promoção do canto da sereia é de induzir a sociedade que a presença do terceiro setor é a alternativa viável para promover a melhoria da qualidade da educação e da obtenção de desempenho quantitativo da escola, referenciado aos indicadores nacionais e internacionais.

Frente a tal questão, é pertinente descrever e analisar o olhar dos sujeitos que vivenciam o cotidiano escolar, com a finalidade de desvelar o véu relativo à relação público-privada, descrita por meio da aliança entre o Estado e o terceiro setor no desempenho de atividades educacionais.

#### **3.1 A visão dos docentes**

A relação público-privado na rede pública estadual de ensino do Pará é tecida em conformidade com as estratégias políticas do grupo, que controla o poder no âmbito do Estado. Segundo Adrião (2017), a aliança entre o público e o privado é produzida por meio de acordos entre as diferentes esferas da democracia representativa, as quais viabilizam atividades sociais, educativas, culturais, por meio de acordos com os segmentos privados, cujo objetivo principal é a promoção do desenvolvimento econômico.

Os grupos empresariais privados, ao se instalarem no território paraense, recebem apoio por intermédio do Estado mediante incentivos fiscais, com a contrapartida de geração de postos de trabalho e a promoção do bem-estar da população, e a educação escolar assume um papel estratégico na composição do discurso empresarial, inserido nos programas de responsabilidade social mantido pelas empresas.

O “Pacto Pela Educação do Pará”, ao incluir projetos e programas de instituições vinculadas ao Terceiro Setor, componente secundário do empresariado na tríade componente do poder político e econômico, ocupa um espaço significativo na promoção do discurso transformador da realidade da educação básica. No entanto, ainda que a parceria público-privado esteja em primeiro plano na política educacional paraense, ainda não consegue superar o baixo desempenho em que se encontra a rede pública estadual.

Ao considerar brevemente o primeiro nível de ensino, descrito pela educação infantil, mesmo que essa etapa não seja responsabilidade do ente federativo estatal, porém, as redes municipais não conseguem responder o atendimento com qualidade das demandas da população, o que resulta em déficits contínuos nos demais percursos de escolarização, visto que futuramente o aluno do sistema municipal, ingressará no ensino médio, de competência do Estado. Portanto, quando o Estado deixa de prestar a assistência ou apoio técnico aos municípios, os resultados gerais são comprometidos.

TABELA 7: MATRICULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E NO PARÁ

	Ed.Infantil	Creche	Pré-Escola
Brasil	7.972.230	3.049.072	4.923.158
Norte	620.990	132.518	488.472
Pará	311.868	70.086	241.782
Fora da Escola No Pará	495.044	442.745	52.299

Fonte: Anuario Brasileiro da Educação Básica-2017

De acordo com os dados, o Estado do Pará, ainda que apresente um quantitativo significativo de crianças matriculadas na educação infantil na região norte, com 50,22%. No entanto, consegue atender apenas 15,8% da demanda de creche e 21,63% de vagas na pré-escola. Essa situação, ampliam as expectativas

da produção do quadro de vulnerabilidade social, especialmente nos municípios, os quais, são desassistidos pelas ações de apoio e assessoramento da Secretária de Estado de Educação, visando promover a organização e o funcionamento da educação infantil, reconhecida como a primeira etapa do processo de escolarização.

Para a manutenção deste sistema cada vez mais irracional, produziu-se paulatinamente a anulação do poder político dos Estados nacionais, transferindo o verdadeiro governo do mundo para os grandes grupos econômicos, hegemônicos pelo capital financeiro, e para os organismos internacionais que os representam, mormente a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. Estrutura-se, então, um poder sem sociedade ou, como analistas têm caracterizado, um Estado de exceção permanente. Estado que no interior das nações é comandado pelos bancos centrais e ministérios de economia, os quais definem as medidas que garantem o lucro, em especial do capital financeiro. Um poder que se afirma no plano cultural e jurídico respaldado pela força de um Estado cada vez mais policial (FRIGOTTO, 2017, p.19)

O planejamento educacional definido pelos representantes do capital na rede pública do Estado do Pará, constituído por consultores e técnicos ligados às entidades do Terceiro Setor, parceiros no “Pacto Pela Educação”, reforça a lógica colonialista-exploratória imputada historicamente na região amazônica, em que as propostas de desenvolvimento local ocorrem de fora para dentro, sem considerar as particularidades dos diversos contextos socioculturais formadores da região.

O projeto de poder que, historicamente, controla o Estado, ligado aos grupos econômicos e empresariais, mantém costumeiramente o quadro de indigência da educação pública, por meio da oferta precária de escolas à população destituída de meios econômicos e desarticulada de estratégias de enfrentamento, para transformar sua realidade.

A limitação do Estado quanto à garantia do direito à educação no Estado do Pará, reproduz o cenário de pobreza intelectual, miséria material de grande parte da população, decorrente da limitação quanto ao acesso aos reduzidos postos de trabalho, cujo reflexo se descrevem nas situações de vulnerabilidade social, nas quais são expostas crianças e adolescentes, na maioria dos municípios paraense. A reprodução de um enorme contingente de analfabetos funcionais, a proliferação do trabalho informal, como única alternativa de sobrevivência.

Apesar de a educação ter sido incorporada ao projeto de desenvolvimento como um fator importante (capital humano), desde os anos sessenta, jamais foi prioridade, e o Brasil está tão atrasado na educação que não conseguiu

superar problemas típicos do século XIX, como o analfabetismo, nem a educação básica, que é a mínima, não se concretizou. O que decorre da estrutura de poder da sociedade, pois não nos faltam recursos financeiros para aplicar na educação, falta é vontade política de priorizá-la efetivamente e não apenas no discurso, ainda que dentro do sistema capital (SANTOS, 2014, p. 227)

Quanto aos anos finais do ensino fundamental, as projeções descritas nas metas nacionais para a rede estadual do Pará, é que seja alcançado até 2021, o índice de 5,5, e de acordo com as projeções constantes no Plano Estadual de Educação, é possível que em 2023 seja alcançado os 5,6.

Em relação ao ensino médio, a meta nacional prevê o índice de 5,0 até 2019, e conforme descrito no Plano Estadual de Educação, é projetado o alcance de 5,0 até 2023. É possível constatar a existência de um fosso entre o alcance dos índices previsto nas metas nacionais, e a realidade do desempenho escolar dos alunos, em todos os níveis da educação básica paraense.

De acordo com Peroni (2009, p.287), as políticas educacionais referenciadas, em conformidade, com os indicadores das avaliações de larga escala, apenas reforçam a lógica de que “o Estado não é mais executor das políticas”, e também revela a limitação do papel do Poder Público quanto a promover a qualidade do ensino. A prevalência da dimensão quantitativa, como componente central do planejamento educacional estatal visando o alcance da qualidade, orienta-se em conformidade com a visão empresarial de que a qualidade é descrita por valores quantitativos.

O desempenho da educação básica no Estado do Pará reflete de forma considerável as limitações das políticas estatais quanto à promoção da qualidade social da educação, visando contribuir para a transformação das condições objetivas e subjetivas de vida dos segmentos sociais, que dependem da escola pública para acumular o conhecimento, historicamente, produzido.

Diante do panorama descrito quanto ao desempenho da rede pública paraense, o governo do Estado do Pará, representado pela Coligação Juntos Pelo Pará, cujo partido majoritário é o Partido Social da Democracia Brasileira – PSDB assumiu o poder em 2011, e reeleito em 2014, e estabeleceu como política educacional, o Pacto Pela Educação do Pará, efetivado na rede pública estadual desde 2012.

A educação submetida ao controle dos grupos empresariais determina o modelo de escolarização ofertada à classe trabalhadora, visando acima de tudo reproduzir as condições sociais, e no Estado do Pará, os grupos dominantes representados basicamente pelo agronegócio e a indústria, retoma o modelo histórico de dominação burguesa.

A institucionalização do Pacto Pela Educação na rede pública estadual paraense, alinhado aos interesses do grande capital, por meio da construção de parcerias com entidades vinculadas ao Terceiro Setor, alcançou o status de defesa dos interesses gerais da sociedade, como única alternativa para a promoção da melhoria da qualidade da educação básica.

A suposta defesa dos interesses da população quanto à melhoria da qualidade da educação básica compôs a estratégia destinada a convencer a população que o Estado, nas mãos da elite burguesa conservadora, que historicamente se reveza no poder no Estado do Pará, doravante, por meio da parceria com o Terceiro Setor, incumbir-se-ia de mudar o desempenho da rede pública estadual paraense.

Essa iniciativa do governo parece ter boa intenção, até porque a educação na Rede pública do Estado desde bem antes de 2012 já estava em situação bastante precária. Entretanto, vale dizer que este tipo de iniciativa necessita não só da formação continuada aos professores, como também investimento em infra estrutura do ambiente escolar e uma mudança de postura tanto da gestão da escola como das práticas docentes no processo de ensino dos alunos (PROFESSOR A).

O conhecimento da realidade concreta da situação histórica em que se encontra a educação básica no Estado do Pará compõe o acúmulo de experiências dos docentes que atuam na rede pública, descrita a partir do otimismo em face do desempenho da rede pública estadual em conformidade com os indicadores nacionais. Contraposto a esse olhar, os docentes identificam desafios a serem transpostos, os quais descrevem a situação de abandono e do compromisso político do Estado com a melhoria da qualidade da educação, abrangendo desde a formação continuada de professores, gestão escolar, infraestrutura.

As estratégias de formação permanente se desvinculam de políticas que redundam em benefícios na carreira, no avanço de escolaridade, e não reconhecem o esforço objetivo dos professores que investem em sua qualificação. Políticas de formação precisam garantir tais benefícios concretos aos professores, aliando a formação com aumento de salário e

progressão na carreira, pois a formação é um direito; um direito do professor, e não um favor concedido por um determinado governo (FRIGOTTO;CIAVATTA, 2016, p. 282).

As condições de precariedade descrita na rede pública paraense sedimentaram-se no cotidiano das relações de trabalho dos docentes, e esse quadro é tão evidenciado, que ao surgir uma iniciativa pontual, descrita por meio da relação público-privado é recepcionada como “boa intenção”.

Alheia à realidade concreta do quadro situacional da educação paraense, uma das medidas adotadas no Pacto Pela Educação, foi a implantação do Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Pará – CEFOR, criado pela Resolução nº 001/2014 de 19 de dezembro de 2014 e tem como finalidade o desenvolvimento de valores humanos, formação para o exercício da cidadania e melhoria dos índices da educação básica do Pará. O objetivo geral consiste na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica da rede estadual de ensino e, complementarmente, das redes municipais para qualificar a gestão e o ensino e aprendizagem (PARÁ, 2018).

A Plataforma Digital do CEFOR<sup>29</sup>, que, em tese deveria disponibilizar informações relativas aos programas de formação continuada aos docentes de toda rede pública estadual, visando contemplar os resultados previstos no Componente 3 (Competências e habilidades dos docentes melhoradas), do Pacto Pela Educação, disponibiliza apenas informações gerais relativas a educação e oportuniza o acesso a diversos links de acesso à instituições de ensino. Essa estratégia revela o quanto a política de formação dos docentes não consegue responder as reais necessidades da rede pública estadual de ensino do Pará.

O CEFOR não dispõe de orçamento próprio para financiamento das atividades formativas, como também, não consegue cobrir os 144 municípios do estado do Pará, para promover a formação continuada dos docentes. A restrição de investimentos na formação dos docentes é descrita a partir da composição da Coordenação do CEFOR e dos Programas e Projetos desenvolvidos para a qualificação dos profissionais da educação da rede pública estadual, os quais incluem os programas federais, alguns inclusive já foram desativados, ou encontram-se suspensos devido a cortes orçamentários do governo federal.

---

<sup>29</sup><http://www.seduc.pa.gov.br/>

**QUADRO 6: PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA INCLUÍDOS NO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ**

FORMADORES		PROGRAMAS/PROJETOS	AMBIENTE DE APRENDIZAGEM
LP	05	PARFOR	Links institucionais e informações em geral
Matemática	07	UAB	
		PROFUNCIONÁRIO	
		ESCOLA DE GESTORES	
		ARTICULADORES DE PROJETOS NA ESCOLA (APE)	
		FORMAÇÃO PARA GESTORES DE USES/URES	
		PNEM	

Fonte: PORTAL SEDUC. Acesso em 23/07/2018

Os programas e projetos vinculados ao CEFOR funcionam por meio da parceria governamental, fruto da adesão aos programas federais, tais como a Plataforma Freire, a Universidade Aberta do Brasil, Profucionário, Pacto Pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Apenas os programas Articuladores de Projetos na Escola e Formação para Gestores de Uses/Ures, são custeados por recursos oriundo do tesouro do Estado.

De acordo com o Plano traçado no Pacto Pela Educação do Pará, por meio da parceria público-privado, a melhoria da qualidade da educação básica poderia ser alcançada mediante um conjunto de ações, para o alcance dos sete resultados (já citados) até o ano de 2017. A ação 2 inclui a formação continuada dos profissionais da educação, que corresponde ao Resultado 3, conforme o quadro abaixo.

**QUADRO 7: AÇÕES PREVISTAS DE FORMAÇÃO NO PACTO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ**

AÇÕES	RESULTADOS
2-Fortalecer habilidades e competências dos profissionais da educação;	R3- Habilidades e competências dos profissionais da educação fortalecidas;

Fonte: Portal da SEDUC. Acesso em 23/07/2018

É possível identificar na proposta formativa dos docentes da rede estadual de ensino do Pará, contida no “Pacto Pela Educação do Pará” a promoção da prática do saber-fazer, ou seja, assegurar o domínio da prática pedagógica direcionada ao atendimento das matrizes de referencia que subsidia os exames nacionais de larga

escala. De acordo com Araújo (2013, p. 08) “a pedagogia das competências tem tentado realizar uma combinação entre o ideário racionalista e o pragmatista”, visando tornar útil a aprendizagem requerida pelo mercado de trabalho. Depreende-se também na proposta de formação, o esvaziamento da dimensão do professor enquanto intelectual, que produz conhecimento sobre a prática docente, à luz de suas experiências vivenciadas em sala de aula.

A ineficácia da ação estatal com a qualidade da educação pública paraense se reproduz também na ausência de uma política de formação de docentes, de modo que ações pontuais, desconectadas da realidade escolar paraense são oportunizadas na Secretaria de Estado de Educação. É possível pontuar a falta de transparência do governo estadual em disponibilizar o orçamento, as fontes de recursos financeiros e o cronograma de atividades formativas.

De acordo com Pires;Peroni;Rossi (2017), o processo de reestruturação produtiva para assegurar a performance do capital em sua lógica acumulativa, redefiniu o papel do Estado por meio da redução dos custos nas políticas sociais, ocasionando menores investimentos nas áreas de educação, saúde, assistência. Em contrapartida, abre-se o espaço para o setor privado atuar nas políticas sociais, seja por meio da coordenação ou execução de atividades até então sob a responsabilidade estatal.

A ausência de programas e projetos voltados à formação continuada dos profissionais da educação vinculados a rede pública paraense, desvaloriza os profissionais, e pode ser um dos elementos que contribuem para as limitações quanto a melhoria da qualidade da educação pública, e nesse contexto, é possível acentuar o quanto a política educacional vigente na Secretária de Estado de Educação do Pará, mediada a partir da relação público-privado, não consegue responder aos clamores da população, que depende da escola pública para ter acesso a escolarização.

Segundo os docentes vinculados à rede pública estadual, o Pacto Pela Educação não consegue responder as demandas relativas à promoção da qualidade da educação básica, especialmente, quanto à garantia do processo de formação continuada, a melhoria da infraestrutura escolar, a gestão da escola, as quais refletem na prática docente.

A limitação quanto à compreensão da articulação política descrita entre o Estado e o empresariado é evidenciado no depoimento dos docentes da rede

pública estadual do Pará, e nesse caso, não conseguem identificar que a intenção do Estado em promover a educação pública está alinhado aos interesses do capital.

De acordo com Frigotto (2010), as políticas educacionais alinhadas aos interesses dos grupos financeiros internacionais, dentre estes, o Banco Mundial, BID, OCDE, definem-se em conformidade com as perspectivas de formação da força de trabalho que a escola deve disponibilizar, portanto, são isentas da participação dos atores envolvidos diretamente no processo educativo.

A dimensão conservadora descrita no processo de construção do “Pacto Pela Educação do Pará”, voltada à reprodução social, reserva à classe dominante a tarefa de planejar que modelo de educação, de escola, deve ser ofertada aos filhos da classe trabalhadora. Nesse contexto, é possível identificar o quanto a gestão da escola é estratégica no processo de reprodução das condições sociais, e de acordo com Paro (2006) a relação da gestão com os interesses políticos e econômicos são evidenciados no cotidiano das redes públicas de ensino, e indubitavelmente, identificados na proposta de execução da política da educação básica da rede pública paraense.

A tomada de decisão de quem seriam os atores desta relação pactuada, de como esta relação iria se dá, de quando, por quanto tempo, quanto se iria gastar e qual seria a estimativa de custo benefício não chegou a ser discutida pelos professores da rede pública estadual. A maneira que chegou às escolas foi definindo os professores como agentes operacionais e não agentes parceiros capazes de construir junto ao governo todo um aparato de iniciativas que seriam capazes, se bem aplicados, de mudar a rotina da comunidade escolar. Talvez, por isso, muitos professores não conseguiram e não conseguem ainda se identificar como agentes ativos do processo capazes de transformar a suas aulas, o ambiente escolar e principalmente a realidade de seus alunos (PROFESSOR B).

É evidenciada a desvalorização do docente enquanto intelectual autônomo, de protagonista da prática educativa, capaz de planejar as atividades pedagógicas em conformidade com o contexto que vivencia. O isolamento dos docentes no processo de construção das estratégias educativas previstas no Pacto Pela Educação inviabiliza a prática do trabalho coletivo. O Estado articulado ao terceiro setor fortalece na escola a lógica do professor tarefeiro, apenas executor de atividade pré-determinadas.

O conteúdo do discurso dos representantes do Estado quanto aos resultados alcançados, por meio do Pacto Pela Educação, é eivado de condicionantes

ideológicos, com a finalidade de divulgar à sociedade o empenho do grupo político, que ora controla o poder quanto os expressivos valores numéricos de investimentos aplicados na rede pública do Estado do Pará.

A secretária de Educação, [...], fez um balanço das ações da SEDUC e parceiros, apresentando os programas e projetos executados em 2015 nos sete resultados esperados do Pacto pela Educação do Pará: melhorar o desempenho dos alunos e diminuir a evasão, capacitar profissionais da educação, melhorar a rede física das escolas e a gestão, mobilizar a sociedade e usar tecnologia da informação.

Entre as ações executadas pela SEDUC em 2015, a secretária destacou o ingresso de 2.919 professores na educação, a capacitação de 7.794 professores e os investimentos de mais de R\$ 2 bilhões em pagamento de pessoal, de R\$ 6.983.456 em capacitação, de R\$ 135.879.261 em obras e de R\$ 56.544.157 em máquinas, serviços e equipamentos. Entre os programas e projetos, estão o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Aprender Mais, Coordenadores de Pais, Mais Educação, Educação de Tempo Integral, Mundial, Programa Ensino Médio Inovador (PROEMIR) e Jovem de Futuro. Houve ainda a capacitação de 3.356 professores por meio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), melhorias na rede física das escolas, expansão da conectividade nas escolas, o projeto *Wifi* nas Escolas e o projeto Portal Educacional (PARÁ, 2015).

As informações contidas no discurso do preposto do Estado restringem-se a atividades operacionais essenciais ao funcionamento da rede pública estadual, dentre esses o pagamento de professores, as ações de formação continuada, a manutenção da rede física das unidades de ensino e a adequação tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades educativas. Também é possível identificar a visão distorcida quanto à relação de trabalho, em que o desembolso de recursos financeiros para pagamento dos servidores da esfera pública é concebido como investimentos em educação, desconsiderando a existência da obrigação do empregador quanto à responsabilidade jurídica do pagamento do salário do trabalhador.

A inserção no orçamento estatal relativo ao pagamento do salário dos profissionais da educação, como parte do investimento na área educacional, é um discurso destinado a justificar à sociedade quanto a aplicação dos recursos provenientes do tesouro do Estado na melhoria da qualidade da educação.

O planejamento da política educacional articulada com o Terceiro Setor, devidamente representada pelo Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto – GPEP desconheceu o valor e a experiência dos sujeitos concretos que vivenciam a escola

pública, e nesse contexto, os docentes transformam-se em meros cumpridores de tarefas executadas nos programas e projetos oriundos das entidades parceiras.

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados (FRIGOTTO, 2017, p.29).

O planejamento de cima para baixo, pautado na prática autoritária dos grupos conservadores que controlam o poder no Estado do Pará, contrapõe-se aos princípios da gestão democrática, uma vez que suprimem toda e qualquer ação e mobilização dos sujeitos concretos que vivenciam a escola pública. A centralização do poder praticado na rede pública estadual paraense incide diretamente na indicação para diretores escolares, na prática de processos seletivos simplificados em detrimento a realização de concurso público, a desmobilização do movimento estudantil. Assim, é pertinente apontar o quanto é violado o direito de participação, descrito no conceito de Bordenave (1992) como uma ação humana destinada a “fazer parte” de algo, ou seja, um processo de construção coletiva em que diferentes sujeitos decidem sobre os bens sociais.

É relevante considerar que a relação público-privada descrita no Pacto Pela Educação do Pará visando a execução da política da educação básica prevê a inserção no currículo dos projetos e programas vinculados ao Terceiro Setor, dentre estes: Projeto Trilhas; Projeto Jovem de Futuro; Ensino Médio Inovador; Projeto Mundiar, os quais, apresentam um formato pré-definido de operacionalização na escola, com algumas adaptações, o que torna os docentes meros executores de tarefas.

O Pacto Pela Educação desmobiliza a prática do trabalho coletivo na escola, além da limitação na participação dos sujeitos quanto ao exercício do controle social<sup>30</sup> dos recursos financeiros aplicados na escola pública. É impossível aos docentes sentirem-se parte de um processo que não participaram de sua discussão.

---

<sup>30</sup> É uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da

De acordo com Bordenave (1992, p.77), participação trata-se de “um processo desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder”, de modo que o capital ao esvaziar a prática da gestão democrática na escola pública, conforme denunciado no Pacto Pela Educação, mediante a restrição da participação efetiva dos sujeitos na construção de um projeto político pedagógico definido no coletivo, submete a escola pública aos desígnios do projeto acumulador.

A materialização da política educacional preconizada por meio do Pacto Pela Educação esteve restrita à esfera do Estado e a iniciativa privada, esvaziando-se o processo histórico da prática da gestão democrática na escola pública paraense, tornando os docentes agentes passivos das determinações do governo quanto ao modelo de educação a ser ofertado para a população.

É a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, que se afirma um processo de desmanche do setor público e da escola pública, como se protagonizou pelos homens de negócio e suas instituições e organizações empresariais. Primeiramente, estimulando o mercado educacional, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar. A formação e a função docentes, como consequência, deveriam ser alteradas (FRIGOTTO, 2017, p. 28).

Os reflexos da postura centralizadora do Estado, em definir e decidir de cima para baixo a política da educação básica na rede estadual de ensino do Pará, teve resistência entre os docentes, principalmente quanto às atividades definidas para implementação nas escolas. Ainda que fosse estabelecido o “Dia do Pacto”, como estratégia de mobilização e prestação de contas da Escola junto à comunidade, tal iniciativa não conseguiu ganhar relevo. De acordo com Paro (2006), a educação constitui-se num dos pilares destinados à transformação social, mediante o exercício da democracia.

O conservadorismo defendido na proposta do Pacto Pela Educação, descrito a partir da centralização do planejamento das políticas educacionais nas instâncias superiores, tornando o chamado “chão da escola” um espaço apenas executor do que foi planejado, por meio do Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto – GPEP, composto por representantes do Terceiro Setor, expressa a autêntica supressão dos

direitos de participação da população na definição da educação escolar que atenda aos interesses dos filhos da classe trabalhadora.

A defesa da qualidade referenciada, segundo os moldes do mercado, tem sido o discurso veiculado por meio do Pacto Pela Educação, manobrado por projetos e programas vinculados ao Terceiro Setor. Assim, é possível reconhecer o quanto a escola pública, sob o controle do Estado, alinha-se aos interesses do capital, com o intuito de promover a educação favorável à reprodução das condições sociais.

Infelizmente, o que se pode perceber é um grande distanciamento entre a realidade da escola e as estratégias dos projetos e programas. Quanto aos objetivos, não há muito o que se discutir, pois, de forma geral, no fundo, todos pretendem a melhoria da educação. O problema está no como se chegar nesta melhoria, pois as iniciativas educacionais do governo conseguem definir muito bem aonde se quer chegar, mas não conseguem resolver os problemas de ordem estrutural das escolas, de salário de professores, de pessoal de apoio suficiente nas dependências da escola, de livros didáticos bem distribuídos para todos os alunos da rede, enfim, todos estes fatores precisam ser considerados importantes para o sucesso das parcerias do governo com o terceiro setor, pois estes elementos fazem parte do caminho que leva ao sucesso da educação. A Educação não deve ser fatiada para ser tratada de forma independente. É preciso que as políticas educacionais do Estado trabalhem também como prioridade estes vários fatores convergentes, dependentes e correlacionados para que os projetos e programas possam dar certo na educação do Pará (PROFESSOR C).

O descompasso descrito entre o planejamento e a realidade concreta em que se encontra a educação básica no Estado do Pará é denunciado pelo docente, por meio das condições objetivas de trabalho ofertadas na rede pública estadual, as quais refletem de forma considerável no desempenho dos alunos.

As condições objetivas dos espaços destinados à promoção da escolarização pública no Estado do Pará tornam-se objeto de consideração nos resultados descritos no desempenho escolar dos alunos, visto que interferem de forma direta, seja nas condições ambientais onde se desenvolvem as atividades educativas, além da fragilidade relativa à higiene, segurança, conforto, acessibilidade, etc.

**TABELA 8: CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL**

Instalação/equipamento	Estado de conservação (%)				
	Adequado	Regular	Inadequado	Inexistente	Total
Telhado	39,7	43,5	16,3	0,5	100,00
Paredes internas	42,4	44,0	12,7	0,8	100,00
Piso	33,3	43,4	21,8	1,5	100,00

Portas	28,4	46,7	22,4	2,6	100,00
Janelas	30,6	39,7	22,3	7,4	100,00
Banheiro	22,5	42,8	32,1	2,6	100,00
Cozinha	26,6	43,2	27,5	2,7	100,00
Instalações hidráulicas	18,1	43,4	28,8	9,7	100,00
Instalações elétricas	20,9	43,8	30,4	4,9	100,00
Entrada do prédio	34,7	43,2	18,4	3,7	100,00
Paredes externas	37,4	47,2	13,7	1,7	100,00
Corredores	36,7	40,8	14,9	7,6	100,00
Salas de aula	31,1	50,1	17,6	0,9	100,00
Instalações esportivas	8,9	15,9	19,5	55,6	100,00

Fonte: SEDUC/SISPAAE/2016

As condições de infraestrutura escolar quanto ao estado de conservação dos imóveis disponibilizados para a oferta do ensino revelam limitações, quanto à oferta de conforto, segurança, bem-estar, e condições insatisfatórias para a promoção de relações interativas entre todos os sujeitos que convivem nesse espaço.

A inadequação da arquitetura da rede pública do Estado do Pará reflete-se consideravelmente no desenvolvimento das atividades educacionais. As condições climáticas na região amazônica, com índices pluviométricos elevados impossibilita a comunidade escolar conviver com dignidade nas escolas públicas da rede estadual, com telhado adequado, em apenas 39,7%, das unidades de ensino.

O estado de precariedade de outros espaços existentes nas escolas também incide de forma direta no desenvolvimento das atividades educativas, portanto, é impossível analisar apenas os aspectos cognitivos e o fluxo escolar para compor os indicadores de desempenho escolar, resultando na imputação de identidades aos alunos tais como: insuficiente, suficiente, avançado, previstas no sistema de avaliação adotado no Estado do Pará.

A promoção da melhoria da qualidade do ensino inclui condições satisfatórias da infraestrutura escolar, visando proporcionar aos alunos um ambiente favorável à aprendizagem. Essas dimensões não são contempladas nos programas e projetos abrangidos nas políticas educacionais, resultando nos baixos níveis de desempenho escolar na rede pública paraense.

Em complementação a esse quadro caótico, os profissionais da educação da rede pública estadual paraense, encontram-se desde 2015, com salários congelados, redução de carga horária de trabalho, corte de bolsas de estudos para qualificação e aperfeiçoamento em nível de mestrado e doutorado, restrições de licença especial.

Nenhum projeto gera transformação se não garantir concretamente reconhecimento da condição de cidadania e de humanidade. Pois como o professor pode tornar seus alunos cidadãos se seus próprios direitos de cidadania não tem sido respeitados? Como pode um professor que não gosta de ler ou escrever tornar seus alunos leitores e escritores [...] isso significa que políticas de formação de professores precisam ser concebidas, consideradas e implementadas no interior e como parte de uma efetiva política cultural, e como condição de uma também urgente política científica (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2016, p. 2016)

A oferta da educação precária à população que depende unicamente da escola pública para ter acesso ao conhecimento, por meio da parceria entre o Estado e o Terceiro Setor, não consegue corresponder as expectativas da sociedade.

A clareza descrita nos objetivos do Estado por meio da política educacional materializada no Pacto Pela Educação, comporta a presença do Terceiro Setor para execução de um currículo orientado de acordo com as matrizes de referência das avaliações de larga escala, cujo reducionismo, inviabiliza a formação integral dos sujeitos.

A presença de representantes de organismos internacionais no Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto - GPEP, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, define o percurso do currículo da educação básica no Estado do Pará, assegurando significativo espaço para a consolidação do Terceiro Setor por intermédio dos programas e projetos vinculados aos segmentos empresariais.

A fragilidade e a limitação da política educacional do Estado apresentada por meio do Pacto Pela Educação é descrita nas arguições dos docentes da rede pública paraense, por meio de duas questões básicas destinadas a assegurar condições efetivas para o funcionamento adequado da escola pública. A primeira refere-se à política salarial dos docentes, que não é contemplada na política governamental; a segunda abrange a questão da infraestrutura escolar, inadequada para promover o ensino com qualidade e com perspectiva de formação integral.

O sucateamento da rede pública estadual paraense aliado à precariedade do ensino serve de referencial para o Estado e o capital manobram a população que a única alternativa para promover a melhoria da qualidade da educação básica no Estado do Pará é a efetivação da parceria público-privada, mediante a transferência de recursos públicos e da responsabilidade estatal para execução das atividades educacionais.

De acordo com os docentes vinculados à rede pública paraense, o modelo de gestão empresarial diluído nos programas e projetos ligados ao Terceiro Setor comportam uma visão reducionista de educação e servem apenas para iludir aos incautos que o alcance dos indicadores nacionais e internacionais significa que a almejada qualidade foi alcançada.

Alcançar os indicadores nacionais e internacionais não significa melhoria da qualidade de ensino, pois o trabalho para que os índices melhorem acaba sendo feito de forma isolada e em períodos delimitados. Mesmo sabendo que para se chegar à definição dos índices é preciso considerar vários fatores avaliativos, infelizmente, estes não são o suficiente para resolver problemas gravíssimos que as escolas enfrentam. Por isso, o modelo de gestão empresarial e as estratégias pedagógicas difundidas nos projetos e programas vinculados ao terceiro setor não conseguem atingir seu objetivo maior que é a melhoria na qualidade de ensino (PROFESSOR D).

Segundo Salgado Junior; Novi (2014) ainda que algumas redes de ensino apresentem crescimento quanto ao desempenho escolar, no entanto, as propostas descritas para o enfrentamento da situação ainda se pautam nos modelos de testes padronizados, testes simulados realizados nos anos em que ocorrem as avaliações de larga escala, reduzidos aos conteúdos componentes das matrizes de referencia componentes da Prova Brasil, os quais não conseguem avaliar a totalidade do processo educativo.

A obtenção do desempenho escolar orientado segundo as metas previstas nos indicadores nacionais e internacionais tem promovido a cultura escolar do “teste simulado”, cujo reflexo é o esvaziamento do currículo enciclopédico, essencial à formação crítica dos sujeitos. Em seu lugar, a escola pública promove por meio dos programas e projetos vinculados ao Terceiro Setor uma prática de gestão do conhecimento vinculada apenas ao essencial: saber ler, saber escrever, saber contar.

As ponderações dos docentes relativas à política educacional vinculada ao “Pacto Pela Educação do Pará” revelam o quanto é distante o discurso idealizado pelo Estado e a situação real, concreta, vivenciada por esses sujeitos nas relações de trabalho e convivência na escola pública paraense.

O descrédito quanto a proposta governamental em transformar a realidade educacional paraense por meio da relação público-privada, capitaneado pelo Terceiro Setor é notadamente manifesto na entrevista do docente, justificado pela

fragilidade das ações estruturantes que não conseguem responder as condições precárias em que se encontra a escola pública no Estado do Pará.

Na visão dos docentes, o alcance dos índices de desempenho previstos nas avaliações de larga escala não significa que existe qualidade no ensino, pois diversos fatores necessitam ser considerados no processo avaliativo, para começar a construção de uma escola destinada à formação humana com qualidade social.

### 3.2 A visão dos gestores

Consideramos pertinente também verificar dentro do “Pacto Pela Educação do Pará”, como os gestores das Unidades SEDUC na Escola, órgão componente da gestão institucional da Secretária de Estado de Educação, que gerencia um conjunto de aproximadamente vinte unidades de ensino, situadas no espaço geográfico dos bairros do Bengui e Mangueirão, como a política educacional vinculada a relação público-privada se desenha na rede estadual de ensino paraense.

A crise protagonizada pelo capital com a finalidade de promover a reestruturação produtiva e desenhar novas feições ao papel do Estado delineia um significativo espaço de fortalecimento da relação público-privada no âmbito educacional, pautado no discurso da eficiência e da eficácia do modelo de gestão empresarial como única alternativa possível para a melhoria da qualidade da educação pública.

De acordo com Montaño (2014) os projetos vinculados ao Terceiro Setor em substituição ao papel do Estado para a oferta dos bens sociais à população são impregnados da lógica de funcionamento da engrenagem fabril, cujo objetivo final é o alcance de níveis de produtividade. Nesse contexto, é pertinente considerar o quanto a gestão da escola pública é determinada a cumprir e buscar alcançar os resultados pretendidos pelos organismos internacionais.

O modelo de gestão educacional defendido pelo Terceiro Setor representado na parceria público-privada já mencionado por Pojo (2014) por meio de uma concepção de ensino ligada a um negócio, portanto, deve atingir resultados quantitativos, previamente determinados. Nesse caso, o *modus operandis* da empresa é aplicado na gestão escolar, cuja finalidade é o alcance de níveis de

desempenho escolar alinhados às determinações dos organismos internacionais, conforme já enfatizado anteriormente.

A presença do Terceiro Setor na educação pública está alinhada ao processo de exploração da força de trabalho, fundamentada na teoria do Capital Humano, segundo a qual a escola torna-se o espaço estratégico para a formação do trabalhador com as mínimas habilidades requeridas ao modo de produção, ao mesmo tempo em que destitui qualquer possibilidade de ação transformadora da realidade.

Neste contexto o governo estabelece parcerias com a iniciativa privada para a manutenção da educação, com isso, as instituições escolares se veem diante de um pressuposto que não privilegia uma concepção democrática do ensino, e sim a lógica do mercado e da concorrência. Assim, a educação deixa de ser um direito e se transforma meramente em um serviço (...) (ALVES; SEVERINO, 2017, p.07).

A educação pública submetida a lógica do mercado reduz consideravelmente a possibilidade de formação do sujeito com condições de defender um projeto de sociedade, para além dos desígnios determinantes do capital. A formação fragmentada e meramente vinculada a possível inserção no mercado de trabalho torna-se o referencial e único objetivo a ser alcançado no papel social da escola pública.

A parceria publico-privado não só visa dar condições de somar na melhoria do desempenho dos estudantes, como também na melhoria do convívio social e de geração de emprego e renda, uma vez que no momento em que o setor privado passa a somar nessa empreitada ela colabora para que num futuro bem próximo a oferta de mão-de-obra qualificada se torne mais abundante (GESTOR A)

A relação público-privada entoa o canto da sereia, descrito por Montaño (2014) por iludir os alunos, pais, que o modelo de ensino oportunizado na escola, criará possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A fragmentação do conhecimento limita o desenvolvimento do senso crítico, e como resultado da ação educativa escolar, é a formação de um contingente de trabalhadores com mínima qualificação.

Ao definir de forma sutil por intermédio dos projetos e programas o desenho do currículo que a escola pública deve adotar no processo de escolarização dos sujeitos, é possível apontar para a ênfase na fragmentação do conhecimento, pautado nas matrizes de referência das avaliações de larga escala, que

prioritariamente elegem as áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e a Matemática, avaliadas na Prova Brasil, aplicada ao Ensino Fundamental e o Exame Nacional do Ensino Médio, aplicado para avaliar o desempenho dos alunos do ensino médio, conforme já mencionado anteriormente.

De acordo com Frigotto (2010), a improdutividade da escola pública se reproduz em níveis mais degradantes por meio de um currículo ditado, sob a égide das instituições vinculadas ao Terceiro Setor, o qual é fundamentado na lógica da teoria do Capital Humano, com a finalidade única de dispor de um quadro de sujeitos com qualificação mínima, na escrita, na leitura e no cálculo.

A política destinada à educação básica no Brasil, orientada em conformidade as recomendações dos organismos internacionais, cujo currículo se resume ao cumprimento das matrizes de referências dos exames de larga escala, limita qualquer possibilidade de transformação da realidade dos filhos da classe trabalhadora.

É pertinente considerar o quanto a presença do Terceiro Setor na educação pública fortalece o discurso da participação efetiva do setor privado em contribuir para a transformação da realidade social, por meio da expectativa de geração de trabalho e renda. No entanto, o acesso ao mercado de trabalho é complexo. No Estado do Pará, o aproximadamente 13% da população estão fora do mercado de trabalho, e a ocupação dos postos de trabalho exige uma minuciosa análise nos processo de admissão, não que seja necessária uma qualificação bem elevada ao trabalhador, mas decorre do elevado contingente de candidatos à vaga.

Complementarmente há a desarticulação de qualquer forma de ação crítica da classe trabalhadora ao projeto neoliberal, por meio de uma prática educativa fragmentada e destituída de criticidade, voltada à produção de uma imagem positiva do Capital quanto ao compromisso e a responsabilidade no atendimento das demandas sociais, por meio do “investimento” na educação pública.

Desta forma, a ação das ONGs e do chamado Terceiro Setor, instrumentalizados pela estratégia neoliberal, tem a função tanto de justificar e legitimar [...] como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado, assim como de reduzir os impactos negativos ao sistema do aumento do desemprego, quanto de tornar as respostas à “questão social” em atividades cotidianas. Tudo isso minimizando aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para atividades mancomunadas com o Estado e o empresariado, gerando maior aceitação e menor enfretamento ao projeto neoliberal (MONTANO, 2014. p. 90).

A política educacional recomendada pelos organismos internacionais para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, é a oferta de um ensino fragmentado, tecnicista, com terminalidade no ensino médio, e no caso específico do Estado do Pará, o “Pacto Pela Educação do Pará” sinaliza para uma estratégia perversa do capital em reduzir o direito de aprender de milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio da utilização inclusive da metodologia Telesala, adquirida por meio da contratação de serviços educacionais junto a Fundação Roberto Marinho, no “Projeto Mundiar”.

Conclui-se, primeiro, que, mantidas as relações selvagemmente competitivas dominantes nos setores mais dinâmicos dos países em desenvolvimento, a meta de estender o alcance da educação básica a toda a população, mesmo que desejável, não parece realista nem financeiramente viável. Segundo, que não são apenas a extensão e a qualidade da educação que contam, mas o tipo e os objetivos a que serve; uma educação apenas funcional, voltada para responder passivamente as demandas da economia selvagemmente competitiva de hoje certamente não será libertadora para a maioria dos educandos [...] outra educação só emergirá de um trabalho contínuo para transformar cada cidadão, comunidade, grupo social, e o conjunto da nação em sujeitos – individuais e coletivos ao mesmo tempo – da sua própria aprendizagem e do seu próprio desenvolvimento (HADDAD, 2008, p. 59).

A ação estratégica do Terceiro Setor é de induzir a participação social na gestão educacional, como se de fato a comunidade escolar estivesse diretamente comprometida com a melhoria da qualidade do ensino. É possível perceber no âmbito do Pacto Pela Educação do Pará, a habilidade de articulação desempenhada pelo *Instituto Synergos* junto às instituições parceiras (Terceiro Setor e Empresas), visando materializar as ações educativas, dentre estas, o voluntariado, no contexto das unidades escolares.

Na verdade o instituto tem proporcionado uma melhoria indireta, considerando sua função de articulador. Isto é o Instituto Synergos tem a competência de, através da formação dos comitês regionais, sensibilizar não só o setor mas o próprio funcionalismo público que é necessário a colaboração de todos para que a melhoria no desempenho educacional no estado do Pará volte a crescer (GESTOR B).

O capital responsabiliza diretamente o cidadão quanto ao dever e o compromisso na melhoria do desempenho escolar. Assim, o baixo desempenho da rede pública estadual paraense é justificado pela falta de colaboração da sociedade em se unir ao Estado para enfrentar o problema. Nesse contexto, o descompasso na

estrutura social não é levado em consideração na análise da situação educacional paraense.

A mobilização executada pelas entidades parceiras no contexto escolar, com a finalidade de comprometer a comunidade escolar com o Pacto Pela Educação, alcança também os servidores públicos, visando assegurar a efetiva participação mediante estratégias e técnicas de motivação por meio de efeitos pirotécnicos. Porém, o funcionalismo estatal, desmotivado, e com salários congelados há mais de três anos, não consegue responder de forma positiva.

A oferta de uma educação escolar pública de qualidade requerida pela sociedade também é incorporada na lógica de concepção do Pacto Pela Educação, por meio de estratégias que supostamente indicam a ideia de participação dos sujeitos na construção da proposta educativa.

Dentre as restrições à participação da comunidade na produção da proposta pedagógica na rede pública estadual do Pará, tem-se a limitação à prática da gestão democrática na forma da lei, cujo eixo central é a escolha de diretores escolares por meio de eleições diretas.

Nesse sentido, o instituto das eleições diretas, Lei 7.855 de 12 de maio de 2015, enquanto instrumento da materialidade do exercício da democracia na escola pública é eivado de elementos restritivos da participação popular na definição do modelo de gestão da educação escolar na rede pública estadual paraense. Ainda que o pensamento liberal recomende no artigo 205 do texto constitucional brasileiro de 1988 a prática da gestão democrática, a estrutura administrativa do Estado encarrega-se por meio de mecanismos legais, o controle da gestão das instituições escolares, em conformidade com os interesses dos grupos hegemônicos.

A descrição da estrutura administrativa estatal auxilia na análise do contexto da limitação imposta pelo Estado quanto a manutenção do poder e do controle da educação escolar, mediante um conjunto de leis e normas validadas pelos órgãos componentes do aparato executivo, legislativo e judiciário.

A estrutura administrativa do Estado funciona em defesa dos interesses dos grupos econômicos e políticos, e por meio dos institutos legais, cujo teor expressa a suposta participação da população na gestão pública e define os modos de operação conforme determina o modo de produção.

Em relação a Use 11 temos conseguido, não só buscar parcerias com o setor privado e outras instituições públicas, mas também fomentado e presenciado a mudança de atitude nas gestões das escolas numa visão fora de seus muros. Esse processo é lento, pois passamos pela mudança da cultura do fazer sozinho e para a cultura do fazer coletivo mediante parceria com o setor privado (GESTOR C).

A parceria estabelecida entre o público e o privado torna-se relevante no momento em que o Estado não supre as necessidades básicas para a promoção do ensino. Assim, as escolas constroem alternativas para busca de suprimentos, materiais, visando promover as ações educativas. As mudanças ocorridas nas escolas decorrem da necessidade da gestão encontrar alternativas que favoreçam o funcionamento, mesmo em condições precárias, visto que esperar que o Estado cumpra com seu dever, o processo educativo não acontece.

Na ausência do Estado em cumprir com a responsabilidade para a manutenção das atividades educativas nas escolas, a gestão escolar muitas vezes realiza parceria com comerciantes do bairro, com pequenos comerciantes que exploram o espaço escolar por meio de lanchonetes, mediante contrapartidas que envolvem o recebimento de materiais de consumo, materiais de limpeza, capinação, manutenção predial, e outras atividades operacionais.

As limitações impostas ao processo de eleição direta na rede pública estadual paraense expressa o quanto o Estado inibe a prática da democracia no exercício da gestão escolar, mediante dispositivos legais, os quais, ainda que submetidos à discussão entre a comunidade escolar, não consegue se materializar no cotidiano das escolas públicas.

Nesse contexto, Marx (1990) ressalta o quanto a estrutura estatal comporta um aparelho repressivo constituído de instituições de âmbito jurídico-político destinado a assegurar a reprodução das relações de produção. Assim, o funcionamento do Estado a serviço das elites dominantes, se reproduz no cotidiano escolar, e por meio de indicações de dirigentes escolares, assegura-se a manutenção do poder dos grupos de afinidade política com as elites.

A articulação entre as instituições vinculadas ao aparelho administrativo do Estado no processo de elaboração do instituto das eleições diretas foi fundamental na concretização do instrumento normativo. A elaboração da minuta do texto esteve a cargo da assessoria da Secretaria Adjunta de Ensino - SEDUC, isenta da representação das entidades de classe e da sociedade civil, dos trabalhadores da

educação, e submetida a apresentação à rede pública, mediante a utilização de uma estratégia fragmentada, limitada as USES e URES<sup>31</sup>, destituída do princípio da publicização, suprimindo-se portanto, o processo de participação popular.

A presença da representação dos trabalhadores da educação por meio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP ocorreu de forma pontual, em geral, fazendo-se representar por associados ou militantes, limitado no poder de articulação com demais entidades representativas da sociedade civil, fato esse que possibilitou a construção de manobras para assegurar a manutenção do texto em conformidade com os anseios do Estado.

O texto após sofrer alguns ajustes foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, para apreciação na Câmara de Educação Básica, com aprovação da maioria dos conselheiros, e, posteriormente, submetido à Assembleia Legislativa do Estado, e, em sessão ordinária, e contando com a maioria dos parlamentares ligados a Coligação que elegeu o governo do Estado, foi aprovado.

A Lei 7.855 de 12 de maio de 2014 institui e disciplina o processo de eleições diretas para direção e vice-direção de unidades escolares na rede pública estadual do Pará, e nesse contexto, é pertinente ressaltar o quanto o Estado de posse do poder disciplinador, elabora a norma jurídica destinada a assegurar o funcionamento da gestão escolar, em conformidade com seus interesses.

Art. 1º O Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Educação, institui e disciplina por esta Lei a eleição direta para Diretor e Vice-Diretor de unidade escolar da educação básica da rede estadual de ensino.

Art. 2º A eleição direta para Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares será baseada nas diretrizes, objetivos e metas contidas no Plano Estadual de Educação e Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Nacional da Educação (PARÁ, 2014).

O poder determinante das instâncias constitutivas da administração estatal, representada pela Secretaria de Educação, conjugadas aos institutos legais que regem o processo educacional no Brasil, fundamentam a construção do instrumento normativo destinado a promover a prática das eleições diretas nas escolas vinculadas à rede pública estadual paraense. Ainda que tais instrumentos sejam resultantes do exercício da democracia, no entanto, é impossível defender que eles de fato representem o pensamento das classes sociais atendidas nas ações educativas das escolas públicas.

---

<sup>31</sup> Unidades que gerenciam as escolas na região metropolitana de Belém, e nos municípios.

A precarização da qualidade do ensino público na rede estadual do Pará, refletida de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, indicadores oficiais de avaliação nacional, que se concentra na avaliação da proficiência dos estudantes, também se estende às condições mínimas para o funcionamento das atividades educativas, englobadas nas atividades administrativas e pedagógicas.

A norma destinada a disciplinar o processo de eleições diretas nas escolas vinculadas à rede pública estadual paraense, limita o processo, ao imputar a comunidade escolar o possível inabilitação do processo para a realização do pleito, como se não fosse atribuição do órgão gestor educacional estatal, no caso a Secretaria de Estado de Educação, controlar os instrumentos administrativos e pedagógicos, especialmente, a prestação de contas de recursos financeiros, destinados ao funcionamento da unidade escolar.

Art. 3º Para realizar as eleições diretas, a unidade escolar deve atender às seguintes condições: I - ato regulatório em dia junto ao Conselho Estadual de Educação; II - Conselho Escolar regularizado e adimplente, com comprovação da área financeira da Secretaria de Estado de Educação; III - Projeto Político Pedagógico da Escola atualizado. Parágrafo único. As escolas que não atenderem aos incisos do artigo acima terão os cargos de Direção e Vice-Direção preenchidos por ato discricionário do Secretário de Estado de Educação, até a implementação das condições estabelecidas nos referidos dispositivos (PARÁ, 2014).

As unidades escolares vinculadas à rede estadual de ensino do Pará apresentam limitações quanto ao atendimento do ato regulatório junto ao Conselho Estadual de Educação, muitas vezes indeferido pelo órgão, decorrente de diversos fatores, dentre estes, por não atenderem as condições mínimas para funcionamento, indo desde infraestrutura predial, complementada pela falta de bibliotecas, espaços pedagógicos para Atendimento Educacional Especializado – AEE, rampas e acessibilidade, além da morosidade do órgão gestor quanto à publicação do ato regulatório.

Porém, o aparelho administrativo estatal, representado pelo Conselho Estadual de Educação, órgão da administração indireta, suaviza o funcionamento em estado precário das unidades escolares, respaldado por atos normativos, conforme descrito na Resolução-CEE-345 de 11 de outubro de 2016, mediante autorização temporária, cujo prazo máximo pode alcançar até cento oitenta dias. Em

decorrência do caráter provisório do ato autorizativo, as unidades escolares ficam impedidas de realizar o processo de eleição direta.

Art. 1: de conformidade com os termos do presente parecer, no âmbito das competências legais e regimentais deste Conselho Estadual de Educação, em atenção à solicitação da Secretaria de Estado de Educação, ficam aprovadas as seguintes medidas:

I- Dada a relevância dos argumentos apresentados pela SEDUC, aliados ao fato de que o fechamento de escolas públicas deve ser a última e mais radical das medidas a serem adotadas para atendimento dos padrões de qualidade exigidos para a educação básica, prorrogam-se os atos autorizativos concedidos em caráter temporário para as escolas estaduais que apresentaram as pendências a seguir elencadas, observando-se os fatores condicionantes estabelecidos para cada item:

a) acessibilidade a 100% das instalações; b) inexistência de sala de recursos multifuncionais; c) aceitação de espaços de leitura em lugar de bibliotecas mobiliadas e dotadas de vasto acervo, e,; d) existência de bibliotecário (PARÁ, 2016)

O funcionamento em caráter precário das unidades escolares é permitido por meio dos atos normativos dos órgãos vinculados indiretamente ao Estado, e também, sem a devida obstrução de tal medida por meio do Ministério Público, tido como guardião dos interesses sociais. No entanto, as escolas que se encontram em condição de autorização temporária para funcionamento junto ao Conselho Estadual de Educação, tem negado o processo de homologação do pleito eleitoral, resultando na indicação da direção por meio da SEDUC-PA.

A rede estadual de ensino do Pará é composta de oitocentos e noventa unidades escolares, incluindo anexos destinados à oferta da educação básica, e em relação a situação do Conselho Escolar, a ocorrência de inadimplência na prestação de contas referente a recursos financeiros é premente, fato esse decorrente da limitação da Secretaria de Estado de Educação em promover a qualificação dos Conselhos Escolares, além do quadro reduzido de pessoal técnico destinado a assessorar as escolas, mesmo tendo aderido ao Programa Escola de Conselhos, vinculado ao governo federal, visando assegurar a formação de pessoal habilitado em prestação de contas e promover o funcionamento eficaz dessa instância deliberativa e consultiva na escola.

Está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): é obrigatória a implantação de conselhos escolares em todas as escolas públicas que têm número de alunos superior a 50 [...] 25,90% dos 813 conselhos de escolas do Estado do Pará ficaram inadimplentes em 2015 junto ao PDDE, causando prejuízos desenvolvimento da educação no exercício seguinte, justamente porque o recurso é destinado para resolver questões emergenciais referentes a manutenção da escola, como pequenas reformas

e para a aquisição de materiais pedagógicos para serem utilizados em atividades com os alunos (PARÁ, 2016).

A situação de inadimplência dos Conselhos Escolares contribui para a precarização do ensino, pois se torna impossível o recebimento de recursos financeiros oriundos do Tesouro do Estado ou de programas do governo federal, além de impedir que a comunidade assuma a gestão da escola e defina o currículo em conformidade com a realidade.

A falta de carga horária para o coordenador do Conselho Escolar exercer as atividades operacionais demandadas na escola, também contribui para a limitação do funcionamento dessa instância propositiva e deliberativa, tornando-se uma prática improvisada, as quais interferem no desempenho escolar.

A situação de inadimplência ou ausência do Conselho Escolar inviabiliza o processo de homologação junto a SEDUC para efetivar o processo de eleição direta nas escolas, tornando possível pavimentar o caminho para a escolha da direção por meio do órgão mantenedor, restringindo-se a prática educativa do exercício da democracia.

As condições de trabalho oferecidas aos profissionais da educação, em sua maioria, sem lotação exclusiva numa única unidade escolar, ajuda a inviabilizar tempo destinado a planejamento e a revisão sistemática do projeto Pedagógico, e torna, na maioria das vezes, impossível assegurar sua atualização nas escolas públicas no estado do Pará.

As restrições ao processo democrático nas eleições diretas para direção e vice-direção nas escolas públicas na rede estadual paraense é prevista na Lei 7.855/2014, considerando a limitação imposta aos prospectivos postulantes a disputa eleitoral, além de beneficiar possíveis servidores aliados do governo, os quais, são ou foram indicados para assumir cargos públicos na gestão educacional estatal.

Art. 11. Poderá concorrer as eleições da unidade escolar a chapa constituída de Diretor e Vice-Diretor, atendidos os seguintes requisitos: I - ser profissional da Educação com Licenciatura e pertencer ao Quadro de Servidores Efetivos da SEDUC; II - ter desempenhado cargo público, na data da eleição, por período igual ou superior a três anos, em escola da Rede Estadual de Ensino; III - apresentar proposta de Plano de Gestão, construído em conjunto com a comunidade escolar e em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da Escola (PARÁ, 2014).

A limitação ao exercício da democracia manifesta-se na Lei 7.855/2014 em suprimir a participação no processo de disputa das eleições diretas nas escolas públicas da rede estadual do Pará, dos profissionais da educação com vínculo contratual temporário, ainda que tal modalidade de contratação seja respaldada pelo Ministério Público. Também, o exercício da democracia não pode ser assegurado unicamente ao trabalhador com vínculo empregatício efetivo no serviço público. No entanto, assegura-se a participação no pleito apenas para servidores efetivos da rede pública estadual paraense, de modo que tal processo não traduz a totalidade.

O exercício da democracia na sociedade capitalista exige constante enfrentamento e articulação dos diferentes grupos sociais, visando resguardar direitos coletivos, e nesse contexto, a na prática da eleição direta na rede pública estadual do Pará, a partir do controle exercido pelas instancias vinculadas a administração direta e indireta do Estado, relativo ao processo eleitoral e a devida homologação do resultado, requer intensa articulação e mobilização dos sujeitos.

Art. 16. O resultado final do processo eleitoral deverá ser encaminhado pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de dois dias úteis, após a apuração dos votos, a fim de ser homologado pelo Conselho Escolar.

Parágrafo único. Após a homologação da eleição, o Conselho Escolar deverá enviar o processo devidamente instruído com toda a documentação da eleição à URE/USE, em até dois dias úteis, a fim de formalizar o processo.

Art. 17. Contra o resultado da eleição, caberá recurso: I - à Comissão Eleitoral, em primeira instância, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da divulgação do resultado do pleito; II - ao Conselho Escolar, em segunda instância, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da divulgação do julgamento do recurso de primeira instância; III - em última instância ao Conselho Estadual de Educação, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da divulgação do julgamento do recurso de segunda instância.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o caput deste artigo serão apreciados em até 72 (setenta e duas) horas pela Comissão Eleitoral e pelo Conselho Escolar e, no prazo de até vinte dias úteis, pelo Conselho Estadual de Educação (PARÁ, 2014).

Ainda que o Conselho Escolar seja o responsável pela homologação do resultado das eleições nas escolas, no entanto, o processo de formalização do processo do resultado para encaminhamento junto à Secretaria de Estado de Educação para ser publicação em portaria, cabe a Unidade Seduc na Escola–USE, ou a Unidade Regional de Educação–URE, órgãos ligados à administração da SEDUC, em conformidade com a lógica da descentralização. No entanto, nega-se o principio da autonomia da escola quanto à gestão do pleito e sua homologação. De

acordo com Gadotti (2000) a escola democrática é aquela capaz de definir entre os sujeitos o caminho a percorrer no processo educativo, referenciado a partir do projeto político pedagógico construído coletivamente.

As limitações quanto à participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica, fortalece a relação público-privada na educação pública, tornando possível a entrada de projetos e programas de entidades representativas do terceiro setor. De acordo com os gestores entrevistados, essas ações têm contribuído para a elevação do desempenho escolar.

Sim! Considerando o aumento do IDEB registrado no ano de 2015 em relação ao ano de 2013, onde a meta era de 4.0 e o estado alcançou os 4.3, além de se ter observado no dia-a-dia das escolas que possuem o Projeto Jovem de Futuro um maior envolvimento dos estudantes nas atividades intra e extra-classe envolvendo a participação em ações que envolvem outras instituições públicas e privadas (GESTOR D).

O caráter centralizador e a mão invisível do Estado são previstos no processo de eleição direta na rede pública estadual do Pará, a partir da presença do Conselho Estadual de Educação, em emitir parecer somente no final do processo, nos casos de recursos, sendo que tal órgão é isento de participação no decorrer do processo de construção das eleições diretas. Porém, cabe a palavra final ao órgão estatal quanto a quem deve gerir a escola.

As contradições na aplicabilidade dos princípios da gestão democrática manifestam-se na Lei 7.855/2014, e também na composição do referido instituto. De acordo com o artigo 11, Inciso III, a chapa postulante ao cargo de direção e vice-direção devem apresentar o Plano de Gestão como requisito para homologação da chapa, no entanto, após a investidura no cargo, a gestão da escola deverá ser gerida em conformidade com as determinações do órgão mantenedor, no caso a Secretaria de Estado de Educação e logicamente que os programas e projetos vinculados ao Pacto Pela Educação devem ser executados.

Art. 19. O Diretor e Vice-Diretor deverão se inscrever no curso de capacitação específico para Diretores e Vice-Diretores de escolas da rede SEDUC, promovido pelo Governo Estadual, no prazo máximo de um ano, contados da publicação da portaria que os designaram para as respectivas funções.

§ 1º Os Diretores e Vice-Diretores escolhidos, sob pena de perda de mandato, deverão concluir com êxito o curso de capacitação específica ofertado pelo Governo do Estado.

§ 2º Casos excepcionais impeditivos da conclusão do curso de capacitação de que trata o caput deste artigo deverão ser submetidos à apreciação do

Secretário de Estado de Educação que, por sua vez, deliberará pelo acatamento ou não das razões apresentadas.

§ 3º Os Diretores e Vice-Diretores, sempre que convocados pelo Secretário de Estado de Educação, deverão participar de módulos de atualização dos cursos de capacitação de que trata o caput deste artigo (PARÁ, 2014).

As limitações de programas de qualificação permanente sob os auspícios do Estado é um dos aspectos que justificam o baixo desempenho da gestão educacional no Estado do Pará, e o momento atual protagonizado pelo Pacto Pela Educação, em que a parceria público-privada ocupa um espaço privilegiado de poder na rede pública paraense, é significativa a redução dos investimentos estatais na educação pública.

A ação estatal em delimitar o processo de escolha de dirigentes escolares em conformidade com a legislação vigente, contraposto aos princípios da gestão democrática na rede pública estadual do Pará, é materializado de acordo com a definição do modelo de gestão que a escola deverá cumprir, ainda que a comunidade escolar tenha estabelecido um Plano de Gestão construído coletivamente.

Ainda que o Estado anuncie no discurso do Pacto Pela Educação o fortalecimento da participação popular mediante a institucionalização da Lei das Eleições Diretas nas escolas públicas da rede estadual de educação, no entanto, tal instituto revela contradições significativas, as quais se tornam objeto de reflexão jurídica, decorrente da inviabilidade em contribuir para a transformação do quadro real da educação básica pública no Estado do Pará.

O instituto que rege o processo de eleições diretas na rede pública estadual paraense necessita ser debatido de forma ampla nas unidades escolares, com a finalidade de assegurar a possibilidade de efetividade da norma, desde que ajustada, para responder ao quadro de baixo desempenho em que se encontra a educação básica, cujo comprometimento maior é possível se vislumbrar na sociedade paraense para as próximas décadas.

Assim, o foco destinado a educação escolar, evidenciado no Pacto Pela Educação do Pará, é delimitado em conformidade com a matriz econômica prevista no planejamento educacional da Organização Para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE para os países em desenvolvimento, cuja finalidade é a formação do Capital Humano, com mínimas qualificações para ocupação de funções subalternas.

Sendo assim, tanto as despesas privadas quanto as despesas públicas com educação devem respeitar a relação custo-benefício típicas do mercado. Do ponto de vista do indivíduo, os gastos com educação justificam-se na medida em que lhe proporcionam alguma vantagem em relação a permanecer sem instrução ou com um grau menor de instrução. Do ponto de vista da sociedade, como a lógica estritamente mercantil tende a encorajar um nível geral de educação inferior ao desejável (PIRES, 2005, p.61).

A relação público-privada na rede pública estadual do Pará construiu uma rede de relacionamento entre as diversas instituições ligadas ao Terceiro Setor, visando promover a entrada de programas e projetos educacionais, além de difundir o pensamento do capital que a alternativa viável para a promoção da melhoria da qualidade e do desempenho escolar, pode ser alcançada mediante a presença do Terceiro Setor no contexto público. Os gestores ao serem inquiridos sobre a participação da comunidade no Pacto pela Educação, afirmou:

Sim! Considerando a participação positiva das comunidades escolares no dia de culminância do pacto pela educação que ocorre uma vez por ano nas escolas da rede pública estadual. Momento esse em que se socializa com todas as ações êxitosas dos projetos e programas que compõe o Projeto Político Pedagógico das escolas (GESTOR E).

O poder de sedução imprimido no discurso do Terceiro Setor é de que a comunidade escolar está de fato “participando” da construção de uma proposta pedagógica destinada a contribuir para a melhoria do desempenho da educação pública, ainda que não se apresente materialidade concreta no cotidiano das unidades de ensino.

### 3.3 A visão do sindicato SINTEPP

A representação de classe dos profissionais da educação pública no Estado do Pará é reconhecidamente o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará, fundado em 1988 durante o VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública – FEPPEP e de acordo com Estatuto da entidade, a finalidade é defender jurídica e socialmente os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação pública, das redes estadual e municipais de ensino do Estado do Pará.

A entidade também é reconhecida pelo Estado, como representante da classe trabalhadora em educação pública durante o processo de negociação salarial dos trabalhadores em educação vinculados a rede estadual de ensino do Pará e participa ativamente na luta pela qualidade da educação pública.

As reivindicações sobre melhorias das condições de trabalho e salário, da infraestrutura escolar, currículo, programas e projetos educacionais, tecnologia educacional, expansão da oferta do ensino, níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Estado, tem sido temas de pautas recorrente do Sindicato junto ao Estado.

Nesse contexto, a implantação do Pacto Pela Educação do Pará, representado por um conjunto de entidades vinculadas ao Terceiro Setor para execução da política educacional na rede pública estadual paraense, durante o governo de Simão Jatene -PSDB, resultou na seguinte leitura entre a representação sindical:

Desde 2013 quando foi assinado o Pacto Pela Educação no Pará o Sintepp ficou preocupado, primeiro porque o objetivo final do Pacto era quantitativo, ou seja, aumentar em pelo menos 30% o IDEB do estado em todos os níveis até 2017. Isso significaria que num período de 5 anos a parceria estabelecida entre o governo do Estado e organizações privadas traria resultados extraordinários à educação no Pará. Segundo que havia entrelaçado o caráter de uma parceria público privada financiada pelo governo do Estado ao setor privado. Desconfiávamos do caráter privatista como política principal do Pacto. Inclusive acelerando empréstimos do governo do Estado junto ao BID e outras organizações internacionais (DIRIGENTE SINDICAL).

O governo estadual ressalta a prioridade para o alcance de valores quantitativos no desempenho escolar na rede pública paraense. Nesse caso, a defesa da concepção de qualidade na perspectiva do alcance de resultados quantitativos é defendida pelo grupo político. De acordo com Frigotto (2010), a qualidade social da educação transcende a visão fragmentada que os organismos internacionais projetam nas metas que o ensino deve alcançar, pois visa formar o sujeito em sua totalidade.

É importante ressaltar o quanto a crise econômica enfrentada pelo capital, redefine o papel do Estado no intuito de assegurar que a reestruturação produtiva alcance novos espaços para produção de mais valia. No contexto do Pacto Pela

Educação do Pará, o setor privado é alimentado pelo público, por meio da oferta de serviços educacionais, custeados pelo fundo público.

A centralização do planejamento educacional descrito por meio do “Pacto Pela Educação do Pará” restringiu a participação dos trabalhadores em educação na definição de prioridades visando promover a melhoria da infraestrutura escolar e da aplicação dos recursos financeiros na educação pública paraense. Apesar das inúmeras tentativas de aproximação do SINTEPP com o governo, para esclarecimentos sobre a utilização dos recursos financeiros oriundos do empréstimo obtido junto aos organismos financiadores internacionais. Ao ser indagado se o SINTEPP dialogou com o Estado sobre o plano do Pacto, o dirigente sindical afirmou:

Obviamente que não. Em nenhum momento houve esse diálogo inicial e não é porque o Sintepp se negava a discutir era porque o governo Jatene fazia suas movimentações às escuras, o que resultou em diversos conflitos e enfrentamentos entre nós. Por exemplo, em 2013 com o fim dos convênios do terceiro ano para beneficiar donos de cursinhos particulares; ou em 2015 quando o governo do estado fez um convênio com instituições privadas para ministrarem aulas de inglês para alunos da rede estadual. O Sintepp entrou com uma ação judicial, questionando a contratação de tal empresa para ensino de inglês para 110 mil alunos das escolas públicas no valor de R\$ 198 milhões. Da mesma forma o projeto Mundiar, e outros projetos que apontam para a precarização e privatização do ensino (DIRIGENTE SINDICAL).

A participação do coletivo na elaboração de políticas educacionais tem construído um valor significativo nas experiências destinadas à promoção da educação para as classes populares, que dependem da escola pública para ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado. No entanto, no processo de construção do Pacto Pela Educação do Pará, os principais sujeitos, professores, alunos, diretores de escola, pais, não foram convidados. O planejamento de cima para baixo efetivou-se por meio de tecnocratas ligados ao empresariado, que desenharam os rumos que a educação pública deveria caminhar.

A população deve participar na construção de propostas e planos educacionais, visto serem sujeitos que serão contemplados com as atividades educativas. Nesse contexto, é possível realizar levantamentos de demandas, capazes de atender as necessidades da população.

O Brasil, no entanto, possui boas e interessantes experiências de ampla participação popular na definição de políticas, nem sempre devidamente

valorizadas. [...] Dessa forma, “o que” fazer, “quem” fazer, “quando” e “para que” fazer – perguntas clássicas do bom planejamento – passam a ser fruto de propostas e resoluções de todos os participantes, gerando uma co-responsabilização coletiva pelo processo e pelo resultado das ações (ARELARO, 2007, p.903-904).

O caráter centralizador do Pacto Pela Educação do Pará, restringindo-se a participação dos sujeitos na elaboração e na discussão do referido plano, expressa o quanto a relação descrita entre o capital e o Estado para a promoção da educação pública, está distante da superação da realidade em que se encontra a rede pública estadual paraense.

O Programa estruturado em três eixos encontra guarida favorável para promover a relação público-privada mediante a geração de serviços educacionais destinados a garantir o acúmulo de capitais nas ações de ensino; da infraestrutura e da gestão educacional; mediante contratação de instituições e organizações vinculadas ao Terceiro Setor, além de garantir ao empresariado, particularmente, da construção civil, participação em processos licitatórios para obras de reforma e ampliação de escolas. Os eixos são financiados a partir de recursos oriundos do empréstimo realizado pelo Estado do Pará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

1) Expansão da Cobertura e Melhoria da Infraestrutura:

Abriga a construção, reforma e ampliação de unidades escolares e a implantação do Sistema Educacional Interativo (SEI), projetado para levar o Ensino Médio regular a localidades remotas do interior do Estado, mediante o uso de tecnologia de transmissão de aulas via satélite.

2) Melhoria da Qualidade da Educação Básica. Contempla os seguintes programas:

Aceleração da aprendizagem (Mundiar).

Recuperação de conteúdo (Aprender Mais).

Gestão Escolar (Programa Jovem de Futuro).

Alfabetização (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC).  
Escola de Tempo Integral.

Contratação, formação inicial e treinamento de professores. Implantação do Centro de Formação de Profissional da Educação Básica do Pará (CEFOP – já em funcionamento).

3) Gestão, Monitoramento da Rede Escolar e Avaliações:

Congrega o sistema de gestão e macroprocessos; avaliação de larga escala e a capacitação de gestores com a implantação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional SisPAE (já em pleno funcionamento) (PARÁ, 2018)

A lógica descrita para o avanço das instituições e organizações vinculadas ao Terceiro Setor na rede pública estadual do Pará é precedida por meio da produção da precarização na oferta da educação escolar pública, o que torna possível justificar à sociedade que a única alternativa para a melhoria da qualidade do ensino

é a inserção de programas e projetos vinculados ao empresariado, por meio do dispêndio de recursos financeiros oriundos do tesouro do Estado, para contratação de serviços educacionais.

São 10 programas e 18 projetos que envolvem o Pacto pela Educação que ao nosso ver aceleram o processo de privatização da educação pública no Pará. Primeiro porque precarizam o ensino quando aceleram a formação do aluno de 3 para um ano e meio no ensino médio; segundo porque adota a metodologia das tele-aulas e vídeo conferências como central para este ensino. Uma turma, cujo aluno tinha 13 professores nas disciplinas de ensino médio agora tem que conviver com 1 professor mediador das 13 disciplinas dadas pelas tele-aulas. E cada um desses programas e projetos não irão funcionar sem uma política de reestruturação física da rede escolas; sem a valorização adequada dos professores e funcionários de escolas, que necessitam de salários melhores e condições de trabalho adequadas para o ensino e aprendizagem. Somos muitos críticos a esses projetos e até mesmo contrários àqueles que precarizam o ensino como o Mundiar, por exemplo. Na verdade, o currículo escolar, tem girado em torno dos resultados na provinha Brasil, e outras avaliações que substanciam a meritocracia, a disputa ranqueadora e precária para a formação do aluno. Uma educação de resultados não ajuda a contribuir com a formação de pessoas críticas e que tenham condições de exercer seus direitos. E até mesmo seus deveres numa sociedade desigual como esta (DIRIGENTE SINDICAL).

A inserção da relação público-privada na rede pública estadual paraense não consegue responder as perspectivas da melhoria da qualidade do ensino, e de acordo com Frigotto (1993) a dimensão social da educação é transformada no modo de produção capitalista em mercadoria, e nesse sentido, a presença do aluno na escola tem um tempo determinado, similar ao produto fabricado na linha produção. Assim, o aligeiramento da escolarização pública emana menores gastos ao Estado.

A oferta de uma educação precária, contratada junto a entidades do terceiro setor, como é o caso do Projeto Mundiar para aceleração da escolarização de alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, e também, a oferta do Sistema Educacional Interativo – SEI, modalidade de educação à distancia para alunos em regiões de difícil acesso do Estado do Pará, comprovam o quanto a busca da melhoria da qualidade do ensino, e os interesses da parceria público privada na educação paraense, atende aos interesses dos grupos econômicos privados.

Dentre as condições básicas para a oferta da educação escolar, a infraestrutura predial pode ser considerada de fundamental importância para o

planejamento pedagógico das atividades educativas, e nesse respeito, ainda que o “Pacto Pela Educação” reserve no eixo 01 do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará a melhoria da infraestrutura escolar da rede pública estadual de ensino, no entanto, a abrangência da ação é incipiente diante da realidade existente.

#### QUADRO 8: OBRAS DE ESCOLAS ABRANGIDAS NO PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE E EXPANSÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO PARÁ

Município	Escola	Região de Integração	R\$ (Licitado/Contratado)
Belém		GUAJARÁ	5.119.696,30
			1.538.944,43
			4.433.104,71
			4.548.806,97
Ananindeua		MARAJÓ	2.339.339,70
			2.575.944,48
			5.970.032,00
Benevides		RIO CAETÉ	2.078.494,57
Salvaterra			4.009.958,08
Melgaço			2.840.460,42
Breves			2.651.976,87
Ponta de Pedras			3.239.828,83
Bragança			4.286.599,71
			3.771.599,53
Augusto Correa		GUAMÁ	2.359.455,96
Viseu			3.132.255,42
Salinópolis			3.064.837,83
Inhangapí	E.E.E.F.M. Antônio Marçal	XINGU	1.274.523,87
S. M. do Guamá	E.E.E.M. Irmã Carla Giussani		2.070.238,99
Santarém Novo	E.E.E.M Rosa Carrera L. Aquino		2.761.666,65
Maracanã	E.E.E.F.M. Presidente Kennedy		2.396.097,43
Uruará	E.E.E.M. Melvin Jones	ARAGUAIA	5.663.286,76
Medicilândia	E.E.E.M. Francisca G. dos Santos		3.618.416,48
Pau D'arco	E.E.E.M. Paulo Hanneman	B.AMAZONAS	2.861.358,05
C. do Araguaia	E.E.E.F.M. Deocleciano A. Moreira		4.947.446,05
Santarém	E.E.E.M Terezinha de J. Rodrigues Unidade Propaz Rio Tapajós	TOCANTINS	2.541.559,67
Jurutí	E.E.E.F.M. Emanuel Salgado Vieira		2.273.480,01
Oeiras do Pará	E.E.E.M. Raimundo R.da Costa		3.644.343,68
			2.867.297,05

Fonte: SEDUC-PA

A rede pública estadual do Pará é composta de oitocentos e noventa unidades escolares, além de anexos que funcionam nas sedes dos municípios e em localidades de difícil acesso. Considerando que o Programa contempla 29 escolas com obras de reforma e ampliação, é possível afirmar que apenas 2,9% das unidades de ensino são alcançadas.

A aplicação dos investimentos oriundos do empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento Interamericano – BID, não consegue responder ao quadro de indigência apresentado pela rede pública estadual de ensino, cujo cenário tem sido um dos objetos de pauta reivindicatória da entidade representativa dos trabalhadores em educação pública.

O governo tenta mostrar para a sociedade que é preciso comemorar os números do Ideb, por exemplo, em 2013 era 4 pontos, em 2015 mostrou que as escolas particulares tiveram um desempenho melhor do que as públicas e se chegou a 4,3 pontos. Mas nas escolas públicas ainda tínhamos as piores notas da região Norte que é de 4,7 ou da média nacional que é de 5,5. Outros resultados desmentiam o governo como Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) que engloba a educação básica - do infantil ao Ensino Médio. A pesquisa do IOEB mostrou que o Pará, com nota 3,5, é o Estado com a pior qualidade de educação do País, em último lugar no ranking. E que Belém é a pior entre todas as capitais brasileiras, com nota 3,5. Esse é um aspecto se considerarmos os índices usados pelo governo, mas aqui embaixo, no chão da escola, vimos que a situação da educação pública realmente piorou porque a situação estrutural das escolas está falida. Trabalhamos em ambientes insalubres, sem água potável, sem iluminação adequada, sem segurança, sem mobília, funcionários suficientes, sem bibliotecas e laboratórios. O governo do estado implementa a política do descaso, negando-se a promover na prática melhorias desse quadro, deixando de assumir suas responsabilidades pela manutenção e desenvolvimento do ensino na tentativa de justificar, ao nosso ver, o processo de privatização (DIRIGENTE SINDICAL).

Percebe-se que a expansão da rede pública estadual mediante a construção de unidades de ensino não é contemplada no eixo de infraestrutura do Pacto Pela Educação do Pará, especialmente nos municípios da unidade federativa, em sua maioria, dispõe de uma única escola localizada na sede da municipalidade para oferta do ensino fundamental maior e ensino médio, e tal limitação compromete significativamente o futuro das novas gerações, contraposto ao avanço do capital na região norte.

A política educacional descrita por meio do Pacto Pela Educação do Pará não consegue universalizar o acesso e o direito à educação básica para toda a população paraense, cujo reflexo de tal limitação é a reprodução da pobreza e da miséria numa unidade federativa que dispõe de enorme potencial de biodiversidade para promover a vida com dignidade.

Nós acreditamos que a educação pública só pode melhorar no estado a partir de políticas educacionais claras, consistentes e democráticas envolvendo a gestão, a escola e a comunidade. Obviamente que os sujeitos principais seriam os professores, os alunos e a gestão. Mas para isso, é necessários estabelecer os princípios que fortaleçam, o caráter público da

escola, como um direito do cidadão, e dos trabalhadores em especial, que usam a escola pública; princípios democráticos, desde a gestão até o currículo. Enfim, princípios que não vemos existir na relação público-privada estabelecida. Ou seja, esses programas são superficiais e insuficientes até mesmo para a obtenção dos resultados quantitativos previstos pelo governo. Por isso eles não têm dado certo. Nenhum desses programas deu certo até agora. O governo não tem tratado de forma séria essa questão. Ao contrário, contingencia os investimentos; estamos caminhando para o terceiro ano sem reajuste salarial dos professores, ou seja, sem o cumprimento da Lei Federal do Piso salarial nacional docente; há um dismantelamento nos planos de carreira dos profissionais do magistério; não existe democracia nas escolas porque foi suspensa a eleição direta para as direções das escolas provocando aumento no assédio moral e profissional; escolas sucateadas; não há incentivo e investimento em formação docente (nem bolsas para pós graduação é concedido pelo governo); dentre outros fatores (DIRIGENTE SINDICAL).

A restrição ao exercício da democracia é um dos aspectos apontados pelo representante sindical para justificar o fracasso da política educacional implementada na rede pública estadual paraense por intermédio do Pacto Pela Educação do Pará, em que a ausência da participação dos sujeitos que vivenciam a escola é constatada.

A supressão da prática das eleições diretas para diretores das escolas na rede pública estadual do Pará, o congelamento dos salários, o funcionamento precário, a falta de incentivos para assegurar a formação continuada dos profissionais da educação, são alguns dos fatores que conjugados a outros, contribuem para o baixo desempenho escolar.

Ainda que a política educacional descrita no Pacto Pela Educação do Pará aponte para supostos avanços na melhoria das condições para promoção do ensino, no entanto, não consegue responder as questões básicas e essenciais para assegurar a oferta da educação escolar de forma satisfatória. As limitações descritas na política governamental do grupo que ocupa o poder no Estado na unidade federativa paraense, aliado ao poder econômico, contribui para a reprodução da desigualdade.

Enfim, a presença do setor privado na execução e direção da políticas educacionais é internacional, mas destacamos as consequências para a democratização da educação no caso brasileiro que não tem um histórico de cultura democrática e está dando passos importantes no direito à educação no período recente pós-ditadura, ao mesmo tempo em que sujeitos, vinculados ao mercado, se articularam para uma grande ofensiva para imprimir novamente a lógica de mercado na educação, como historicamente ocorreu neste país (PERONI, 2015, p. 16).

De acordo com as argumentações do representante sindical, a política educacional constituída por meio da relação público privado na rede pública estadual paraense é limitada, e os programas e projetos não conseguem responder as lacunas existentes. O fracasso dos projetos e programas vinculados ao Pacto Pela Educação do Pará revela também o fracasso do Estado e do capital no intento de promover a melhoria da qualidade do ensino na unidade federativa paraense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e pesquisas que objetivaram analisar o objeto “a relação público-privada no Pacto Pela Educação do Pará”, em que o Terceiro Setor torna-se o protagonista central no planejamento das atividades educativas na rede pública estadual de ensino do Pará, nos levaram a refletir sobre importantes questões que se desenham no cotidiano da gestão educacional da rede pública paraense.

A reestruturação produtiva intensifica a reformulação do Estado para servir aos interesses do modo de produção capitalista e na educação escolar, a presença do Terceiro Setor torna-se estratégica para a obtenção dos objetivos previstos nos programas dos organismos internacionais, centrados na obtenção dos índices previstos.

Historicamente, no Brasil, tal relação de parceria entre o público e o privado revela o quanto o Estado é privatista, e esteve e continua submisso aos grupos econômicos, que se revezam e se reproduzem em conformidade com a dinâmica reprodutora do capital. No percurso da pesquisa foi possível confirmar que o Estado se reformula para promover a reprodução do capital e, por meio de sucessivas reformas, faz adequações na estrutura política e administrativa visando dar continuidade ao processo de acumulação.

A flexibilização destinada à promoção da relação público-privada na Educação brasileira, pós Reforma do Estado na década de 1990, disposto na Lei nº 11.079/04, tem oportunizado ao Terceiro Setor experimentar diferentes modalidades para pactuar junto ao Estado, sua presença nas redes públicas de ensino.

Em meio ao processo de reestruturação do capital para promover acumulação, a Educação submete-se à economia, no intuito de formar e disponibilizar a força de trabalho a ser explorada no modo de produção, e a escola pública é um dos principais espaços que o capital utiliza para assegurar a reprodução da sociedade, mediante a oferta de ensino precário disponível aos filhos da classe trabalhadora.

No percurso de ajuste do Estado à Economia ditada pelo modo de produção capitalista, a educação escolar, tida como um bem social torna-se um serviço, que pode ser prestado por instituições vinculadas ao chamado Terceiro Setor, autêntico apêndice do capital, visto que as organizações que o compõem, em sua maioria vinculam-se a empresas, bancos, e captam recursos financeiros junto ao Estado

mediante a participação em editais ou outras modalidades previstas no ordenamento jurídico vigente.

Na rede pública estadual paraense, por meio do “Pacto Pela Educação do Pará”, foi possível constatar que a interferência do Terceiro Setor é estratégica no planejamento educacional, mediante a ocupação de espaços de ação e decisão na materialização da política educacional representados pelo Escritório de Projetos, preposto do Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto – GPEP (constituído por organismos internacionais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e organizações do terceiro setor).

A estrutura administrativa do Pacto Pela Educação do Pará é composta pelo Estado e o empresariado, e todos os espaços de desdobramento do poder são ocupados por sujeitos e entidades representativas da classe dominante, de modo que não é assegurado espaço para a participação popular na discussão ou definição da política educacional.

A presença do Terceiro Setor no Pacto Pela Educação do Pará articula junto a rede de empresários investidores em educação, a oportunidade de firmar convênios, contratos ou outras modalidades previstas na legislação administrativa, para assegurar serviços educacionais, na gestão escolar, no currículo, na avaliação, na relação escola-comunidade, ou seja, em qualquer espaço que proporcione lucratividade ao capital.

O baixo desempenho do rendimento escolar da rede pública paraense tornou-se uma nova oportunidade de negócio para os grupos econômicos que atuam na educação, dentre estes a Fundação Roberto Marinho, detentora da metodologia telesala, e vende essa tecnologia às redes de ensino, como é o caso no Estado do Pará, por intermédio do Projeto Mundial, destinado à aceleração da escolarização nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Também para oferta de ensino médio em localidades geográficas de difícil acesso no Estado do Pará, o Pacto Pela Educação, disponibiliza o Sistema Educacional Interativo – SEI, que trata de modalidade de Educação à Distância – EaD, para a população.

A parceria público-privada, no bojo das ações do Pacto Pela Educação do Pará, representa menor participação do Estado quanto à responsabilidade direta no atendimento da demanda educacional, além de desmobilizar o processo do exercício da democracia na rede estadual de ensino paraense, por intermédio da

limitação da participação da sociedade na construção de propostas educativas vinculadas à sua realidade.

A presença do Terceiro Setor na operacionalização das políticas educacionais na rede pública estadual de ensino do Pará reflete-se no cotidiano escolar, em especial na fragilização do processo da autonomia pedagógica, da capacidade de construir alternativas para a melhoria da qualidade do ensino, além de desvalorizar os profissionais da educação, tornando-os meros cumpridores de tarefas na escola.

Nesse contexto, é possível afirmar a premissa de quem financia a educação pública define também os objetivos e metas a serem alcançadas, e no caso específico do Pacto Pela Educação do Pará, constata-se que a precariedade da oferta da educação pública é transformada em serviços educacionais, os quais podem ser explorados economicamente por empresas ou organizações do chamado Terceiro Setor.

A ação do grupo político que domina o Estado desde 2011 até 2018 reproduz a lógica do capital quanto à utilização da educação vinculada a lógica do mercado, como também, limitar qualquer mobilização ou insurreição das classes populares visando a construção de um projeto educacional democrático-participativo, compatível à realidade desses sujeitos, e o faz por meio da oferta de programas, projetos e ações oriundos de entidades vinculadas ao empresariado, incorporadas ao currículo escolar.

Considerando que o Pacto Pela Educação do Pará comporta resultados a serem alcançados, dentre estes, a Ação 1 que objetiva aumentar o IDEB no ensino fundamental e ensino médio, com foco nos valores quantitativos prescritos nos exames de avaliação de larga escala, tais como a Prova Brasil e ENEM, é possível concluir que não houve o aumento significativo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Ao contrário, o desempenho dos alunos do ensino médio não consegue ultrapassar o nível adequado, tampouco alcançar o avançado.

Quanto a Ação 2, que trata do fortalecimento das habilidades e competências dos profissionais da educação, previsto como um dos elementos centrais para a suposta melhoria da qualidade do ensino, esta ação resumiu-se em atividades pontuais realizadas pelo Centro de Formação – CEFOR, as quais não conseguem atender a totalidade dos profissionais da educação vinculados à rede pública estadual de ensino, além de não dispor de programas e ações concretas para assegurar o processo de formação continuada.

Os profissionais da educação da rede pública estadual encontram-se há três anos com salários congelados, sem o ter o direito assegurado previsto na lei do Piso Nacional Salarial, decorrente da ação de ajuste do Estado as medidas adotadas pelo capital visando promover a reestruturação com fins acumuladores do capitalismo.

De acordo com a Ação 3 do Pacto Pela Educação do Pará, os investimentos em infraestrutura das escolas públicas, dotadas de recursos didáticos-pedagógicos disponíveis e compatíveis com o Projeto Político Pedagógico não se tornou realidade, restringindo-se em menos de 10% de obras realizadas na rede de escolas componentes do sistema de ensino estadual.

Em relação a Ação 4, voltada a aperfeiçoar a gestão da Seduc e das Escolas, persiste a prática da gestão escolar por meio de indicação de diretores, destituindo-se o exercício da gestão democrática, mediante a aprovação da Lei de Eleição Direta impossível de ser tornar realidade na rede pública estadual do Pará, devido as limitações que as escolas enfrentam no processo de regularização de suas atividades administrativas, e propositalmente, sem o devido assessoramento do Estado.

Quanto a Ação 5, destinada a mobilizar e responsabilizar todos os diferentes atores sociais para a melhoria dos resultados, o Pacto Pela Educação do Pará, apesar de difundir um discurso de participação da comunidade escolar nas ações promovidas pelo “Dia do Pacto” nas escolas, eximiu qualquer ação de mobilização da comunidade escolar na definição das atividades educacionais, e em contrapartida, as situações de excepcionalidades, tais como os programas de correção de fluxo escolar, oferta de ensino modular em localidades geográficas de difícil acesso, tornam-se regra, com a oferta de ensino precário, descrita nos projetos Mundial e Sistema Educacional Interativo – SEI.

Em relação a Ação 6, que visava intensificar o uso pedagógico, gerencial e mobilizador de tecnologias de informação, a situação de precariedade das escolas públicas no Estado do Pará reflete em linhas gerais o quanto o grupo político que governa a unidade federativa paraense, alinhado aos interesses do capitalismo internacional, além de assegurar que modelo de educação escolar que defende as propostas da relação público privada, materializada nos projetos e programas educacionais vinculados ao Terceiro Setor, não conseguiu promover melhorias significativas.

O Estado, ao aderir às parcerias com o terceiro setor, atende as recomendações dos organismos internacionais, por meio do planejamento e operacionalização das políticas educacionais mediante programas e projetos vinculados a essas entidades, ao mesmo tempo em que fragiliza a prática da autonomia das unidades de ensino em construir propostas educacionais capazes de responder as singularidades.

As escolas continuam sem infraestrutura suficiente para promover o ensino de qualidade, tais como a falta de internet, bibliotecas, alimentação escolar inadequada, falta de espaços pedagógicos e também pessoal com vínculo efetivo. A contratação de profissionais em regime temporário inviabiliza a continuidade do percurso de planejamento educacional, resultando em fracassos sucessivos no rendimento escolar dos alunos.

A redução do papel do Estado na gestão educacional precariza a qualidade do ensino por meio de programas e ações pensadas para além da situação real das escolas, tornando os educadores apenas cumpridores de tarefas sistematizadas. Além disso, as equipes técnicas das secretarias restringem-se da atividade reflexiva sobre a realidade educacional, do planejamento e da criação de alternativas com foco na situação de cada rede de ensino, devido à adesão aos programas e ações importados da iniciativa privada.

A precarização da oferta da educação pública ocorre por meio de projetos contratados junto a entidades do terceiro setor, como é o caso do Projeto Mundial, ofertado para aceleração da escolaridade para alunos em defasagem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Para as localidades de difícil acesso, o Pacto Pela Educação do Pará, oferta o Sistema Educacional Interativo – SEI, utilizando metodologia de educação à distância - EaD. A lógica da oferta da educação pública paraense contribui diretamente para a reprodução da pobreza e da miséria, visto que para as localidades geograficamente de difícil acesso, o Pacto Pela Educação do Pará oferta programas de ensino precarizado.

A parceria estabelecida entre o Estado e o terceiro setor por meio do Pacto Pela Educação do Pará, não conseguiu atingir os sete resultados previstos nas ações, muito menos alcançar o objetivo quantitativo descrito em elevar o desempenho escolar em 30% em cinco anos. Atualmente a rede pública paraense coloca-se entre as últimas colocadas no desempenho escolar no Brasil, conforme

descrito nos indicadores nacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Assim, a crise do capital vivenciada na primeira década do século XXI possibilitou ao Estado criar condições de sobrevivência aos grupos econômicos no mercado, e no Estado do Pará, a estratégia governamental constou da criação do Pacto Pela Educação do Pará, visando em primeiro plano à obtenção de empréstimo junto às organizações financeiras internacionais, no caso específico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e posteriormente, aplicar tais recursos em programas e projetos educacionais vinculados a entidades do Terceiro Setor, apêndices do capital.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. (Coord.). Análise das consequências de parcerias firmadas entre os municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna. Rio Claro: Instituto de Biociências - UNESP, 2008. Projeto financiado pelo CNPq.

\_\_\_\_\_. Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. In Anais do V Simpósio internacional: o estado e as políticas educacionais no tempo presente. UFU/Uberlândia, 2008.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. Brasília. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

ADRIÃO, T.; PERONI, Vera. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. Revista Retratos da Escola, 2009.

ALMEIDA, Rodrigo de. À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

ALMEIDA, Jalcione; FLEURY, Lorena Candido. A construção da Usina de Belo Monte: Conflito ambiental e dilema do desenvolvimento. São Paulo: Revista Ambiente&Sociedade. v.16, n.4, 2013.

ALVES, Andressa Gomes de Resende; SEVERINO, Jorismary Lescano. TERCEIRO SETOR E EDUCAÇÃO: CONFIGURAÇÕES, IMPASSES E PERSPECTIVAS. UFMT, 2017.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Campinas: Revista Educação & Sociedade, vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004.

AMORIM FILHO, Manoel Henrique de; LEITE, Lígia Werneck Costa; CHAMBARELLI, Maria Amélia Pacheco. Parcerias público-privadas: uma classe de ativos para investimentos. Rio de Janeiro; Revista do BNDES, n 44, 2015.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. As referencias da pedagogia das competências. Belém. ICED/UFPA, 2013.

ARELARO, LISETTE R.G. formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, out. 2007.

BADARÓ, Marcelo. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BAHIA, Charles Nunes. Estado de exceção: uma afronta à supremacia dos direitos fundamentais. Revista âmbito jurídico.com.br. disponível em [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13895](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13895). Acesso em: 10/04/2018.

BERNARDI, Liane Maria; ROSSI, Alexandre José; UCZAK, Lucia Hugo. Do movimento Todos pela Educação ao Plano de Ações Articuladas e Guia de Tecnologias: empresários interlocutores e clientes do estado. Florianópolis. X ANPED SUL, outubro de 2014.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política. [tradução Marco Aurélio Nogueira]. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 14ª edição, 2007.

\_\_\_\_\_. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2014.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. São Paulo: Revista Brasileira de História da Educação nº 5 jan./jun. 2003.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. Revista Brasileira Ciências e sociedade. v.18, n.52, São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Brasília, 1995.

BRASIL. Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União. Brasília, 30 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 6.094 de 24 de maio de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: SECAD, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Denúncia por Crime de Responsabilidade nº 1/2015. Brasília, DF, 02 dez. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2057823>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Todos Pela Educação. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 05 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 abr. 1950. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm). Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 out. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10028.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10028.htm#art3). Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Laudo Pericial sobre Denúncia por Crime de Responsabilidade nº 1/2016. Junta Pericial designada no âmbito da Comissão Especial do Impeachment 2016. Brasília, DF, 27 jun. 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2057823>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BRESSER PEREIRA, L.C. e SPINK, P. K. (org). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. Da administração pública burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, Ano 47, Volume 120, nº 1, 1996.

BRITO, Alexandre José Trovão. O modelo gerencial de administração pública e sua aplicação no Brasil: a mudança de paradigma na administração pública brasileira e a concretização dos princípios do direito administrativo. São Paulo: Revista Âmbito Jurídico. Maio, 2018.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Traduzido por Ruth Joffily. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CABRAL, Ivône Rosa. O Público e o privado na condução da gestão educacional pública brasileira. Dissertação de Mestrado. Belém. ICED/UFGA, 2015.

CAMPOS, Vicente Falconi. Qualidade total no estilo japonês. Belo Horizonte: FCO, 2010.

CARDOZO, José Eduardo. Alegações finais da denunciada. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/07/28/alegacoes-finais-da-denunciada>. Acesso em: 08 abr. 2018.

ClAVATTA, Maria. Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. – (Coleção Educação Contemporânea).

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 2010.

CORSETTI, Berenice; VIZZOTTO, Liane; PIEROZAN, Sandra S. as políticas educacionais brasileira e as manifestações da relação público privada: o caso de Santa Catarina. Curitiba: ANPED, 2016.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. O uso das fontes históricas na construção epistemológica do conhecimento científico em educação. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2016.

CUNHA, Luís. História da educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DINIZ, Eli. (1995), "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil nos Anos 90". *Dados*, vol. 38, nº 3.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre as parcerias público-privadas. Carta Forense, 2009. Disponível em: <[http://azevedosette.com.br/ppp/artigos/reflexoes\\_sobre\\_as\\_parcerias\\_publico-privadas/6](http://azevedosette.com.br/ppp/artigos/reflexoes_sobre_as_parcerias_publico-privadas/6)>. Acesso em 06/10/2014.

\_\_\_\_\_. Direito Administrativo. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Campinas: Cadernos Cedes, vol. 29, n. 78, maio/ago. 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. Educação Teoria e Prática (Rio Claro), v. 19, p. 57-72, 2010.

FAZENDA, Ivani. Pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Autores Associados, 2012.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Planejamento educacional e tecnocracia nas políticas educacionais contemporâneas. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-

Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 34, p. 45-59, jul./dez. 2012.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. Campinas; Cadernos Cedes, vol 29, n.78, mai/ago, 2009.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Percursos da Educação Integral. São Paulo: Editora Campus, 2012.

FURTADO, Celso. História econômica do Brasil. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: Revista Brasileira de Educação. V.16, n.46. jan-abr 2011.

\_\_\_\_\_. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Teoria e educação no labirinto do capital. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2016.

GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GUIMARÃES, José. A falência da educação pública. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/falencia-da-educacao-publica/>. Acesso em: 03/04/2018.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a formação da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HADDAD, Sérgio (org.). Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

INSTITUTO SYNERGOS. <https://www.synergos.org>

JORNAL O DIARIO DO PARÁ. Belém, Caderno A1, 18 de novembro, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Atlas, 2010.

LOMBARDI et al, Jose Claudinei. História da relação público privado na educação brasileira. Campinas: Autores associados, 2005.

LESSA, Sérgio. Capital e Estado do bem estar social: o caráter de classe das políticas públicas. Rio de Janeiro: Boitempo, 2010.

LUCENA et al, Carlos; A crise da democracia brasileira – Volume I. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Avaliação da educação básica e qualidade do ensino: estudos sobre os anos finais do ensino fundamental na rede municipal de ensino de São Paulo: Goiânia: RBPAAE, v.31, n.2, mai/ago,2015.

MANFREDI, Silvia. História da Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl. (1867) O capital. (Crítica da economia política). [Tradução Reginaldo Sant'Anna]. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Primeiro, Vol.I.

\_\_\_\_\_. A Questão Judaica. São Paulo, Moraes, 1978.

\_\_\_\_\_. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. [tradução Álvaro Pina]. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MDB. Travessia Social. Uma ponte para o futuro. Fundação Ulisses Guimarães, 2014.

MELO, Marcus André B. C. de. Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento. IN: L. Valladares (org.), Governabilidade e Pobreza. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

MÉSZAROS, Istvan. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTANO, Carlos. Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. O canto da sereia. Crítica a ideologia e aos projetos do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2014.

MURAKAWA, Fábio. Evangélicos querem eleger 150 deputados e 15 senadores este ano. Revista Valor Econômico. Brasília, 2018.

OLIVEIRA, R. T. C. de. Estado brasileiro e neoliberalismo. In SENNA, E. (org.). Trabalho, Educação e Política Pública: estudos em educação. Campo Grande: editora da UFMS, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. Pacto Pela Educação do Pará; Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Termo de Cooperação Técnica e Financeira – CONVENIO 030/2015. SEDUC, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Site oficial. 2016.

PARÁ. Diário Oficial do Estado. Decreto nº 694, 26 de março de 2013.

PARÁ. Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Socioeconômica-DIEESE. Belém, 2016.

PARÁ. L E I Nº 7.855, DE 12 DE MAIO DE 2014. Institui e disciplina o processo de eleição direta para Diretor e Vice-Diretor de unidade escolar da rede estadual de ensino. IOEPA, 2014.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação do Pará. Sistema Paraense de Avaliação Escolar – SISPAE. Belém, 2015.

PARÁ. Resolução nº 345 de 11 de outubro de 2016. Conselho Estadual de Educação do Pará. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. Relatório da Rede Física de Ensino, 2017.

PARO, Vitor Henrique. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Xamã, 2006.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. São Paulo: Revista *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, maio/ago. 2013

PERONI. Vera. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO e PERONI (org.). Público e Privado na educação novos elementos para o debate – São Paulo: Xamã, 2008.

PERONI. Vera. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO e PERONI (org.). Público e Privado na educação novos elementos para o debate – São Paulo: Xamã, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar (Org.). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. As parcerias entre o público e o privado: a proposta do Plano de Desenvolvimento da Educação/guia de tecnologias.

\_\_\_\_\_. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V.25,n.2,p.285-300,mai/ago,2009.

PIRES, Valdemir. Economia da educação. Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

POJO, Oneide Campos. A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides-PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade. Tese de Doutorado. Belém: ICED/UFPA, 2014.

QUEIROZ FILHO, Gilvan Correia de. Natureza do processo de impeachment e controle judicial. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema5/2016\\_4886\\_processo-impeachment\\_gilvan-correia-de-queiroz-filho](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema5/2016_4886_processo-impeachment_gilvan-correia-de-queiroz-filho). Acessado em: 09 abr. 2018.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de defesa no Senado, 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso> . Acesso em: 10 abr.2018.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Educação e desenvolvimento: que relação é essa? Belo Horizonte: Revista Trabalho & Educação. v.23; n.1; p. 219-238; jan-abr; 2014.

\_\_\_\_\_. Parcerias público-privadas e gestão escolar pública. Belém: Revista Cocar. vol 7, n.14, p. 66-72; ago-dez 2013.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Fabiano A.; SHIROMA, Eneida. Responsabilização e orientação para os resultados: prioridades do PDE Escola. In: I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana de Pedagogia. Cascavel, 2004.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino; RAMIREZ, Vera Lúcia. Educação de Qualidade e gestão pública: a construção do planejamento de uma secretaria de educação. Goiânia. RBPAE.v.31,n.2,mai/ago,2015.

SAVIANI, Demerval. O plano de desenvolvimento da educação. Análise do projeto do MEC. Campinas. Revista Educação e Sociedade, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

\_\_\_\_\_. Democracia e educação no Brasil: os desafios do momento atual. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/287133-1>. Acesso em: 11/04/2018.

\_\_\_\_\_. Escola e democracia. São Paulo: Autores associados, 2012.

\_\_\_\_\_. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, out. 2007.

SCHULTZ, T.W. O Capital Humano: Investimentos em Educação. São Paulo: Zahar editora, 1971.

SERAFIM, Lizandra. Controle social nas políticas públicas. Porto Alegre. Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – n.29 – Agosto, 2005.

SHIROMA, Eneida O. Redes Sociais e Hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário L. N. de; LARA, Ângela M. B. (org). Políticas para a educação: análises e apontamentos. Maringá: Eduem, 2011.

SILVA, M. A. Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SILVA, Letícia Moreira da. Educação Integral. São Paulo: CENPEC, 2013.

SOUTO, Maria de Jesus Pontes. As políticas sociais no Brasil. entre o social e o assistencial. Rio de Janeiro. Fundação FIOCRUZ, 2006.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WERLER, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Rio de Janeiro. Revista Ensaio: avaliação política pública em educação. v.19, n.73, out/dez, 2011.

## **APÊNDICES**

## Roteiro de Entrevista

Prezado(a) gestor(a)

A finalidade da entrevista é subsidiar a pesquisa científica relativa a tese de doutoramento em curso no Programa de Pós Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, cuja temática “Políticas de Educação e Terceiro Setor: O papel do Instituto Synergos no Pacto Pela Educação do Pará.

1) Senhor gestor, que análise você faz da parceria público-privado por meio do Pacto Pela Educação para a melhoria do desempenho dos estudantes da rede pública estadual do Pará?

2) Você poderia descrever as contribuições que o Instituto Synergos, articulador do Pacto Pela Educação do Pará junto as empresas parceiras, tem proporcionado para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública estadual?

3) Os projetos e programas vinculados ao Terceiro Setor (PJF, Trilhas, Voluntariado) tem trazido resultados efetivos para a melhoria do desempenho dos estudantes da rede pública estadual do Pará?

4) Como a gestão da educação pública na SEDUC tem melhorado por meio das contribuições da relação público-privado mediante as ações das instituições parceiras?

5) A comunidade escolar participou de forma efetiva para firmar o compromisso e o comprometimento com os resultados a serem alcançados com o Pacto Pela Educação do Pará?

6) Você considera que a relação público-privado, por meio da presença do Terceiro Setor na implantação de projetos e programas, é a saída para a melhoria do desempenho dos estudantes e da qualidade do ensino público na rede estadual de ensino?

## Roteiro de Entrevista

Prezado(a) professor(a)

A finalidade da entrevista é subsidiar a pesquisa científica relativa a tese de doutoramento em curso no Programa de Pós Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, cuja temática “Políticas de Educação e Terceiro Setor: O papel do Instituto Synergos no Pacto Pela Educação do Pará.

1) O Pacto Pela Educação do Pará, implantado em 2012 na Secretaria de Estado de Educação, tem por objetivo melhorar o desempenho escolar referenciado nos indicadores nacionais, em 30% até 2017, mediante a parceria público-privado. Como você concebe essa iniciativa do governo estadual na educação pública?

2) A relação pactuada entre o Estado, representado pela Secretaria de Estado de Educação, e o Terceiro Setor, constituído por um conjunto de representantes de empresas privadas (institutos, fundações), teve a participação dos professores da rede estadual de ensino do Pará?

3) Que leitura você faz da presença de projetos e programas vinculados ao chamado Terceiro Setor como componente da política educacional da SEDUC para a educação básica?

4) Você considera que o modelo de gestão empresarial e as estratégias pedagógicas difundidas nos projetos e programas vinculados ao Terceiro Setor contribuem para a melhoria da qualidade da educação pública do Pará, visando o alcance dos indicadores nacionais e internacionais?

5) Como você avalia a participação do Instituto Synergos na articulação entre o Estado e o Terceiro Setor para promover a melhoria do desempenho escolar por meio do Pacto Pela Educação do Pará?

## Roteiro de Entrevista

Prezado(a) dirigente sindical

A finalidade da entrevista é subsidiar a pesquisa científica relativa a tese de doutoramento em curso no Programa de Pós Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, cuja temática “Políticas de Educação e Terceiro Setor: O papel do Instituto Synergos no Pacto Pela Educação do Pará.

1) Senhor dirigente sindical, que análise você faz da parceria público-privado por meio do Pacto Pela Educação para a melhoria do desempenho dos estudantes da rede pública estadual do Pará?

2) O governo do Estado por meio da secretaria de estado de educação do Pará dialogou com o Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Pará – SINTEP-PA, sobre o conteúdo do Pacto Pela Educação do Pará, enquanto política da educação básica do Estado do Pará?

3) Como a representação sindical analisa no Pacto Pela Educação do Pará a presença de projetos e programas vinculados ao Terceiro Setor (Projeto Jovem de Futuro, Projeto Mundiar, Programa Ensino Médio Inovador, Programa de Voluntariado, e outros), no currículo da rede pública estadual de ensino do Pará?

4) Que análise o SINTEP-PA faz a sobre o desempenho escolar da rede pública paraense a partir da implantação do Pacto Pela Educação do Pará, mediante a parceria público-privado?

6) Você considera que a relação público-privado, por meio da presença do Terceiro Setor na implantação de projetos e programas, por meio do Pacto Pela Educação, é a alternativa para a melhoria do desempenho dos estudantes e da qualidade do ensino público na rede estadual de ensino?

7) Que outros aspectos relativo ao Pacto Pela Educação, a representação sindical considera relevante pontuar?